

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO

Amanda Ferreira Gontijo

A Paisagem Urbana Histórica de Prados:
Perspectivas para compreensão e preservação

Juiz de Fora
2022

Amanda Ferreira Gontijo

A Paisagem Urbana Histórica de Prados:
Perspectivas para compreensão e preservação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído. Área de concentração: Ambiente Construído.

Orientador: Dr. Marcos Olender

Juiz de Fora
2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira Gontijo, Amanda.

A Paisagem Urbana Histórica de Prados : Perspectivas para compreensão e preservação / Amanda Ferreira Gontijo. -- 2022. 137 p. : il.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, 2022.

1. Paisagem Urbana Histórica (HUL). 2. Paisagem Cultural. 3. Prados (MG). I. Olender, Marcos , orient. II. Título.

Amanda Ferreira Gontijo

A Paisagem Urbana Histórica de Prados:

Perspectivas para compreensão e preservação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído. Área de concentração: Ambiente Construído.

Aprovada em 29 de setembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Olender – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. José Gustavo Francis Abdalla – Convidado
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Flávio de Lemos Carsalade – Convidado
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico este trabalho à minha família que sempre me apoiou, em especial à minha mãe, minha fonte de inspiração!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me deu forças para seguir minha jornada, principalmente, nos dias mais difíceis.

Agradeço à minha querida mãe, Margarida, que sempre se fez presente, mesmo à distância, me apoiando e torcendo pelas minhas conquistas.

Agradeço ao Alexandre, meu companheiro de vida, meu esposo e meu maior incentivador, quem não me deixou desistir, até mesmo quando duvidei de mim.

Agradeço ao Dr. Marcos Olender, meu orientador, por me apoiar e enfrentar batalhas das quais eu não conseguiria sozinha.

Agradeço à minha amiga Ma. Mariana Rossin pelo apoio e incentivo, além dos dias de estudos e discussões sobre o tema da pesquisa.

Agradeço à minha prima Lígia Mara de Sousa pelo carinho de sempre e ajuda em Prados, por abrir as portas de sua casa e os vínculos na cidade, para que eu pudesse iniciar meu trabalho, desde a Graduação, e continuá-lo com a dissertação de Mestrado.

Agradeço ao Senhor Ivaci Lopes de Oliveira, mais conhecido como Ratinho, por me receber em sua biblioteca pessoal e no Museu Francisco Virgolino de Souza Filho, foi de extrema importância para o início da pesquisa. Agradeço ao Senhor Geraldo Ferreira pelo empréstimo do Livro Memória Histórica de Prados de Dario Cardoso do Vale, para que eu pudesse fazer uma cópia com autorização do próprio autor, visto que não havia mais exemplares disponíveis.

Agradeço, ainda, ao Senhor Roseni Pinheiro, por me receber e abrir seu acervo pessoal para a concretização da dissertação.

Por fim, e não menos importante, agradeço à Capes por fornecer, pelo período de um ano, uma bolsa de estudos para o fomento da pesquisa da presente dissertação.

A percepção do desconhecido é a mais fascinante das experiências. O homem que não tem olhos abertos para o misterioso passará pela vida sem ver nada. (EINSTEIN, 2011).

RESUMO

Prados possui um patrimônio arquitetônico e urbano singular que vem se estratificando desde sua formação, apesar da descaracterização que vem ocorrendo ao longo dos anos. Em vista disso, o objetivo deste trabalho é a Preservação da Paisagem Urbana Histórica de Prados (HUL), e a partir de sua leitura, gerar material para pesquisas, e que permita no futuro, vir a criar bases, para gerar diretrizes patrimoniais, urbanas, ambientais, sociais e culturais específicas para a manutenção de sua qualidade. Para a construção da presente Dissertação de Mestrado, buscou-se compreender uma paisagem essencialmente histórica, a partir de seus significados culturais e sociais, utilizando-se de um viés filosófico, o qual, pretende-se enxergar diferentes meios para uma leitura coerente sobre o termo paisagem. O método utilizado para este fim foi a revisão bibliográfica, em especial de Jean-Marc Besse, cuja abordagem se faz essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, após a leitura do objeto, foram realizados questionamentos e críticas a respeito do projeto e da obra na Praça Dr. Viviano Caldas, visto que seria importante que fossem levadas em consideração as demandas dos usuários, principalmente, em espaços públicos, através de um inventário participativo, mostrando como uma gestão pública e profissionais da área deveriam agir, fazendo projetos e obras com participação popular. Conclui-se que para o bem de uma cidade, a população deve fazer parte da tomada de decisões, desde os planos e projetos a futuras obras, pois impactam diretamente nos hábitos, costumes e na qualidade de vida da sociedade local.

Palavras-chave: Paisagem Urbana Histórica (HUL). Paisagem Cultural. Prados (MG).

ABSTRACT

Prados has a unique architectural and urban heritage that has been stratified since its formation, even with the de-characterization occurring over the years. As such, this work's objective is the Historic Urban Landscape Preservation of Prados (HUL), and, as from its reading, to create material for research, which may allow in the future, to create bases, generate specific heritage, urban, environmental, social and cultural guidelines for the maintenance of its quality. For this Master's Dissertation creation, was sought to understand an essentially historical landscape, from its cultural and social meanings, using a philosophical bias, which intended to envision different means for a coherent reading of the term landscape. The used method for this purpose was the literature review, especially from the author Jean-Marc Besse, whose approach is essential for the development of this research. Still, after the object's reading, questions and criticisms were made about the project and rework of the Viviano Caldas Square, since would be important to consider, especially in public spaces, the demand of its users, through a participatory inventory, demonstrating how public management and specialist professionals should act, carrying out projects and works with public participation. In conclusion for the city's wellbeing, the population must be part of the decision-makers, from plans and projects to future works, as they directly impact the habits, traditions and life's quality of the local community.

Keywords: Historic Urban Landscape (HUL). Cultural Landscape. Prados (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mona Lisa (La Gioconda), 1503 –1505/1507	21
Figura 2 – Bacchanal of the Andrians, 1522–1524	21
Figura 3 – Fundição de cobre em Swansea, Gales, século XIX	25
Figura 4 – Reforma de Haussmann no centro de Paris, século XIX	25
Figura 5 – Cidade Velha de Varsóvia (Starego Miasto), 1915	29
Figura 6 – Cidade Velha de Varsóvia (Starego Miasto), pós 2ª Guerra	29
Figura 7 – Paisagem Cultural de Sintra, Portugal	33
Figura 8 – Paisagem Cultural dos Terraços de Arroz, Cordilheiras Filipinas	34
Figura 9 – Paisagem Cultural do Parque Nacional de Tongariro, Nova Zelândia	35
Figura 10 – Projeção de Wien-Mitte na paisagem reconhecida como patrimônio mundial, em Viena.....	41
Figura 11 – Projeto depois de construído	41
Figura 12 – Área urbana de Prados com inserções que descaracterizam a paisagem urbana local.....	49
Figura 13 – Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha –	50
Figura 14 – Localização de Minas Gerais em relação ao Brasil e localização de Prados em relação à Minas Gerais.....	55
Figura 15 – Distritos de Prados.....	56
Figura 16 – Vista para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 2015..	57
Figura 17 – Vista para a Capela de Nossa Senhora do Rosário, 2016.....	57
Figura 18 – Paisagem Urbana de Prados - Vista do Morro do Cruzeiro, 2016...	58
Figura 19 – Paisagem Urbana de Prados - Vista do Morro do Cruzeiro, 2019...	58
Figura 20 – Croquis esquemático das capelas na região de Prados	61
Figura 21 – Fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Prados.....	62
Figura 22 – Arraial de Prados nos seus primeiros anos, sem data	63
Figura 23 – Arraial de Prados em 1839	65
Figura 24 – Rua Magalhães Gomes início do século XX.....	66
Figura 25 – Rua Magalhães Gomes em 1928	66
Figura 26 – Vista para a Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1940	67
Figura 27 – Arraial dos Prados - Vista para a Capela do Rosário em 1930.....	68

Figura 28 – Mapa esquemático dos núcleos de ocupação	70
Figura 29 – Paisagem Urbana Histórica de Prados	74
Figura 30 – Procissão na Rua Magalhães Gomes oriunda da Igreja Matriz, 1928	75
Figura 31 – Passo situado à Rua Coronel João Luiz	75
Figura 32 – Passo situado à Rua Coronel José Manoel	75
Figura 33 – Procissão na Rua Magalhães Gomes, 1928	76
Figura 34 – Pradense Clube	77
Figura 35 – Detalhe do nome da cidade no telhado do Edifício do Pradense Clube	77
Figura 36 – Primeiro Bloco de Carnaval de Prados, 1927	78
Figura 37 – Desfile do Bloco de Carnaval Gato Preto, 1936	78
Figura 38 – Desfile do Bloco Gato Preto, Carnaval de 1968	79
Figura 39 – Desfile do Bloco UCA, Porta Bandeira e Mestre Sala, 2013	79
Figura 40 – Desfile do Bloco UCA, Bateria, Carnaval de 2013	79
Figura 41 – Desfile do Bloco Ukinha, Carnaval 2013	80
Figura 42 – Desfile do Bloco Ukinha, Bateria, Carnaval 2013	80
Figura 43 – Sede do Gato Preto	80
Figura 44 – Detalhe do telhado visto pela janela	80
Figura 45 – Músicos da Lira Ceciliana, sem data	81
Figura 46 – Construção da Sede da Lira Ceciliana, sem data	81
Figura 47 – Sede da Lira Ceciliana à Rua Magalhães Gomes	82
Figura 48 – Apresentação da Orquestra da Lira Ceciliana na Praça Dr. Viviano Caldas, 2017	82
Figura 49 – Orquestra da Lira Ceciliana na Praça Dr. Viviano Caldas, 2022	83
Figura 50 – Curro ou Largo das Cavalhadas no final do Século XIX	84
Figura 51 – Largo das Cavalhadas em meados de 1930	84
Figura 52 – Chegada da Força da Polícia Militar de	85
Figura 53 – Inauguração da Bomba de Gasolina, início da década de 1930	85
Figura 54 – Paisagem Urbana Histórica de Prados, final da década de 1930	86
Figura 55 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1940	87
Figura 56 – Monumento “Globo”, em meados da década de 1940	88
Figura 57 – Homenagem aos Pracinhas Pradenses ao redor do Globo, 1945	88
Figura 58 – Manifestação política, meados da década de 1950	89

Figura 59 – Monumento “Globo”, em 1968	89
Figura 60 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1960	90
Figura 61 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1960	91
Figura 62 – Praça Dr. Viviano Caldas, construção da sede do Clube UCA, em 1969	92
Figura 63 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1970	93
Figura 64 – Vista aérea do centro histórico de Prados, década de 1970.....	94
Figura 65 – Vista aérea do centro histórico de Prados, 2021	95
Figura 66 – Praça Dr. Viviano Caldas, 2012.....	96
Figura 67 – Praça Dr. Viviano Caldas, 2016.....	97
Figura 68 – Prados, final séc. XIX.....	99
Figura 69 – Prados, 1908.....	99
Figura 70 – Prados, década 1930.....	99
Figura 71 – Prados, 1940.....	99
Figura 72 – Prados, início década de 1940.....	99
Figura 73 – Praça Dr. Viviano Caldas em 2016	99
Figura 74 – Praça Dr. Viviano Caldas em 2022.....	99
Figura 75 – Paisagem Urbana de Prados em 1908	100
Figura 76 – Paisagem Urbana de Prados em 2016	100
Figura 77 – Paisagem Urbana de Prados em 2019	100
Figura 78 – Praça Dr. Viviano Caldas	102
Figura 79 – Praça Dr. Viviano Caldas	102
Figura 80 – Praça Dr. Viviano Caldas	102
Figura 81 – Praça Dr. Viviano Caldas	102
Figura 82 – Projeto da Praça Dr. Viviano Caldas denominado de Revitalização	103
Figura 83 – Projeto da Praça Dr. Viviano Caldas.....	104
Figura 84 – Projeto da Praça Dr. Viviano Caldas.....	104
Figura 85 – Referência projetual – Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1940	105
Figura 86 – Referência projetual – Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1960	106
Figura 87 – Referência projetual – Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1960	106

Figura 88 – Análise do objeto – Praça Dr. Viviano Caldas, 2021.....	107
Figura 89 – Análise do objeto – Praça Dr. Viviano Caldas, 2021.....	107
Figura 90 – Ocupação da praça pela Orquestra da Lira Ceciliana	108
Figura 91 – Ocupação da praça com evento local.....	108
Figura 92 – Ocupação da praça por turistas	109
Figura 93 – Ocupação da praça com evento regional	109
Figura 94 – Placa com informações da obra.....	110
Figura 95 – Demolição da Praça Dr. Viviano Caldas	110
Figura 96 – Demolição da Praça Dr. Viviano Caldas	111
Figura 97 – Demolição da Praça Dr. Viviano Caldas	111
Figura 98 – Obra da Praça Dr. Viviano Caldas	112
Figura 99 – Obra da Praça Dr. Viviano Caldas	112
Figura 100 – Rampa de acesso e piso tátil na nova Praça Dr. Viviano Caldas	113
Figura 101 – Praça Dr. Viviano Caldas concluída, com o novo coreto	114
Figura 102 – Praça Dr. Viviano Caldas concluída, com o busto	114
Figura 103 – Praça Dr. Viviano Caldas concluída, com a urna.....	115
Figura 104 – Praça Dr. Viviano Caldas sem sombreamento	116

LISTA DE ABREVIATURAS

HUL – Historic Urban Landscape – Tradução: Paisagem Urbana Histórica

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	A PAISAGEM EM DIFERENTES OLHARES	18
2.1.	PAISAGEM PLURAL.....	19
2.2.	PAISAGEM E PATRIMÔNIO: ABORDAGENS E INSTRUMENTOS.....	28
3.	PRADOS	54
3.1.	ASPECTOS GEOGRÁFICOS	55
3.2.	CONTEXTO HISTÓRICO.....	59
4.	PRADOS ATRAVÉS DAS PORTAS.....	72
4.1.	A RUA E A PRAÇA COMO OBRAS COLETIVAS.....	73
4.2.	A PRAÇA COMO TOTALIDADE	98
4.3.	A PRAÇA COMO PROJETO.....	101
5.	CONCLUSÃO	117
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
	ANEXO A – LEI MUNICIPAL DE PRADOS Nº 712/1983	124
	ANEXO B – PROPOSTA DE TOMBAMENTO DO ACERVO HISTÓRICO DE PRADOS – SPHAN, 1985.....	125
	ANEXO B.1 – MAPA CADASTRAL DO CONJUNTO HISTÓRICO DE PRADOS – SPHAN, 1985	127
	ANEXO B.2 – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DA PROPOSTA DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO DE PRADOS – SPHAN, 1985.....	128
	ANEXO C – MAPA CADASTRAL COM PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO DE ENTORNO DA IGREJA MATRIZ.....	137

1. INTRODUÇÃO

“Visto que as políticas públicas não protegem as paisagens urbanas brasileiras de maneira efetiva, o presente trabalho tem como objetivo compreender as diferentes formas de observá-las, e acima de tudo, senti-las.” (FERREIRA, 2016). Foi a abertura da introdução da minha monografia na Graduação, em 2016. Muito criticada, a expressão “senti-las”! No entanto, é, mais do que nunca, de extrema importância, sentir as paisagens, e continua cada vez mais atual. A paisagem é um termo amplamente discutido em várias áreas de conhecimento, sendo multidisciplinar. Buscou-se, então, compreender este conceito desde sua formação, retratando, brevemente, no segundo capítulo, a paisagem em diferentes olhares até a construção do termo Paisagem Urbana Histórica – HUL.

A cidade de Prados, em Minas Gerais, foi definida como objeto de estudo desta presente pesquisa de Mestrado, por ser a cidade de minhas raízes maternas. Sua história remonta ao início século XVIII, com sua formação a partir da descoberta do ouro. O terceiro capítulo versa sobre a cidade, abrangendo os aspectos geográficos e o contexto histórico no qual se insere, para compreensão de sua conformação.

O quarto capítulo traz uma leitura da Paisagem Urbana Histórica (HUL) de Prados, a partir da ótica utilizada por Jean-Marc Besse (2014), iniciando com uma breve apresentação sobre as proposições idealizadas em seu livro – “O gosto do mundo: exercícios de paisagem”, as quais são definidas como portas que se abrem para a percepção da paisagem, que seriam: arte, natureza, experiência, cultura e projeto. No entanto, neste trabalho, iremos nos ater apenas em três portas para a compreensão da paisagem urbana histórica de Prados, que são: a formação da paisagem a partir da obra coletiva, a totalidade do homem com a natureza, e o exercício de projeto. A partir da compreensão de que a paisagem é a relação do homem com o seu meio, e que a paisagem evolui como um organismo vivo, sendo o fruto das transformações socioculturais que ocorrem ao longo do tempo, a escolha desta abordagem metodológica se faz a partir, então, de dois pontos chaves da cidade – a rua e a praça, com a leitura da consolidação da evolução da forma urbana de seu centro histórico, a partir de pesquisas historiográficas, que se transformam até os dias atuais.

O Subcapítulo “A Rua e a Praça como obras coletivas” apresenta, a partir de fotografias, como as transformações sociais e a apropriação do espaço público consolidaram o espaço urbano ao longo do tempo.

Já o subcapítulo “A Praça como totalidade” traz as transformações da Paisagem Urbana Histórica (HUL) de Prados como forma de mostrar que a alteração de uma unidade, mesmo que sutil, altera todo o contexto em que se insere. Ou seja, que a “pequena” alteração de uma praça pública, altera a paisagem de uma cidade inteira.

O subcapítulo “A Praça como Projeto” foi uma surpresa em meio à escrita do texto da dissertação. Chegando à Prados para atualização de fotos, para a finalização da pesquisa, em março de 2022, vejo a Praça cercada e uma placa de reforma. A Praça passava por intervenções, exatamente para o capítulo que versava sobre projeto e a importância da participação popular, visto que o objetivo inicial do trabalho, era elaborar um plano para a formulação de um inventário participativo com parte da população. No entanto, com a Pandemia de Covid-19 que assola o mundo, desde o início de 2020, a realização deste projeto foi inviabilizada. Contudo, a obra e reinauguração da Praça Dr. Viviano Caldas em meados de 2022, gerou material para a finalização do presente capítulo.

Apesar da descaracterização do patrimônio arquitetônico e urbano de Prados, ao longo dos anos, a cidade possui um cenário urbano singular que vem se estratificando desde sua formação, e tem como objetivo principal ser, devidamente, reconhecida e protegida. Em vista disso, o objetivo deste trabalho é a preservação da paisagem urbana histórica de Prados, e a partir de sua leitura, gerar material para futuras pesquisas, e que possa, futuramente, vir a criar base, para gerar diretrizes patrimoniais, urbanas, ambientais, sociais e culturais específicas para a manutenção de sua qualidade.

2. A PAISAGEM EM DIFERENTES OLHARES

Discutir o conceito, tão plural, de paisagem não é uma tarefa fácil. Uma palavra com tantos significados, abordagens e símbolos, que vem sendo discutida desde o Renascimento. A paisagem exige que se escolha um caminho ou um olhar sobre ela, para que se possa compreendê-la a partir de uma perspectiva definida, contudo, é intrínseco a existência de um contexto muito mais amplo que necessita ser melhor explicado e desenvolvido.

No caso desta pesquisa de Mestrado, busca-se compreender uma paisagem essencialmente histórica, a partir de seus significados culturais e sociais, utilizando-se de um viés filosófico, o qual, pretende enxergar diferentes meios para uma leitura coerente desta paisagem.

Este capítulo, pretende explorar o tema, sem a pretensão de esgotar o inesgotável campo de conceitos e abordagens paisagísticas, mas como uma contextualização para a temática, aproximando-a com o objeto empírico analisado neste trabalho. Em sua construção foi utilizado o procedimento da revisão bibliográfica, com apoio em autores selecionados – em especial, Jean-Marc Besse – cuja abordagem se faz essencial para o desenvolvimento desta pesquisa nos seguintes capítulos.

2.1. PAISAGEM PLURAL

A abordagem da paisagem vem se ampliando e se modificando ao longo dos últimos anos. Inicialmente ocupando uma posição secundária, com ênfase em conceitos, tais como, região, espaço, território e lugar; depois passou a atingir uma posição essencial para o entendimento de unidade e de identidade geográfica até chegar à forma de abordagem que vemos hoje onde, o termo paisagem, alcançou um estágio evidentemente mais avançado de compreensão, relacionando-se com uma visão mais holística e ontológica do meio ambiente. No sentido mais palpável, a “paisagem” como porção de território é vista como uma definição simplória e insuficiente para descrever algo tão carregado de significados.

Sua trajetória, embora já bastante discutida e apontada em pesquisas acadêmicas, acompanha a evolução das sociedades em relação ao espaço vivido, ao longo de um espaço de tempo, sendo por isto, extremamente pertinente uma pequena contextualização do conceito. É um reflexo social e cultural no ambiente terreno e, sua percepção e compreensão evolui da mesma forma em que evoluímos como seres humanos e nossas relações com nossos ambientes, nossa cultura e nossa sociedade, tornando a paisagem algo intrínseco à cultura humana e à vida terrena.

Sabemos que a paisagem sempre existiu, em todos os momentos da história humana, o homem se relacionou, de alguma forma, com seu *habitat*. O ambiente foi se modificando, se ampliando e seguiu a evolução da sociedade e a forma como o homem percebe e compreende estas relações. Corbin (1989) relata que, até a Idade Média, as paisagens eram motivo de repulsa, marcado pelo desconhecimento e medo que sentiam das forças da natureza, preferindo, assim, manter a paisagem apenas em suas obras de arte, como fundo para suas telas. A arte renascentista, contudo, foi a responsável pela mudança na percepção das paisagens, partindo para um processo de apreensão da realidade (FIGUEIREDO, 2013).

No século XIX, a paisagem ganha *status* de disciplina, inserida na geografia cultural, como uma forma de compreender as relações existentes entre homem e natureza, sendo capaz de representar a cultura e a identidade de um grupo (CUSTÓDIO, 2014) e se mostrando dinâmica entre estas relações, a partir de um sistema conformador destas paisagens (BESSE, 2014). A inserção da paisagem como objeto de estudo da geografia possibilitou a ampliação das formas de percepção e do aumento do interesse de desenvolvimento de estudos paisagísticos.

Carl Sauer (1925), geógrafo alemão e um dos precursores da geografia cultural, afirmou que o conteúdo da paisagem é encontrado nas qualidades físicas de uma área, dada como importante para o homem e pelo seu uso com elementos materiais e da cultura humana, ou seja, ela é um produto e um sistema, com características que variam de ambiente para ambiente, a partir da ocupação do território que, se expressa inevitavelmente em forma de dinâmicas sociais, políticas, econômicas e condicionam a paisagem (SAUER, 1925).

Assim, Assunto (2013) e Bezerra (2017), alegam que apesar das raízes da paisagem estarem na geografia e sua definição básica ser intrinsecamente relacionada com a matéria e a forma que compõe o meio, sendo vista como algo que dá uma unidade ao território, condicionando o ambiente, a própria geografia e os primeiros modos de tratamento da paisagem já a relacionava com as dinâmicas sociais e seus reflexos. Ou seja, a unidade dada pela paisagem, através de uma percepção concreta e material, de natureza física e terrestre, é onde se implantam ações humanas que se relacionam entre si, de modo interdependente.

É inevitável apontar que a origem da palavra “paisagem” nos leva ao caminho da materialidade, da região, do território, da geografia. Palavras como “*landscape*”, “*landschaft*”, “*lanskap*”, “*paesaggio*”, “*paisais*”, “*pays*” ou “*paysage*”, conforme Sauer (1925); Blanc-Parnard (1986); Jackson (1984) e Besse (2014) remetem ao surgimento do vocábulo, referindo-se ao território construído e vivido. Contudo, sabe-se que, hoje, a própria noção de paisagem se difere, de acordo com a forma que se observa e quem a observa. Blanc-Parnard; Rason (1986) e Besse (2006) exemplificam com olhares profissionais de diferentes áreas sobre uma mesma paisagem e afirmam que, a leitura dos mesmos elementos desta paisagem, são diferentes, de acordo com a visão que a capta.

Esta maneira de olhar e captar a paisagem, de acordo com as lentes do observador, já aparecia desde os primórdios do Renascimento, quando a paisagem era retratada na pintura (figuras 1 e 2), logo, como imagem. Nada obstante, a correlação entre paisagem e imagem é, assim, algo íntimo, por vezes o senso comum identifica a paisagem e sua representação através da imagem (fotografia, pintura, etc.) exemplificado por Corbain (1989) ao abordar o tema refletindo sobre o desejo de estar beira-mar, refletido em pinturas e aproximando homem-natureza-arte.

Figura 1 – Mona Lisa (La Gioconda), 1503 –1505/1507



Fonte: Leonardo da Vinci (1452-1519). Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2014/02/pinturas_famosas_do_renascimento.html>. Acesso em: abr, 2021.

Figura 2 – Bacchanal of the Andrians, 1522–1524



Fonte: Ticiano (1490-1576). Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2014/02/pinturas_famosas_do_renascimento.html>. Acesso em: abr, 2021.

A paisagem, conforme Besse (2006), é mais que uma tentativa de preservar uma forma urbana, não pode ser somente cenário para estudo ou observação da natureza. Ela é um momento meditativo, onde o ser humano pode se apoderar das relações que o une com o meio, sentir sua experiência e entender sua existência. Sua contemplação é uma forma de felicidade, uma maneira de se ver o mundo em que se habita, através de sua própria história, onde ela é uma história por si mesma e também parte de uma história ainda maior (RIBEIRO, 2007). A paisagem é a reconciliação entre o exterior e o interior, entre o tangível e o intangível (BESSE, 2006).

A relação do homem com a paisagem é uma experiência do espaço e de como ele se enxerga e se comporta neste espaço, ou seja, como o homem vê sua experiência no mundo, sendo impossível a desconexão do homem e seu meio, tornando a paisagem uma construção artística que se apoia principalmente na experiência precoce do observador e a *posteriori* da contemplação da paisagem, unindo à experiência, sentimentos, memórias e sentidos, preenchendo-a de símbolos e resultando no entendimento de que “[...] a paisagem não é uma questão natural e sim uma construção sócio-cultural” (SALGADO, 2017, p.117).

A ampliação da discussão de paisagem, abrangendo áreas da sociologia, antropologia e filosofia, trouxe à tona a relação paisagem-existência e paisagem-experiência, transformando as cidades em grandes palcos de paisagens. Por serem locais de intensa dinamicidade, relações intrínsecas do homem e seu ambiente, inserção da cultura humana, reflexo desta cultura em dado espaço e tempo, como afirma Menezes (2002):

[...] mesmo quando se distinguiu paisagem natural, paisagem representada e paisagem construída, a expressão paisagem urbana, muitas vezes, simplesmente se superpôs a morfologia urbana. Portanto, urbanização, história urbana, imaginário urbano, vida urbana e questões assemelhadas se integram com familiaridade ao repertório do colóquio, juntamente, por exemplo, com os estudos iconográficos ou com as análises de imagens visuais ou de intervenções no espaço (MENEZES, 2002, p. 30).

A abordagem de paisagem como experiência vivida e forma de habitar o espaço, criou a possibilidade de se adentrar ao campo filosófico da fenomenologia, indo de encontro às percepções, às representações, aos sentimentos e às atitudes diante do espaço, permitiu a utilização de novos métodos para a sua interpretação, descrição e compreensão (BESSE, 2006). As diferentes formas de representação, de sentimentos e percepções da paisagem ratificam a necessidade de a compreender como um fenômeno social, capaz de ser percebido e transformado pela sociedade que a usufrui (MENEZES, 2002).

Convergindo à esta perspectiva de paisagem, Assunto (2013), alarga a discussão, trazendo a relação com a paisagem ao campo sensorial, dos sentidos do corpo humano e dos sentimentos. Dando-a poder de nos fazer felizes:

Visão, audição; e cheiro, e sabores, e tacto: a contemplação da natureza, quando nos encontramos numa paisagem, é identificação de todo o nosso ser, sem distinção entre espírito e corpo: porque a fruição da alma, desinteressada, é aqui uma espécie de juízo que tem por tema não só a paisagem como tal, por aquilo que nela se pode assimilar a uma obra de arte, mas também as sensações físicas do nosso estar na paisagem, do nosso viver da natureza que se apresenta à contemplação como a paisagem da qual somos parte, porque a vivemos enquanto nela nos encontramos; e o nosso estar na paisagem é todo um com o nosso viver a paisagem e viver da paisagem, viver da natureza que é a paisagem. Contemplação que é também prazer físico pelo ar que respiramos. A paisagem com os seus aromas, mas também com as suas cores, as suas luzes. Com o seu céu, as suas águas, as suas rochas, a sua vegetação, as suas aves e insectos e animais de todo o tipo; que chega aos nossos pulmões, entra-nos, literalmente, no sangue, e expande-se pelos membros, fazendo-nos sentir unos com a

natureza: e exalta o nosso ser natureza, a natureza que está em nós, e reaviva-a; e dela faz objecto de deleite, para a alma, suscitando em nós a alegria da nossa identificação com a natureza, de fazer da sua a nossa alegria. “Freude trinken alle Wesen / An der Brüsten der Natur...” (ASSUNTO, 2013, p. 368)

A frase final da citação de Assunto (2013), compõe a letra da Nona Sinfonia de Beethoven (1822-1824), “Todos os seres bebem alegria/ nos seios da natureza...”¹, escrita nos últimos anos do século XVIII e já demonstrando a aproximação entre homem e paisagem como algo que acometia aos poucos. A inserção desta forma de relacionar-se com a paisagem também é exposta por Roger (2013), ao inserir a subjetividade na abordagem da paisagem, trazendo à tona a perspectiva de que a paisagem é construída a partir de uma dupla artialização – “*in situ*” e “*in visu*”.

Esta dupla artialização consiste, de forma resumida, já que as mesmas serão abordadas neste trabalho, no capítulo 3 – sobre a leitura da paisagem de Prados, na percepção de uma paisagem como obra de arte, estética, podendo ser visitada através de imagens - “*in visu*” - (pinturas, fotografias, cinema, por exemplo) e através da construção social, na prática e no dia-a-dia – “*in situ*” (ações da sociedade na construção da paisagem). Um processo pode conviver simultaneamente com o outro, não se eliminam e, sim, convivem. Ainda, para Roger (2013), a paisagem, para existir necessita da convivência do homem com o seu meio, da paisagem com o homem onde, para uma paisagem se conformar como tal, deve existir a soma destas convivências.

Esta compreensão fica mais fácil quando se aceita o fato de que a verdadeira paisagem é produto de um conjunto de interações e de ações humanas com seu meio e sua cultura, relativizando-a de acordo com quem a percebe, sendo além do território habitado, um mundo vivido, criado e transformado pelas sociedades, mantendo sempre a dinâmica destas sociedades, de acordo com seu tempo e espaço, se aproximando assim, do ecúmeno humano (BESSE, 2006; 2014).

Vindo de uma associação entre as formas visíveis sobre uma superfície e suas mais diversas relações, a paisagem se apresenta como um conceito abrangente e impreciso, permitindo olhares dos mais variados meios e para os mais diversos caminhos, o que torna sua percepção mais complexa, conforme explana Simmel (1996):

¹ A letra, segundo Assunto (2013) foi escrita por Schiller, em 1786. Tradução do ditado alemão disponível em: <<https://www.aphorismen.de/zitat/11905>>. Acesso: abr, 2021.

Inúmeras vezes, ocorre de atravessarmos a natureza e perceber, nos graus de atenção os mais diversos, árvores, cursos d'água, colinas e casas e as mil transformações em todos os gêneros da luz e das nuvens – mas, notar um detalhe ou mesmo contemplar aqui e acolá não bastam ainda para nos dar a consciência de ver uma "paisagem" (SIMMEL, 1996, p. 15).

A maneira como percebemos a paisagem que nos cerca, mesmo que da forma mais singela e, aparentemente, inofensiva, nos torna parte desta paisagem. Expectadores e, também, produtores, deixando evidente que ela é um produto que vai além do meio físico, de intempéries, de materialidade, da natureza e da ação do homem, “é também forma simbólica impregnada de valores” (CÔRREA, 2011, p. 10). A paisagem, assim, é algo construído ao longo dos anos e da história, por um grupo social. Tratar uma paisagem como algo que já nasce pronto, passível de descrição exata e análise objetiva ou, ainda, de relacioná-la exclusivamente por seus aspectos visuais é um equívoco que ainda permanece em algumas culturas (RIBEIRO, 2010).

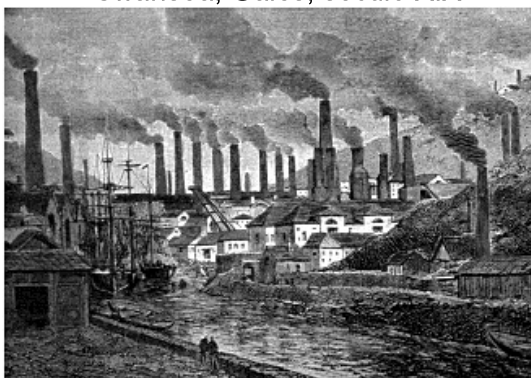
Por ser um produto social, a paisagem está intrinsecamente ligada a cultura herdada, como ressaltam Sá Carneiro, Duarte e Marques (2009, p.129), “[...] a cultura caracteriza a paisagem, desde as construções evidentes até o patrimônio intelectual ali conservado”, assim, refletindo não só os elementos materiais como os mais diferentes reflexos intangíveis que uma sociedade pode deixar registrado em sua paisagem.

Entende-se, desta forma, que todo movimento humano, registra marcas na paisagem. Estas marcas se sobrepõem ao longo do tempo, marcando e caracterizando a sociedade em diferentes momentos de sua existência, através de palimpsestos que se acumulam. A paisagem está sempre em movimento, como um elemento vivo, algo sempre inatingível, pois sempre que se tentar delimitar e enrijecer uma paisagem, o fato de buscar compreendê-la, num dado momento, já a transforma em relação ao primeiro momento de contato (RIBEIRO, 2010).

A paisagem como algo dinâmico, refletindo cultura, transportando relações sociais entre homem e natureza, carregada de simbologia, representatividade, historicidade e cultura, inevitavelmente se cruza de forma quase que inseparável com áreas urbanas, onde o homem como ser que atua de forma individual e também, coletiva, insere, o tempo todo, sua cultura, crenças e tradições juntamente com suas experiências, vivências e sentimentos. Nada melhor que uma cidade para representar todo o complexo sistêmico de uma paisagem carregada de humanidade.

No século XIX, as paisagens urbanas ainda não eram foco de interesse para estudiosos da paisagem, por serem ambientes considerados similares em todas as cidades industrializadas, devido à padronização urbana acarretado pela Revolução Industrial na Inglaterra que transformou, drasticamente, as cidades europeias (figuras 03 e 04) e, posteriormente, ao redor do mundo, em “cópias uniformizadas” e sem preocupações com especificidades do local ou ambiental (BLANC-PARNARD; RAISON, 1986).

Figura 3 – Fundição de cobre em Swansea, Gales, século XIX



Fonte: Divalte Garcia Figueira. “História”. São Paulo: Ática, 2005, p.193. Disponível em: <<https://pibidhistoriauepb.wordpress.com/2013/10/06/banco-de-questoes-temarevolucao-industrial/>>. Acesso em: abril de 2021.

Figura 4 – Reforma de Haussmann no centro de Paris, século XIX



Disponível em: <<https://4.bp.blogspot.com/-33FI8WnZPV4/UaiqTixBBMI/AAAAAAAAAuk/AEEonsLEdWQ/s1600/callebotteantes.jpg>>. Acesso em: abril de 2021.

As paisagens urbanas foram marcadas, neste período, por expressivas substituições, inserção de elementos como ferro e vidro nas construções, abertura de vias com a chegada dos automóveis que transformaram estas paisagens, de modo que elas passaram a refletir os desequilíbrios sociais que a industrialização resultou (BLANC-PARNARD; RAISON, 1986). Este ambiente é marcado por forte ambiguidade, paradoxos e contradições, motivos que levaram a paisagem urbana a se tornar, assim, objeto de estudo para pesquisadores, paisagistas, urbanistas, sociólogos e antropólogos:

Com efeito, a palavra paisagem ainda conota fortemente natureza e ruralidade. De seu lado, cidade conota artificialismo. Como falar, então, de paisagem urbana? Certamente não apenas duplicar o sentido de morfologia ou desenho urbano, ou espaço construído e semelhantes. É necessário mobilizar o enfoque de processo cultural, já exposto, e a presença de formas densas de apropriação cultural (MENEZES, 2002, p. 38).

A afirmação de Menezes (2002), enfatiza a relação de paisagem e natureza que, ainda hoje é muito colocada, principalmente sobre a visão que o homem se relaciona com a paisagem através da busca da conexão com a natureza, principalmente após o racionalismo inserido pela Revolução Industrial que trouxe novos meios de produção e ordenamento do espaço habitado, sobretudo, nas cidades (BERG, 2017). Caberia assim, a introdução de um novo processo, o qual a paisagem urbana vista como algo artificial e reproduzido racionalmente, passa a ser um reflexo cultural dos processos que ocorrem nela, se conformando numa rica rede de patrimônio urbano.

Para O'Donnel (2008), o patrimônio urbano envolve complexas e dinâmicas relações. A paisagem urbana é frequentemente, e erroneamente, percebida de forma superficial. Esta forma de percepção é decorrência de todo processo internacional de valorização da arquitetura e da materialidade, contudo, a vitalidade encontrada em áreas urbanas não deve ser entendida superficialmente e sim, a partir do entendimento de que estas áreas são únicas, onde pessoas vivem e se organizam e marcam com suas tradições e culturas.

Strappa; leva e Dimatteo (2003), na obra "*La città come organismo*", abordam o termo "paisagem" como forma do território ou aparência visível daquela estrutura de relações que liga os diversos estados físicos do processo antrópico do solo natural, sendo este, de caráter individual, único e não repetível. Entretanto, a estrutura deste organismo se desenvolve a partir de processos históricos com características específicas que, se individualiza e se destacam na transformação do solo, em um determinado espaço e tempo, em função da variabilidade natural e histórica. Em resumo, as características de cada local, geográficas e históricas se misturam com as relações intrínsecas do homem com seu meio e geram paisagens únicas que, a partir da percepção humana, se conformam em paisagens culturais.

Este entendimento nos permite concluir que a paisagem urbana é um importante exemplar do produto gerado entre homem e natureza, a partir das dinâmicas do meio físico, dos sistemas socioeconômicos e políticos que ocorrem em um determinado tempo e espaço, comprovando a amplitude que o tema pode gerar de discussões e variabilidade do conceito. A complexidade de se entender as paisagens é demonstrada em cada fase de evolução de como os órgãos tratam o termo, as dificuldades em nomear, classificar, inserir em tipologias, proteger, significar e compreender. Contudo, há um consenso de que "a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre

o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras” (RIBEIRO, 2007, p. 11).

Esta aproximação com a realidade urbana, abre espaço para a existência de paisagens culturais urbanas, ampliando ainda mais, a necessidade de estudos que visem sua compreensão. Não há nada mais cultural na realidade do homem, que os centros urbanos, que extravasam as delimitações de áreas denominadas como históricas ², como sítios, núcleos ou bairros antigos, para regiões essencialmente contemporâneas das cidades, mas que também refletem a cultura e a paisagem do local.

Assim, toda paisagem se torna cultural, não essencialmente por ser vista por uma cultura, mas, sim, por ter sido produzida por um conjunto de práticas e tradições de uma cultura (econômicas, políticas, sociais e religiosas) e de valores que esta passa a simbolizar, tornando o ato contemplativo em algo extremamente valorizado em uma paisagem (BESSE, 2006 e 2014), “pela reunião destes objetos sob o olhar, a paisagem se faz imagem do mundo, experiência visual do mundo terrestre” (BESSE, 2006, p. 31). E toda paisagem cultural é dinâmica, como tudo na natureza também é. Nos oferecendo pistas materiais para que possamos compreender seu caráter histórico, nos conduzindo ao entendimento da sua formação geomorfológica, social e suas fisionomias ao longo de sua história, ou seja, “mais do que um palimpsesto, a paisagem, [...] é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas” (MENEZES, 2002, p. 37).

As paisagens culturais urbanas são bens multissensoriais para o espírito do lugar combinando elementos tangíveis e intangíveis. Uma forma de simplificar a paisagem urbana é atribuindo valor somente nos aspectos visuais. Quem estuda a paisagem urbana percebe que a complexidade de sua composição está totalmente nas representações do espírito do lugar. A paisagem cultural é composta por determinadas áreas urbanas que podem ser uma perspectiva visual ou uma paisagem territorial e seus significados contribuem para o entendimento do significado de espírito e caráter do lugar (O'DONNELL, 2008). Norberg-Schulz (2006, p. 445) afirma que a definição do

² Segundo a Carta de Nairóbi (1976): “Considera-se ‘conjunto histórico ou tradicional’ todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses ‘conjuntos’, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos [...]”. (CURY, 2004, p. 219)

conceito de “*genius loci* é a essência do lugar” no qual ocorre a “concreta manifestação do habitar humano”, sendo assim, o espírito do lugar vive nas relações intrínsecas do ser humano com seu ambiente, conduzindo a paisagem urbana ao seu caráter cultural.

Ainda sobre o espírito do lugar, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS (2008), Na Declaração de Quebec (Canadá), definiu como um conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações e objetos gerais) e imateriais (memórias, estórias, documentos, rituais, festas, saberes, valores, odores e sentimentos), físicos e espirituais, que dão sentido, valor e emoção ao lugar. Contudo, o espírito do lugar, neste sentido, se mistura e se confunde com o próprio sentido da paisagem e da cidade, onde um espaço tangível recebe interferências da cultura humana, responsáveis pelas características e valorização da paisagem de determinado local em um espaço de tempo.

Embora o termo “paisagem cultural” tenha surgido na Alemanha, no século XIX, através da geografia cultural, referenciando a paisagem que passou por alguma interferência humana e, neste momento, se opondo à paisagem natural, atualmente esta oposição é algo, praticamente, inviável. Pensar em uma paisagem sem imaginar a cultura humana em suas relações mais íntimas com a natureza, se torna uma utopia, afinal, o ato de presenciar e perceber a paisagem em sua forma mais natural, já a transforma em uma paisagem cultural, ainda que, na prática, seu tratamento foque, sobretudo, em abordagens materialistas (RIBEIRO, 2009).

De todo modo, no campo do patrimônio cultural, a discussão adquiriu cada vez mais popularidade, passando por importantes debates e, conseqüentes, avanços, tornando assim, o caminho de reconhecimento das paisagens como bens culturais mais límpido e consolidado, sendo cada vez mais presente em debates patrimoniais organizados por órgãos e instituições em todo o mundo.

2.2. PAISAGEM E PATRIMÔNIO: ABORDAGENS E INSTRUMENTOS

A inserção da cultura na discussão sobre a temática paisagística, especialmente, em relação aos ambientes urbanos, ocorreu de forma mais enfática, em meados do século XX, paralelamente à ampliação dos debates sobre patrimônio cultural sob a preocupação originada após a Segunda Guerra Mundial, quando as cidades europeias foram intensamente destruídas (figuras 5 e 6), e grande parte dos bens perdidos, criando assim, uma preocupação em preservar o que havia se mantido.

Figura 5 – Cidade Velha de Varsóvia (Starego Miasto), 1915



Fonte: Galeria Henryka Ryćko. Disponível em: <<https://outroblog.com/2018/08/cidade-velha-de-varsovia-stare-miasto.html>>. Acesso: abr, 2021.

Figura 6 – Cidade Velha de Varsóvia (Starego Miasto), pós 2ª Guerra



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <<https://outroblog.com/2018/08/cidade-velha-de-varsovia-stare-miasto.html>>. Acesso: abr, 2021.

Apesar do avanço nas abordagens ter se concretizado, de fato, a partir da segunda metade do século XX, as primeiras menções à paisagem, no campo do patrimônio cultural, surgiram com a Carta de Atenas (1931). Este documento redigido após o primeiro encontro organizado pela UNESCO, já apontava um anseio pelos aspectos visuais dos monumentos, trazendo palavras como, “vizinhança” e “entorno”. A preocupação central da Carta de Atenas, estava na ambientação do bem protegido, visando a preservação de perspectivas “pitorescas”, “ornamentais” e nas “plantações” (CURY, 2004).

Como ocorreu em todas as abordagens sobre paisagens, no patrimônio também ocuparam, em um primeiro momento, um espaço secundário, como elemento pitoresco e, exclusivamente, relacionado à natureza. Ribeiro (2007) cita a Convenção de Washington (1940), que discutiu a proteção da flora, fauna e belezas panorâmicas naturais das Américas, tratando a paisagem pelo foco nas questões estéticas e naturais, não se diferenciando do que a geografia cultural trazia até o momento. E assim permaneceu por décadas, o entendimento do termo “paisagem” restrito à moldura de monumentos, conjuntos e bens naturais.

No Brasil, a criação do SPHAN³ (1936) e do Decreto-Lei nº25 de 1937, que instituiu o tombamento do patrimônio histórico e artístico nacional, através dos quatro

³ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936 (Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937), sob a direção de Mário de Andrade, durante o mandato do ministro da educação, Gustavo Capanema. Fonte: CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação

livros do tomo⁴, seguiram a tendência das discussões contemporâneas, da Carta de Atenas. Contudo, apesar de, claramente, se mostrarem preocupados com a preservação das paisagens, neste momento ainda não haviam encontrado uma ferramenta que a protegesse legalmente e de forma efetiva, utilizando para isto, o tombamento, através do Decreto-Lei e, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o qual diz que estão “[...] também sujeitos a tombamento os **monumentos naturais**, bem como os **sítios e paisagens** que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana” (BRASIL, 1937, art. 2º, grifos da autora).

Apesar da existência de uma intencionalidade latente, de preservação e conservação das paisagens naturais e culturais brasileiras, o Decreto-Lei, como principal instrumento de proteção nacional, é uma ferramenta que, para muitos pesquisadores, não se encaixa com a proteção de paisagens, por utilizar termos que materializam o bem tombado: “O proprietário de coisa tombada” e “obras de conservação e reparação” (BRASIL, 1937, art. 19), deixando a paisagem como uma perspectiva de monumentalização dos elementos que a compõem, transformados em ícones:

[...] sacralizados, dotados de valores próprios, como se fossem autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sociocultural, independentes, também, do próprio contexto ambiental. O monumento é sempre algo que seu entorno não é. Ao sobressair, o monumento assume, sozinho, os significados dispersos no espaço de que faz parte (MENEZES, 2002, p. 50).

A fala de Menezes (2002) resume a posição que a paisagem ocupou, nos primeiros anos de discussão dentro do campo do patrimônio cultural, posição secundária e complementar. O lugar da paisagem só começa a mudar a partir da década de 1960, ainda seguindo por debates internacionais que, novamente refletirão no ambiente nacional.

A Recomendação de Paris (1962), resultante da 12ª Conferência Geral da UNESCO, que tratou a salvaguarda da beleza e caráter das paisagens e sítios, não definiu a paisagem, no entanto, buscou discutir sua salvaguarda a partir de elementos estéticos ou de interesse cultural e natural (CURY, 2004). Esta recomendação, pregou

de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acesso: abr, 2021.

⁴ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo de Artes Aplicadas; Livro do Tombo de Belas Artes; Livro do Tombo Histórico.

o reconhecimento de aspectos urbanos da paisagem, relacionando-os com a natureza e com as obras humanas encontradas sobre ela. Para Menezes (2002), a Recomendação de Paris, foi o primeiro documento que compreendeu a paisagem como algo coletivo, vista como uma “integração espacial mais consistente” apesar da persistente separação de cultura e natureza.

Na década de 1970, a UNESCO, ao organizar a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural (1972) e, a partir da elaboração da Recomendação de Nairóbi (1976) que, para Berg (2017), eram avanços ainda limitados, ratifica um interesse contínuo e ainda não respondido ao tratar as paisagens.

Na Convenção de 1972 ficaram estabelecidos critérios, aos quais os bens deveriam atender para serem inscritos como patrimônio mundial pela UNESCO, separando-os em duas categorias: “patrimônio cultural” e “patrimônio natural”⁵. No entanto, para Ribeiro (2007), as categorias não se anulavam, na realidade, podiam coexistir⁶, pelo simples fato que grande parte das áreas urbanas são espaços de natureza com inúmeras camadas de estratificação cultural e ainda, conforme Rössler (2000), criava-se um instrumento internacional único, capaz de reconhecer e proteger o patrimônio natural e o cultural através de seus valores excepcionais.

Em 1976, na ocasião da 19ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairóbi (Japão), houve a produção da Recomendação de Nairóbi (1976), a qual criou normas para a salvaguarda de conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. No documento definiu-se o que se entendia, no momento, como Conjunto Histórico:

[...] todo grupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses ‘conjuntos’, que são muito variados, pode-se distinguir especialmente os sítios pré-

⁵ A Convenção de 1972, criou as duas categorias e suas subdivisões, sendo considerados “**patrimônios naturais**” os monumentos naturais; formações geológicas, fisiográficas e áreas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas; e os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas. Já os bens considerados “**patrimônios culturais**” são os monumentos (obras arquitetônicas, esculturas, pinturas ou elementos arqueológicos); os conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidas valorizados por seus elementos arquitetônicos ou sua unidade ou integração na paisagem); os sítios (obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos) (CURY, 2004, p. 178-179).

⁶ A partir da criação, posterior, da categoria de “bem misto”, o qual atenderia a categoria de patrimônio natural e patrimônio cultural da UNESCO (RIBEIRO, 2007).

históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (CURY, 2004, p.219).

A Recomendação de Nairóbi também deliberou sobre a “ambiência”, como “quadro” que influi na percepção dos conjuntos ou que se vincula a eles, espacialmente, socialmente, economicamente ou culturalmente, de forma imediata e sempre unida ao conjunto, o que Ribeiro (2007) aponta como o grande avanço do documento, na discussão sobre paisagens, pelo qual um conjunto deve ser tratado juntamente com sua ambiência, apesar do tratamento como objetos distintos, manter a imagem de “centro histórico” como foco de preservação e sua “ambiência” como algo complementar que existe apenas para dar sentido ao objeto principal.

Sá Carneiro e Silva (2012) afirmam que, até a década de 1970, a paisagem aparecia em documentos patrimoniais, sobretudo nos internacionais, sob as abordagens de “entorno”, “ambiência”, “circunvizinhança”, “vizinhança” e outros, sendo, por vezes, o objeto de preservação, mas principalmente, servindo de moldura para o monumento ou bem reconhecido como patrimônio cultural. A partir da Convenção de 1972 e da Recomendação de Nairóbi é que especialistas passaram a enxergar o avanço efetivo nas discussões sobre a preservação das paisagens, pois ainda que tratada como ambiência, a paisagem passa a ser vista em conjunto, integrada com as relações existentes.

O grande marco para a introdução da categoria de “paisagem cultural” como produto da interação entre cultura humana e seu meio natural, foi exposto no Encontro Técnico do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em La Petite (França), em 1992. Neste momento, a paisagem cultural é definida a partir da interação entre homem e meio ambiente e a “[...] continuidade dos valores e funções a ela associados, assim como os vínculos afetivos, passaram a ser um dos referenciais decisivos para o reconhecimento de um ‘valor universal excepcional’” (MENEZES, 2002, p. 51).

Apesar da anterioridade da discussão sobre paisagem como patrimônio, a associação de suas características sociais e naturais, era algo tímido, sem muito enfoque, tanto em nível internacional, quanto no Brasil. Somente a partir do Encontro de 1992 que se reformulou a compreensão e institucionalização da paisagem cultural, com uma nova abordagem, agora focada no termo “cultural”. O termo se torna devidamente oficializado no campo do patrimônio cultural mundial e, ainda se subdivide em três principais classes, as quais, a UNESCO propõe como critérios para análise das

paisagens culturais no processo de reconhecimento e inserção na Lista de Patrimônio Mundial:

1. **Paisagens projetadas e criadas pelo homem** (*designed cultural landscapes*): Nesta categoria encontram-se paisagens projetadas para evidenciar suas qualidades naturais (figura 7). Nelas incluem-se os parques e os jardins (MENEZES, 2002). E, os principais valores identificados para o reconhecimento da paisagem como patrimônio mundial estão relacionados com seu planejamento e seus reflexos culturais e ambientais (RIBEIRO, 2007).

Figura 7 – Paisagem Cultural de Sintra, Portugal



Fonte: Fiona Star. Disponível em: <whc.unesco.org/en/documents/112855>. Acesso: abr, 2021.

2. **Paisagens evoluídas organicamente** (*organically evolved cultural landscapes*). Estas paisagens refletem processos da evolução humana em sua “forma e componentes”, podendo ser paisagens “vivas” (por exemplo, os sistemas agrícolas em operação) (figura 8).

Podem ser também, paisagens que testemunham sistemas passados (por exemplo, as paisagens industriais obsoletas) ou ainda, que refletem a manutenção de modos de vida tradicionais, resultado de imperativos sociais, econômicos,

administrativos ou religiosos e, o desenvolvimento de sua forma material através das interações com seu meio natural.

As paisagens evoluídas organicamente podem ser divididas entre as “paisagens relíquias ou fósseis”, as quais o processo de construção terminou há algum tempo, mas seus aspectos ainda são visíveis e as “paisagens contínuas”, que ainda retêm um papel ativo na sociedade contemporânea (MENEZES, 2002; RIBEIRO, 2007, SÁ CARNEIRO E SILVA, 2012).

Figura 8 – Paisagem Cultural dos Terraços de Arroz, Cordilheiras Filipinas



Fonte: Patrick Venenoso. Disponível em: <whc.unesco.org/fr/documents/129333>. Acesso: abr, 2021.

3. **Paisagens associáveis** (*associative cultural landscapes*): Estas paisagens possuem, ou não, qualidades naturais diversificadas e em diferentes escalas. Sua principal referência é o vínculo com eventos, personagens, ideologias, histórico, artes, filosofia, religião ou por aspectos científicos com seu meio. Conforme Ribeiro (2007), nelas, os elementos materiais que refletem a cultura humana podem nem existir ou se existirem, podem ser insignificantes

para a leitura e compreensão do caráter excepcional e entendimento desta paisagem (figura 9).

Figura 9 – Paisagem Cultural do Parque Nacional de Tongariro, Nova Zelândia



Fonte: Francesco Bandarin. Disponível em: <whc.unesco.org/fr/documents/109563>. Acesso: abr, 2021.

A inclusão da paisagem cultural na lista de patrimônio mundial e os critérios analisados para a atribuição de valores fazem referência à sua funcionalidade e inteligibilidade. Em todos os casos, a paisagem cultural para ser reconhecida como bem mundial, deve ser capaz de representar a totalidade da paisagem que ela representa e, também, deve possuir áreas de intensa representatividade, de transporte de cultura e comunicação, não devendo, um critério excluir o outro (RIBEIRO, 2007).

Outro ponto importante que a Reunião de 1992 determinou, foi a remoção do conceito de paisagem definido como “interação entre homem e seu ambiente natural” e “combinações excepcionais de elementos naturais e culturais”, que a Convenção

Mundial de 1972 inseriu para definição dos bens naturais (critérios II e III, respectivamente).

[...] desde então, os critérios naturais ou culturais usados para a inscrição do bem como patrimônio mundial não se referem especificamente às interações entre o homem e seu ambiente, cabendo esse papel à categoria de paisagem cultural.

Nota-se ainda que, além das alterações realizadas nos critérios, não foram criados critérios especiais para as paisagens culturais. Elas são tomadas inicialmente como bens culturais e, como os demais, as paisagens culturais, para serem inscritas na lista do patrimônio mundial, precisam atender a pelo menos um dos critérios estabelecidos para essa valoração. Além disso, todos os bens culturais devem também obedecer ao critério de autenticidade e as paisagens culturais devem possuir caráter e componentes distintivos (RIBEIRO, 2007, p. 44).

Cabe salientar aqui que, nestes primeiros anos da década de 1990, o mundo se voltava para uma preocupação ambiental e, conseqüentemente, ao caráter sustentável das paisagens, ou das cidades, a exemplo disto, tem-se a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) que, ratificou a Declaração da Conferência sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo (1972) e comprovou a intrínseca relação entre o ser humano e seu meio aliado à necessidade de um ambiente saudável para uma vida de qualidade onde, inegavelmente, deveriam se incluir as paisagens urbanas, visto que é o maior ambiente de vida humana que ao se desenvolverem economicamente, muitas das vezes, tem uma certa decadência em sua qualidade.

A inserção do meio ambiente como uma questão central para a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, trouxe também, a paisagem como elemento do ambiente humano, marcando a diversidade ambiental e a consolidando como uma “visão cultural da natureza” (RIBEIRO, 2007).

Em 1995, com a Recomendação R(95)9, sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, aconselhou que fossem adotadas abordagens sobre a temática em políticas de preservação do patrimônio. Nesta Recomendação a definição de paisagem foi dada como:

[...] expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, - é definida e caracterizada de maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade;

- dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente;

- ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Áreas de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra, no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CURY, 2004, p. 331-332, grifos da autora).

O documento marcou um progresso significativo na definição da paisagem cultural, como objeto distinto do, até então, definido na geografia cultural e carregado, ao longo dos anos, pelas políticas de preservação do patrimônio cultural. A partir daqui a paisagem passa de um elemento construído pelo trabalho do homem no ambiente para algo produzido pelas diversas relações da cultura humana neste ambiente, não somente em ações, mas também, em sentimentos e percepções, com experiências e memórias.

Cinco anos após a Recomendação R(95)9, uma nova Convenção foi organizada, ainda sobre o debate das paisagens culturais. A Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença no ano 2000, propôs que os Estados-membros fizessem uma adaptação de suas políticas sobre a conservação das paisagens culturais, seguindo um novo contexto de políticas gerais paisagísticas que, para Ribeiro (2007) definiu os princípios legais que deveriam ser base para a criação de políticas nacionais – na Europa – para a paisagem, podendo ser aplicada em áreas naturais, urbanas e, também, marítimas e que tiveram reflexos em muitos outros locais fora do continente europeu.

A Convenção Europeia da Paisagem colocou em pauta as paisagens “ordinárias” que, independentemente de seus valores de excepcionalidade, são paisagens que contam partes essenciais do ambiente e da sociedade que a usufrui. O entendimento de uma paisagem como o todo e de que toda paisagem é cultural, foi conjecturado no documento que não utilizou do termo “paisagem cultural”, mantendo somente “paisagem” e a definindo como algo que:

[...] desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável

à actividade económica cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;
[...] contribui para a formação de culturas locais, e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia;
[...] é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana; (UNESCO, 2000, p. 01, grifos da autora).

Esta definição, de paisagem como um pedaço de território tal como é percebido pela sociedade e, seu carácter como produto resultante de fatores naturais e humanos nas suas mais íntimas relações, mantém a discussão da Recomendação (1995) e adiciona o carácter sustentável, a preocupação ambiental e de gestão destas paisagens, discutidas na Rio-92.

A Convenção de 2000, considera a paisagem como algo dinâmico e mutável que se desenvolve e evolui no tempo, a partir das forças naturais e da ação humana que atuam sobre ela, onde elementos naturais e culturais não podem se desassociar. Além disto, afirma ainda que políticas para o desenvolvimento de ações sobre a paisagem devem ser pensadas de acordo com cada área analisada, onde um pedaço desta área pode necessitar de uma proteção rigorosa e, em contrapartida, uma outra área, de paisagens degradadas, pode requerer uma remodelação, tornando a política ali, mais flexível.

Deste modo, a Convenção de 2000, trouxe à tona discussões sobre a proteção, gestão e gerenciamento das paisagens, rebatendo a ideia de que para se preservar ela deve ser “congelada” no tempo e espaço, o que não poderia se encaixar para as paisagens já que elas “sempre mudaram e continuarão a mudar, tanto sob o efeito dos processos naturais, como da ação humana” (RIBEIRO, 2007, p. 55).

O fato também da Convenção chamar somente “paisagem” o que, até então, estava sendo tratado como “paisagem cultural” somente ratifica o pensamento de que toda paisagem é cultural, o que muda é a forma de percepção, compreensão e leitura. A noção de paisagem se difere de acordo com o tipo de interesse de quem a observa e a maneira como a percebem, “se um geógrafo, um historiador, um arquiteto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de conduzi-los serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam” (CHANTAL; RAISON, 1986, p.138).

Fowler (2013), em sua análise da trajetória do conceito de “paisagem cultural”, no período entre 1992 até 2002, evidencia o progresso e a evolução que o tema teve durante os dez anos. Neste processo evolutivo, a relação entre cultura e meio natural, entre a sociedade e seu ambiente se fortaleceram, juntamente com as relações de pertencimento, valor e significado da paisagem. Algumas definições surgiram na década, mas a que o autor considerou como mais moderna e abrangente é:

Uma paisagem cultural aborígine é um lugar valorizado por um grupo (ou grupos) aborígenes devido à sua longa e complexa relação com aquela terra. Expressa sua unidade com o ambiente natural e espiritual. Incorpora seu conhecimento tradicional dos lugares dos espíritos, usos da terra e ecologia (FOWLER, 2013, p. 17, tradução do inglês e grifos do autor)

De maneira geral, Fowler (2013) aponta que as paisagens serão sempre vistas por seus aspectos materiais e topográficos, assim como pelos aspectos históricos encontrados, como sedimentos habitados, incluindo as cidades. Contudo, o mais expressivo é que as paisagens começam, também, a ser identificadas pelas expressões naturais e espirituais, além do aumento no interesse sobre as paisagens urbanas como o principal meio de inter-relações humanas, sociais, econômicas, culturais, ambientais e todas as outras existentes.

Como patrimônio cultural, a paisagem além da arte e da estética, porciona a natureza e, através da artialização, a projeta como uma paisagem construída a partir das individualidades do homem, mas também, a partir da coletividade e das experiências humanas no mundo. A natureza é núcleo de origem da paisagem, suas transformações passam por pontos que se associam à cultura e à sociedade (ROGER, 2013), permitindo concluir que a paisagem é, também, um bem cultural, independente dos valores atribuídos a ela ou de regras pré-estabelecidas por instituições. Contudo, ela só possuirá valor de patrimônio a partir do momento em que sua artialização for realizada por um olhar coletivo (SALGADO, 2017).

Neste quesito, o Brasil saiu à frente, quando em 2000, o IPHAN criou o Decreto nº3551, o qual instituiu o registro de bens culturais imateriais, entre outras providências. Ressalta-se aqui que, o Decreto nº3551 significou uma vitória não somente do patrimônio imaterial em si, como também, das paisagens culturais, enfatizando seu caráter intangível.

A nível mundial, somente em 2003, com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, é que se ampliaram as discussões sobre a função desta

tipologia, como forma de aproximação entre o homem e seu meio, através das expressões, conhecimentos, técnicas, lugares e de certa forma, o bem material que lhe dá suporte (CURY, 2004).

O alargamento das discussões sobre paisagens, no mundo, pôde ampliar também, as questões sobre tipologias patrimoniais que, até então, eram renegadas ou desvalorizadas pelos órgãos já que a crescente preocupação em torno da temática imaterial, reflete de forma significativa na paisagem, como já dito, permitindo a percepção de importantes semelhanças entre ambos.

Desta forma, estendendo e integrando os debates que promoveram a necessidade de instrumentos contemporâneos para abordagens atualizadas, a UNESCO, durante a 27ª sessão da Comissão do Patrimônio Mundial que ocorreu em Paris, em 2003, orientou discussões acerca de edificações que estavam sendo erguidas em Viena (Áustria), cidade reconhecida como patrimônio mundial em 2001 e que, apesar dos debates e de toda a apreensão, o empreendimento foi levado à diante sendo construídos na área de amortecimento do sítio histórico (figuras 10 e 11), porém, o encontro desenvolveu um documento, buscando responder algumas inquietações sobre a temática: o Memorando de Viena (2005), sobre o Patrimônio Mundial e a arquitetura contemporânea - Gestão da Paisagem Urbana Histórica.

O encontro de 2003, em Paris, segundo Sá Carneiro e Silva (2012), gerou uma questão central sobre como receber as novidades da vida contemporânea sem comprometer a pré-existência, a identidade e o caráter histórico da paisagem. Diante disto, o encontro resultou na elaboração do Memorando de Viena (2005), como uma tentativa de resposta ao grande avanço das destruições que estavam havendo nas cidades por todo o mundo.

A falta de parâmetros que tratassem o ordenamento das cidades, de forma disciplinada, quanto às expansões e verticalizações das áreas de paisagens urbanas significativas para a cultura e história do local, juntamente com a complexidade de se tratar essas áreas, ocasionou ameaças a estes bens. O Memorando foi definido como uma continuação de documentos anteriormente discutidos. Além disto, havia uma preocupação sobre a expectativa de que em, até 2050, aproximadamente, 70% da população mundial, estará vivendo em áreas urbanas, em metrópoles e cidades médias (UNESCO, 2016).

Figura 10 – Projeção de Wien-Mitte na paisagem reconhecida como patrimônio mundial, em Viena



Fonte: Viena (2002). Disponível em: <<https://www.wien.gv.at/english/urbanplanning/>>. Acesso: abr, 2021.

Figura 11 – Projeto depois de construído



Fonte: Viena (2002). Disponível em: <<https://wienmitte-thema.ll.at/>>. Acesso: abr, 2021.

Neste sentido, o Memorando de Viena trouxe um novo conceito de paisagem: a Paisagem Urbana Histórica (*Historic Urban Landscape ou HUL*). A Paisagem Urbana Histórica tem sua definição baseada na Carta de Nairóbi (1976), sendo considerada:

[...] conjuntos de qualquer grupo de edifícios, estruturas e espaços abertos, em seu contexto natural e ecológico, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam assentamentos humanos em um ambiente urbano durante um relevante período de tempo, cuja coesão e valor são reconhecidos a partir do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico. Esta paisagem conformou a sociedade moderna e tem grande valor para nos ajudar a compreender como vivemos hoje em dia. (UNESCO, 2005, p.02 – traduzido do espanhol pelo autor)

O intuito era criar um equilíbrio entre o novo e o antigo, ampliar a noção de patrimônio cultural, compreender as dinâmicas sociais e paisagísticas das cidades através de um processo de planejamento integrado e multidisciplinar, através de uma gestão qualificada das paisagens (BANDARIN e OERS, 2014; SÁ CARNEIRO e SILVA, 2012). Em sua definição nota-se a abrangência do conceito e a preocupação em se compreender a paisagem como meio conformador da sociedade.

No Memorando de Viena, a paisagem urbana história surge como um ambiente carregado de elementos que simbolizam o desenvolvimento do lugar, passando por diferentes épocas, desde sua origem até os dias atuais. Estes elementos definem suas características, seus usos, suas diferentes formas de ocupação do solo, suas relações espaciais, visuais, topográficas, territoriais, vegetais, de infraestruturas, históricas ou

contemporâneas, englobando assim, centros históricos ou regiões de formação mais recente (UNESCO, 2005).

Entender a paisagem urbana como um tecido histórico que não representa uma carga para o desenho moderno da cidade, nem mesmo algo estático, mas sim, como um bem extremamente dinâmico foi o grande avanço da concepção do Memorando como uma abordagem coesa da arquitetura contemporânea, desenvolvimento sustentável, integridade da paisagem, elementos históricos, ambiente construído e patrimônio cultural frente às propostas anteriores (SÁ CARNEIRO e SILVA, 2012; BANDARIN e OERS, 2014).

Os avanços acerca da preservação das paisagens refletiram, em seguida, no Brasil que, procurou rapidamente ampliar as abordagens sobre o tema, buscando novas formas de entender e proteger o patrimônio nacional. O IPHAN através do Seminário Semana do Patrimônio que ocorreu em Bagé (RS), em agosto de 2007, lançou como produto do encontro, a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural Brasileira. Neste documento, apesar do caráter regional do encontro, teve a paisagem abordada de forma geral por especialistas de diversas áreas e diferentes percepções.

O ponto primordial abrangido pela Carta de Bagé foi a primeira inserção de uma definição em um documento nacional relativo à paisagem cultural brasileira, ainda que baseada na Constituição Federal de 1988:

Artigo 1 – A definição de paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1980, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; (IPHAN, 2007, p. 01).

No documento, a paisagem cultural brasileira é valorizada por seus atributos de interação entre homem e natureza, além de ser considerada como o bem cultural mais abrangente de todos. Outro ponto a ser enaltecido pela Carta é o fato de que ela funcionou como um ensaio para a implantação do primeiro instrumento, exclusivamente, criado para a preservação das paisagens culturais nacionais: a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira:

Artigo 5 – Tal certificado deve ter valor de proteção legal, por incluir toda a legislação incidente sobre cada paisagem declarada como paisagem cultural e por envolver todos os órgãos públicos que sobre ela detenham responsabilidade e dos quais será exigido rigoroso cumprimento de suas atribuições;

[...]

Artigo 7 – Cada paisagem receberá um selo de chancela de sua qualidade, sendo designados órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural que, conjuntamente com Prefeituras, Estados e a União, a depender de cada caso e as comunidades residentes em sua abrangência territorial, serão responsáveis por coordenar e controlar o sistema da qualidade, que deve ser documentado na forma de um manual e implementado, considerando as formas de uso e ocupação existentes; (IPHAN, 2007, p. 02).

A Chancela nasce, então, como produto gerado por anos de debates e uma busca incansável sobre como proteger as paisagens, resultado de Cartas Patrimoniais, debates, seminários, trabalhos acadêmicos e científicos, além de uma emergente necessidade de gestão e proteção destes bens, como uma tentativa de acompanhar as novas demandas que o patrimônio paisagístico suscitava (BERG, 2017).

O instrumento foi instituído através da Portaria do IPHAN nº127 de 2009 e considerou todos as outras ferramentas que normatizam, de alguma forma, as paisagens e espaços urbanos brasileiros, desde a Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei nº25 de 1937, o Decreto nº3551 de 2000, a Lei Federal nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade) e outros; ponderou ainda, sobre a participação do Brasil em documentos internacionais, os quais reconhecem a paisagem cultural e preconizam sua proteção. Realizou, assim, um compilado do que, até então, havia sido debatido nos mais variados cenários, contudo, sua definição de paisagem cultural não se mostrou muito inovadora, a conceituando como: “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p.01).

De uma forma bem geral, a Portaria inicia-se com a definição de patrimônio cultural encontrada na Constituição Federal (1988) e a expande, timidamente, remetendo à preocupação com fenômenos contemporâneos que as cidades vivem, com crescimento acelerado, desordenado e com a necessidade latente de ações que auxiliem na administração e na gestão destas paisagens.

Apesar de ter como finalidade a proteção efetiva do patrimônio cultural, através da preservação das paisagens culturais, integrando ferramentas e legislações para que

o selo pudesse ser aplicado, sendo, segundo o próprio IPHAN (2011) um instrumento atualizado de preservação do patrimônio cultural implementada num momento onde o órgão buscava ampliar a sua abrangência em relação aos anos anteriores de atuação, procurando uma revisão nas práticas executadas desde a década de 1930, com novas reflexões sobre a paisagem cultural e a busca pela preservação das mais variadas formas de paisagem – urbanas e rurais.

Por isso, o passo mais importante para dar início a um estudo com vistas à chancela da Paisagem Cultural Brasileira, é a definição do recorte territorial e a abordagem a ser aplicada sobre este território, caracterizando ou não sua condição de peculiar se comparado com o restante do território nacional ou às demais porções do território passíveis ou não de serem classificados como paisagem cultural (IPHAN, 2011, p. 03).

A porção do território que recebe a chancela não fica sob restrições administrativas ou jurídicas, ela não funciona como o tombamento, este pode ser parte complementar de uma chancela, quando a paisagem cultural possuir elementos materiais significativos e que mereçam a proteção legal do tombamento, da mesma forma que, paisagens com elementos imateriais significativos podem receber, juntamente com a chancela o apoio das diretrizes que recaem sobre o patrimônio imaterial, como o registro (IPHAN, 2011).

O IPHAN tratou a chancela como um pacto que objetivava delimitar um plano de gestão sobre a paisagem chancelada, à curto, médio e longo prazo, considerando seu caráter dinâmico e as relações existentes nela “[...] buscando a convivência harmoniosa com ‘as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis’” (IPHAN, 2011, 05). Apesar de surgir a partir de um sentimento de transformação e avanços nas políticas de preservação do patrimônio, a chancela é um selo de valorização e reconhecimento do valor cultural de uma paisagem que:

[...] possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão (IPHAN, 2009, p. 13, grifo da autora).

A intenção com a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira era ter um instrumento que catalisasse um processo integrado de planejamento urbano, proteção do patrimônio cultural e gestão do território. Contudo, a finalidade que, de muitas formas diverge do conceito aplicado, a complexidade do tema e das áreas trabalhadas,

acarretou na interrupção na aplicação da chancela, pelo próprio IPHAN, sob a justificativa de que ainda se encontravam falhas no processo de identificação e delimitação destas paisagens e que, a portaria seria revisada por técnicos para que algumas questões sejam reformuladas e ampliadas buscando trazer a ferramenta que efetivamente havia sido pensada, inicialmente. Os encontros e discussões se estendem ainda nos dias de hoje e são pontos essenciais para o desenvolvimento e evolução da temática. Contudo, o Plano de Gestão deve ser a ferramenta que planeja todas as ações que serão desenvolvidas para a preservação, requalificação, manutenção e conservação da paisagem protegida, a curto, médio e longo prazo, a partir de iniciativas públicas, civis e privadas.

Entretanto é notório que o pensamento no qual a Portaria nº127 de 2009 se baseou é completamente convergente com a forma de abordagem que a UNESCO estava tratando a paisagem cultural, por um caráter de excepcionalidade de áreas urbanas, por exemplo, permitindo a inserção de paisagens que, até então, seguindo os parâmetros da Convenção Europeia da Paisagem, não poderiam ser incluídos nas listas de patrimônio, como talvez a paisagem de Prados ou de qualquer área urbana que tenha já passado por processos de descaracterização e degradação.

Apesar da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira não ter representado grandes avanços no campo teórico sobre o entendimento de paisagem que a UNESCO já tratava desde os primeiros documentos patrimoniais, ela representou um passo importante nas relações institucionais brasileiras com o patrimônio, além de uma confirmação de que o IPHAN trabalha em conjunto com as discussões mais atualizadas que ocorrem mundialmente, elevando especialmente, as paisagens urbanas a níveis de debates no cenário nacional.

Ainda, de todas as formas de entendimento da paisagem, assim como todos os meios de compreensão e áreas de atuação, a própria UNESCO já afirmou que, atualmente, é possível afirmar que existe um consenso sobre a conservação do patrimônio urbano e da paisagem urbana como ponto fundamental para a valorização dos sistemas sociais, essenciais para estabelecer a identidade, a cultura, educação e promover o desenvolvimento econômico eficaz de determinado local.

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural

e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 2012, p. 11).

Bandarin e Oers (2014) afirmam que, apesar dos esforços, grande parte do patrimônio urbano mundial já se perdeu e ainda se registram grandes perdas, tendo como principal responsável os conflitos geopolíticos, o desenvolvimento urbano com forte especulação territorial, a deterioração de áreas da cidade e a falta de interesse das autoridades públicas em preservar. Contudo, o patrimônio urbano presente na Lista de Patrimônios Mundiais, da UNESCO, possui, ainda, importante valor para a humanidade e podem ser significativos recursos culturais e econômicos, se as políticas de desenvolvimento nacionais e locais os enxergassem assim.

Atualmente o patrimônio urbano está sujeito a intensos processos que o modificam profundamente, onde Bandarin e Oers (2014), apontam que o mesmo motivo que lhes direciona valor, e os retém como símbolo passível de ser conservado, impulsiona hoje, fortes mudanças, capazes de afetar sua estrutura social, sua função e até sua forma física. E, a própria vida moderna favorece estes acontecimentos, resultado das diversidades de experiências possíveis de se encontrar em um ambiente urbano, das diferentes formas de vida e sobreposição temporal e mudanças sociais que dos que ali vão vivendo, herdando e criando tradições e culturas.

Portanto, é praticamente impossível definir uma única dimensão das diferentes partes de um conjunto urbano, principalmente quando nos referimos às zonas mais estratificadas, significativas e dinâmicas, como no objeto empírico deste estudo. Por isto, por toda a preocupação com esta tipologia de patrimônio, tão importante e, ao mesmo tempo, tão sensível, a UNESCO, passou os oito anos seguintes ao Memorando de Viena, trabalhando no conceito que o mesmo desenvolveu, sobre paisagem urbana histórica.

Esta abordagem, como referencia Ribeiro (2009), traz um “novo nome para algo já velho”, remetendo que o termo paisagem urbana histórica não trazia nada de novo e era apenas um novo conceito dentre tantos outros que já causam confusão no campo teórico da paisagem cultural. No entanto, percebe-se, uma nova forma de atuar sobre cidades históricas através da análise de camadas estratificadas, não se limitando apenas aos sítios patrimoniais ou aos núcleos de origem da cidade.

A paisagem urbana histórica, veio como uma abordagem para ampliar o tratamento das paisagens urbanas, principalmente em áreas não reconhecidas como “centros históricos”, “conjuntos históricos” ou “cidades históricas”. A UNESCO entendeu

a necessidade de se criar uma “nova” categoria em busca de acolher demandas contemporâneas para áreas urbanas ameaçadas de descaracterização pelos processos transformadores encontrados, atualmente, no mundo. Elaborou-se então, em 2011, um documento: as Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica, definindo-a da seguinte forma:

[...] a zona urbana resultante de uma estratificação de valores históricos e atributos culturais e naturais, que transcendem a noção de “conjunto” ou “centro histórico” para abarcar o contexto urbano geral e o seu entorno geográfico.

Este contexto geral inclui outras características do sítio, principalmente sua topografia, geomorfologia, hidrologia e características naturais; seu meio urbanizado, tanto histórico como contemporâneo; suas infraestruturas, tanto superficiais como subterrâneas; seus espaços abertos e jardins, a configuração dos usos do solo e sua organização espacial; as perspectivas e relações visuais; e todos os demais elementos da estrutura urbana. Também incluem os usos e valores sociais e culturais, os processos econômicos e os aspectos imateriais do patrimônio em sua relação com a diversidade e a identidade (UNESCO, 2011, p. 4, tradução do espanhol e grifos do autor)

O primeiro ponto que cabe destacar neste novo documento é o fato da busca por valores sociais além das formas de percepção da paisagem. As Recomendações de 2011, trazem também uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos contextos mais amplos, abrindo a discussão para a necessidade de políticas públicas e de planejamento urbano como ferramentas complementares da preservação da paisagem.

Bandarin e Oers (2014) tratam o conceito de paisagem como a conversão de uma lente de representação da cidade atual, dando lugar ao surgimento de uma nova forma de entendimento, chamando-a de paisagem urbana histórica. Esta nova abordagem tentou reunir as lacunas sobre o tratamento das paisagens desde a Carta de Veneza (1964), de Florença (1982), de Nara (1994) e outras que, de alguma maneira demonstraram uma certa percepção da paisagem, porém não conseguiram atender de forma explícita, principalmente paisagens urbanas (UNESCO, 2005).

A criação de uma abordagem específica para áreas urbanas busca diluir a tradição fortemente presente na maneira como os sítios são selecionados para comporem as listas de patrimônios mundiais e locais. A maneira como esta tradição ainda persiste e predomina nas escolhas patrimoniais, até os dias de hoje, é um dos responsáveis pela perda de grandes estruturas que não se encaixaram em conjuntos históricos ou monumentos artísticos tradicionais.

Como conceito, a paisagem urbana histórica não traz tantas novidades, entretanto, como abordagem, acredita-se que foi uma maneira de se trazer áreas urbanas não tratadas como históricas, mas que, representam aspectos culturais significativos de uma sociedade, para o centro de discussões atuais. Ela é considerada uma abordagem especial de paisagem e deve ser reconhecida como um importante bem cultural no mundo.

O termo "paisagem urbana histórica" foi descrito ainda por Sá Carneiro e Silva (2012), de uma forma mais abrangente, com o objetivo de proteger a autenticidade e integridade dos bens culturais, sejam eles, isolados ou conjuntos urbanos, os quais são cada vez mais ameaçados em detrimento do impacto dos empreendimentos contemporâneos.

[...] é desenvolvida de forma mais detalhada incluindo as camadas da história com os valores naturais e culturais e abrangendo a topografia, a geomorfologia, os aspectos naturais; o ambiente construído, velho e novo, os espaços livres e os jardins; os padrões de ocupação e organização espacial; as relações visuais e outros elementos na estrutura urbana. Também inclui práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos e a dimensão intangível do patrimônio voltada para a diversidade das tradições das comunidades locais (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2012, p. 298).

A noção de paisagem urbana histórica tem como preocupação as diversas áreas urbanas que, hoje são bem preservadas com relação ao espaço urbano e as suas construções, mas poderiam ter perdido seus usos e valores devido aos processos de gentrificação e apropriação pelo turismo. Tanto a paisagem cultural quanto a paisagem urbana histórica têm significados que ultrapassam os limites de sua comunidade, sendo reconhecidas em outros âmbitos, estaduais, nacionais e até internacional. O reconhecimento destas áreas e seu arranjo hierárquico refletem em sua estrutura, transmitindo implicações práticas e abrangentes para preservação destes bens (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETO, 2015).

A partir desta perspectiva, é possível perceber a necessidade de leituras diversificadas para uma melhor compreensão da paisagem urbana. No Brasil, algumas cidades conhecidas como históricas, se encontram consolidadas pelo tombamento, a partir do Decreto-Lei nº25 de 1937.

Figura 12 – Área urbana de Prados com inserções que descaracterizam a paisagem urbana local



Fonte: Autor (2015).

Contudo, a rápida urbanização que, muitas vezes não é prevista nas legislações urbanas, juntamente com o crescimento das especulações imobiliárias em pequenas e médias cidades, vem acarretando numa perda inestimável de áreas que possuem significativa riqueza histórica nacional, como ocorre em Prados - MG (figura 12).

A abordagem de paisagem urbana histórica é tida pela UNESCO (2016) como holística e interdisciplinar, ela carrega consigo o entendimento da necessidade de uma gestão inclusiva dos recursos patrimoniais em ambientes tão dinâmicos e que se modificam a todo momento. Baseia-se no reconhecimento e na identificação de uma estratificação além de uma conexão entre os valores naturais e culturais, materiais e imateriais, internacionais e locais, indo da mais complexa a mais singela paisagem e, de acordo com o conceito da HUL, estes valores devem ser pontos de partida para a gestão global e desenvolvimento sustentável das cidades.

Assim, a paisagem urbana histórica revela seus valores materiais e imateriais, procurando manter um equilíbrio entre as novas implantações, as edificações já existentes e o patrimônio histórico em um processo de construção e conservação da paisagem cultural, considerando também, projetos de espaços públicos – jardins e

praças -, funcionalidade, escala, materiais, mobiliário urbano, iluminação e vegetação (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2012).

A conservação destas paisagens deve considerar o espírito e identidade do lugar, fundamentado na identificação das estruturas e uma avaliação da possibilidade de transformação do contexto encontrado e limites de transformações aceitáveis. Já a gestão destas paisagens busca conservar, manter e restaurar o espírito e caráter da cidade, entendido através de memórias coletivas que refletem nas suas estruturas materiais (BANDARIN e OERS, 2014; SÁ CARNEIRO e SILVA, 2012).

As intervenções contemporâneas devem respeitar o contexto espacial entre o novo e o pré-existente, acatando a autenticidade e a integridade do tecido histórico e ambiente construído. Assim, é essencial uma abordagem sobre a arquitetura local feita através da compreensão tipológica e morfológica em conjunto (UNESCO, 2005, p. 2). A HUL se mostrou, um importante avanço nas discussões sobre paisagens culturais, áreas urbanas e desenvolvimento sustentável, refletindo em todo o mundo.

No Brasil, em 2016, a UNESCO reconheceu a Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte, como uma paisagem urbana histórica (figura 13), dada todos os seus atributos sociais, artísticos, paisagísticos, todas as suas relações e inter-relações de homem e ambiente e todas as possíveis formas de percepção, dos estratos, inserções contemporâneas e meio ambiente que o bem apresenta.

Figura 13 – Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha – Paisagem Urbana Histórica da UNESCO



Fonte: Marcilio Gazzinelli. Disponível: <whc.unesco.org/en/documents/142151>. Acesso em: dez, 2021.

A partir da HUL, como uma forma de abordagem que se relaciona diretamente com instrumento de preservação, através dos planos de gestão que são exigidos, as discussões acerca das paisagens culturais urbanas vêm crescendo e ganhando cada vez mais força no cenário mundial.

Assim, como instrumento mais atual referente às paisagens urbanas, temos a Carta da Paisagem das Américas, lançada em 2018, como consequência da participação do países do Continente Americano no 47º Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA), ocorrida em Suzhou (China), em 2010, onde, todos os países signatários, dentre eles, o Brasil, se comprometeram a produzir suas cartas nacionais de paisagem, como parte fundamental para um futuro Convênio Global da Paisagem.

A referida carta é baseada em uma forma de existência das sociedades americanas, buscando um olhar específico às paisagens deste continente, com suas peculiaridades e necessidades específicas. Sendo esta, uma tentativa de entender as paisagens locais como identidade da “americanidade” presente em toda a diversidade do território e da cultura (IFLA, 2018). Pela primeira vez, também se observa uma abordagem muito mais imaterial, perceptiva e espiritual da paisagem, comparando-se com as questões materiais. Os técnicos responsáveis dividiram a paisagem em cinco aspectos, chamados de “estratos da paisagem” - natureza, cosmovisão, cultura, ética e "americanidade" como identidade; com a intenção de, posteriormente, recompô-las permitindo uma compreensão mais ampla, como uma paisagem única, em toda a América.

O primeiro estrato faz referência às características naturais, como único e, ao mesmo tempo heterogêneo:

[...] entendida como legado biológico construído sobre o continente americano. Ao se derramar de norte a sul, as Américas definem em seu desenho geográfico, a excepcional conexão continental entre dois polos terrestres, do Alasca à Patagônia, [...]. É um continente plural, que se revela em sua heterogeneidade climática resultante da confluência entre a variação de latitudes, de altitudes e influências costeiras, terras altas de montanhas, terras baixas na linha do mar. Esses pisos ecológicos definem a identidade que vai se construindo do trabalho de adaptação imposto pela natureza aos povos americanos, compreendendo que fazemos parte desse suporte como um todo vivo (IFLA, 2018, p. 4, grifo da autora).

O segundo estrato reconhece a superposição cultural que se constrói à natureza:

[...] aquele que se refere ao aspecto metafísico da paisagem, de domínio da cosmovisão que incorpora a espiritualidade, a sacralidade, os sentimentos da alma e a estética filtrada pela arte, o misticismo do épico e do trágico, do simples e do sublime associados ao imaginário individual e coletivo, dos povos originários, assim também como dos povos contemporâneos (IFLA, 2018, p. 4).

O terceiro estrato traz os palimpsestos da paisagem, pelas sobreposições que ocorrem no espaço e no tempo e subdivide-se em três:

- (1) dos povos originários [...] que define influências da natureza nas ocupações nômades em contraste com os vestígios da paisagem dos povos pré-hispânicos;
- (2) dos colonizadores mesclados aos povos originários das terras já conquistadas [...] representada pela miscigenação entre nativos e colonizadores, resultando em extraordinárias paisagens urbanas e rurais e;
- (3) do povo "americano" de hoje com suas diferentes paisagens do norte, do centro e do sul das Américas [...] representa a paisagem contemporânea, produto de processos industriais, urbanizadas e que impõem condições especiais de planejamento (IFLA, 2018, p. 5, grifos da autora com base na Carta).

O quarto estrato diz respeito à mudança de paradigma que faz contraposição à ideia de uma natureza inesgotável e ao desenvolvimento ilimitado: “[...] quando o ponto de inflexão está na relação entre ética ambiental e estética, ou seja, quando se considera a natureza, atribui-se à estética estatuto ético” (IFLA, 2018, p. 5).

O quinto estrato se relaciona com os anteriores, na busca em compreender o sentido de uma “americanidade” como identidade: “[...] As razões para esse entendimento baseiam-se na recomposição dos cinco estratos sobrepostos como valores, que em seu conjunto estabelecem uma nova mirada sobre o que seja ser americano e aquilo que define a nossa paisagem (IFLA, 2018, p. 5).

A Carta da Paisagem das Américas afirma uma necessidade de reordenar e direcionar olhares técnicos responsáveis pelo planejamento, projeto, atuação e que decidem, diretamente, o destino das cidades, logo, das paisagens urbanas americanas, adotando o caráter heterogêneo e híbrido existente na natureza e cultura analisada, além da complexidade que a compreensão desta paisagem requer, considerando-a como um bem de direito universal.

Sua compreensão é parte de um todo, vendo a paisagem como um organismo vivo que nos situa em sua base “[...] vital e fisiológica de nossa existência por sermos parte constituintes da natureza, de cuja consciência e respeito ao todo vivo depende a

conservação e não a extinção da vida no planeta. A compreensão do todo vivo é um dever de todos e o todo vivo como paisagem, é um direito de todos” (IFLA, 2018, p. 6-7).

A definição da UNESCO para as paisagens culturais muito se modificou, quando comparamos o primeiro momento, na Carta de Atenas (1931) até a abordagem das Recomendações de 2011 sobre a paisagem urbana histórica, nos levando a trabalhar com este conceito, alimentando a busca inquieta de se compreender a paisagem de modo mais completo possível, para que possamos criar instrumentos de planejamento urbano que as coloquem como elementos significativos de serem entendidos, preservados e valorizados, garantindo a melhor qualidade de vida para a sociedade que a usufrui.

Faz-se necessário, desta forma, rever marcos conceituais herdados, ao longo do tempo, para desenvolver um planejamento que não só integre o patrimônio cultural e os valores sociais como também, forma de conhecer em todo o âmbito sociocultural o valor que, de fato, representa a riqueza deste patrimônio (BANDARIN e OERS, 2014). A paisagem, assim, conforme Cunha relata no prefácio do Caderno de Arquitetura e Urbanismo – Cidade e Paisagem, de Veras; Bezerra, Cavalcanti, Leite e Sá Carneiro (2017), é muito mais que o visual, ela penetra espaços, se revela ao abrir portas e janelas, se relaciona, se reinventa nas dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e urbanas, indo além da ideia de produto contemplativo para agente no fenômeno de mostrar o invisível, “ao mesmo tempo que consolida o espírito da cidade, a paisagem pode construir, a cada dia novas essências, novos sentidos e novas identidades” (CUNHA, 2017 *In*. VERAS *et al.* 2017, p.10).

Assim, busca-se adiante apresentar a cidade de Prados, objeto de estudo empírico desta pesquisa e, posteriormente, trazer uma leitura sobre as perspectivas chamadas de “portas da paisagem” que Jean Marc-Besse (2010) trabalhou como ferramenta de compreensão e leitura da paisagem, a partir de cinco diferentes aspectos que não se excluem, pelo contrário, se complementam e se reforçam.

3. PRADOS

A paisagem urbana vive em constante transformação, a partir de movimentos que a torna mutável desde sua origem. Tais movimentos estão relacionados a diversas atividades que ocorrem, sejam elas políticas, sociais, econômicas ou culturais de uma determinada região, e refletem diretamente na paisagem urbana, a qual pode ser percebida e vivenciada por seus usuários.

Conforme constatado no capítulo anterior (p.27-30), a maneira como as paisagens são percebidas e analisadas atualmente, levando em consideração sempre o material, o palpável ou visível, trouxeram algumas reflexões que Besse (2010) aponta como novas formas de abordagem da paisagem, através dos aspectos pictóricos e ornamentais, a partir de um contexto sobre cidades, suas influências e comportamentos territoriais. Em síntese, a paisagem é apreendida a partir de cinco portas, sendo a arte, a totalidade, a experiência, a cultura e o projeto, elementos essenciais para sua compreensão, como será visto no quarto capítulo.

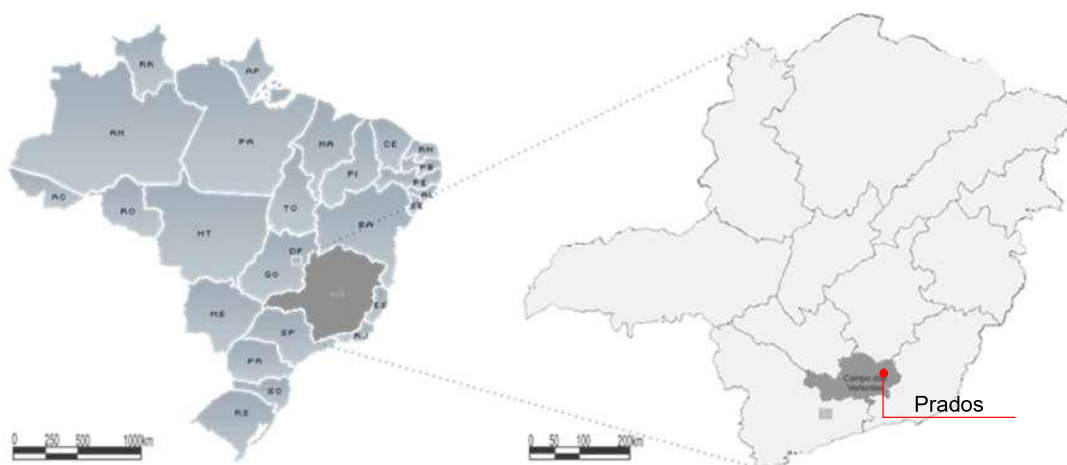
Cada paisagem é única, e uma mesma paisagem pode ser diferente em tempos distintos, tornando-a complexa e repleta de informações que a caracterizam como singular. Logo, pode-se considerar a paisagem urbana de Prados como um exemplo, visto que a inserção da cultura humana com foco no caráter urbano, teve início com a trajetória da mineração do ouro em Minas Gerais, no início do século XVIII. Ao longo dos anos, a cidade cresceu e se transformou em muitos aspectos, gerando camadas de estratificação, contudo, ainda mantém grande parte de suas características de arquitetura colonial originária.

O conhecimento da história e das características que conformaram uma determinada paisagem é o que, de fato, permitirá que instrumentos e ferramentas sejam criadas para a efetiva preservação desta paisagem. Portanto, pretende-se aprofundar a compreensão da paisagem urbana de Prados através de suas transformações, buscando, assim, uma efetiva preservação. Assim sendo, o presente capítulo inicia-se com uma apresentação e abordagem da cidade.

3.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Prados é um município mineiro, localizado na microrregião de São João Del Rei e mesorregião do Campo das Vertentes (figura 14), distando assim, cerca de 180 km da capital do estado, Belo Horizonte. Localizada na Serra de São José, Prados tem um território marcado pelo solo montanhoso. Possui área de, aproximadamente, 264 km² com altitudes que variam de 1.025m a 1.430m, quando atinge à região da Serra. (IBGE, 2020)

Figura 14 – Localização de Minas Gerais em relação ao Brasil e localização de Prados em relação à Minas Gerais

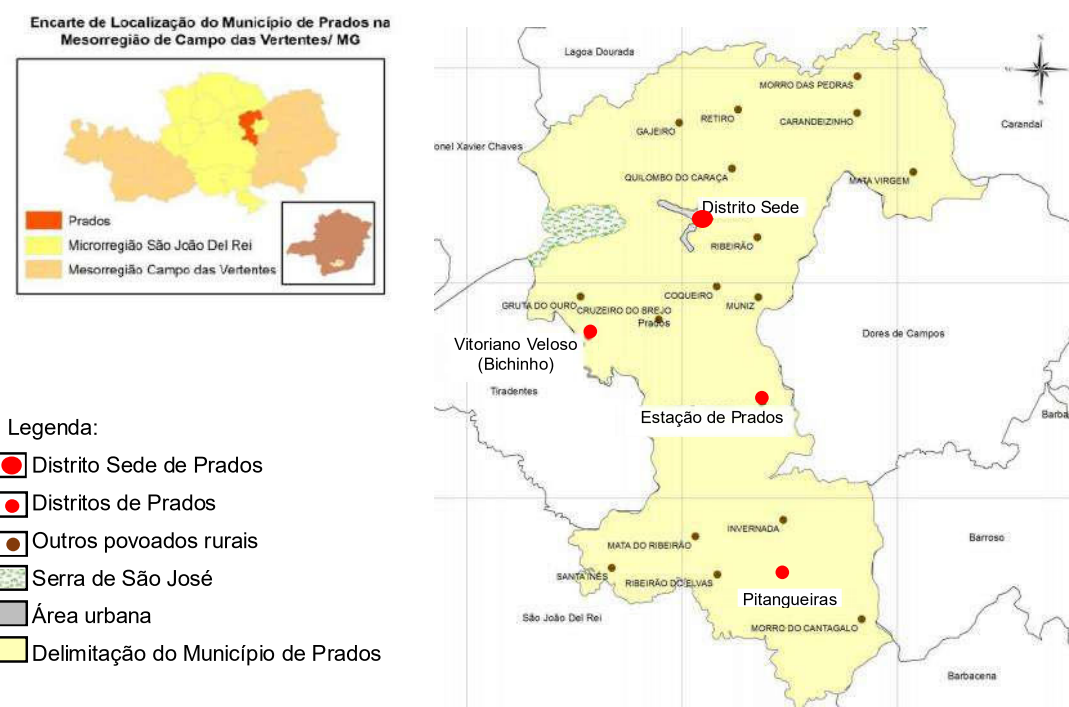


Fonte: Google maps e elaborado pelo autor (2021).

A cidade faz divisa com os municípios de Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada, Carandaí, Dolores de Campos, Barroso, Barbacena, São João Del Rei e Tiradentes. Tendo grande relação espacial e temporal com os centros históricos turísticos de São João Del Rei (39 km) e Tiradentes (59 km).

Sua divisão administrativa, atualmente, é dada por um distrito Sede, e três distritos, Estação de Prados, Pitangueiras e Vitoriano Veloso (figura 15), e diversos povoados rurais. Sua população, estimada em 9.080 habitantes, segundo o Censo Demográfico (2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vive majoritariamente, no distrito sede.

Figura 15 – Distritos de Prados



Fonte: RODRIGUES; SILVA; DINIZ (2012), adaptado pelo autor (2021).

Ainda sobre as características geográficas, Prados está inserido à Bacia do Rio Grande, tendo como principais cursos d'água o Rio das Mortes e seus afluentes, os rios Carandaí, Elvas e Ribeirão do Pinhão, além do Córrego de Prados. A região possui clima tropical de altitude, com duas estações bem definidas, inverno seco com baixas temperaturas e verão chuvoso com temperaturas mais elevadas.

A vegetação local é característica do tipo de clima e regime de chuvas, que fica próximo a 1.200mm anuais e mantém a cobertura vegetal com domínio de Mata Atlântica e partes de Cerrado e, também, com manifestações de Campos Rupestres e Matas de Galeria ao longo dos cursos d'água.

Contudo, o que torna Prados um lugar singular digno de ser objeto de estudo desta pesquisa é a interseção de suas características físicas e intrínsecas à sua história. Localiza-se em meio ao vale entre um trecho atrás da Serra de São José e o Morro do Cruzeiro, a qual perpassam seus ribeiros que levaram à formação do arraial no início do século XVIII. Prados se caracteriza por suas Igrejas e casarões coloniais, ainda com algumas de suas ruas em pedras, desenhando uma paisagem extremamente singular, na qual a população se enche de orgulho de sua rica história e tradições, conforme pode-se notar a seguir, nas figuras 16 a 19.

Figura 16 – Vista para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 2015



Fonte: Autor (2015).

Figura 17 – Vista para a Capela de Nossa Senhora do Rosário, 2016



Fonte: Autor (2016).

Figura 18 – Paisagem Urbana de Prados - Vista do Morro do Cruzeiro, 2016



Fonte: Autor (2016).

Figura 19 – Paisagem Urbana de Prados - Vista do Morro do Cruzeiro, 2019



Fonte: Autor (2019).

3.2.CONTEXTO HISTÓRICO

Para compreender o contexto de surgimento e história de Prados, partimos da trajetória de ocupação do território das Minas, como origem da análise de evolução urbana da cidade, como de outros municípios da região.

No Brasil colonial, com a descoberta do ouro em pontos centrais da capitania, como Ouro Preto e Mariana, os bandeirantes que se dirigiam de Taubaté, São Paulo, ou do porto de Parati, Rio de Janeiro, atravessavam a Serra da Mantiqueira pelo Caminho Velho das Minas, de acordo com a Fundação João Pinheiro (1977, v.1), passando por uma área, hoje chamada de Campo das Vertentes.

A particularidade na maneira como o território das minas foi ocupado é, principalmente, pelo fato que tal ocupação se fez em pontos simultâneos da capitania, formando, assim, vários assentamentos ao longo de um mesmo caminho, o chamado caminho tronco, que se ligava a outros assentamentos, como é o caso da região onde se insere Prados e as cidades vizinhas da mesma época, descritos da seguinte forma por Assumpção (1989):

Surgiram assim as primeiras formas urbanas mineiras: longitudinais, onde os caminhos ligando os arraiais se transformavam em ruas e estes por sua vez, também ligando-se, transformavam-se em vilas e cidades. Situavam-se geralmente a meia encosta nos terrenos acidentados da Minas, protegidos dos ventos mais fortes que costumam soprar nas cumeadas de serras e a cavaleiro dos cursos d'água, locais mais baixos, sujeitos a pestes e inundações (ASSUMPÇÃO, 1989, p. 132).

A área historicamente abrigava locais de pouso e travessia de rios. No início do século XVIII, foi criado um ponto de travessia do Rio das Mortes com cobrança de taxas, chamado Porto Real, como uma forma de controle da região. Atualmente, este local pertence ao município de Santa Cruz de Minas, uma área compreendida entre as cidades de Tiradentes e São João del Rei, a qual culminou o surgimento dos primeiros povoados (FERREIRA, 2016).

A descoberta de ouro na região refletiu no rápido crescimento demográfico e no surgimento de outros povoados e arraiais no entorno. Por conseguinte, ainda no início do século XVIII, no extremo norte da Serra de São José, nasceu um pequeno povoado, fundado por integrantes da família paulista "Prado", os irmãos Manoel Mendes do Prado e Miguel Mendes do Prado, que chegaram ao local para iniciar atividades de mineração (RODRIGUES; SILVA E DINIZ, 2012).

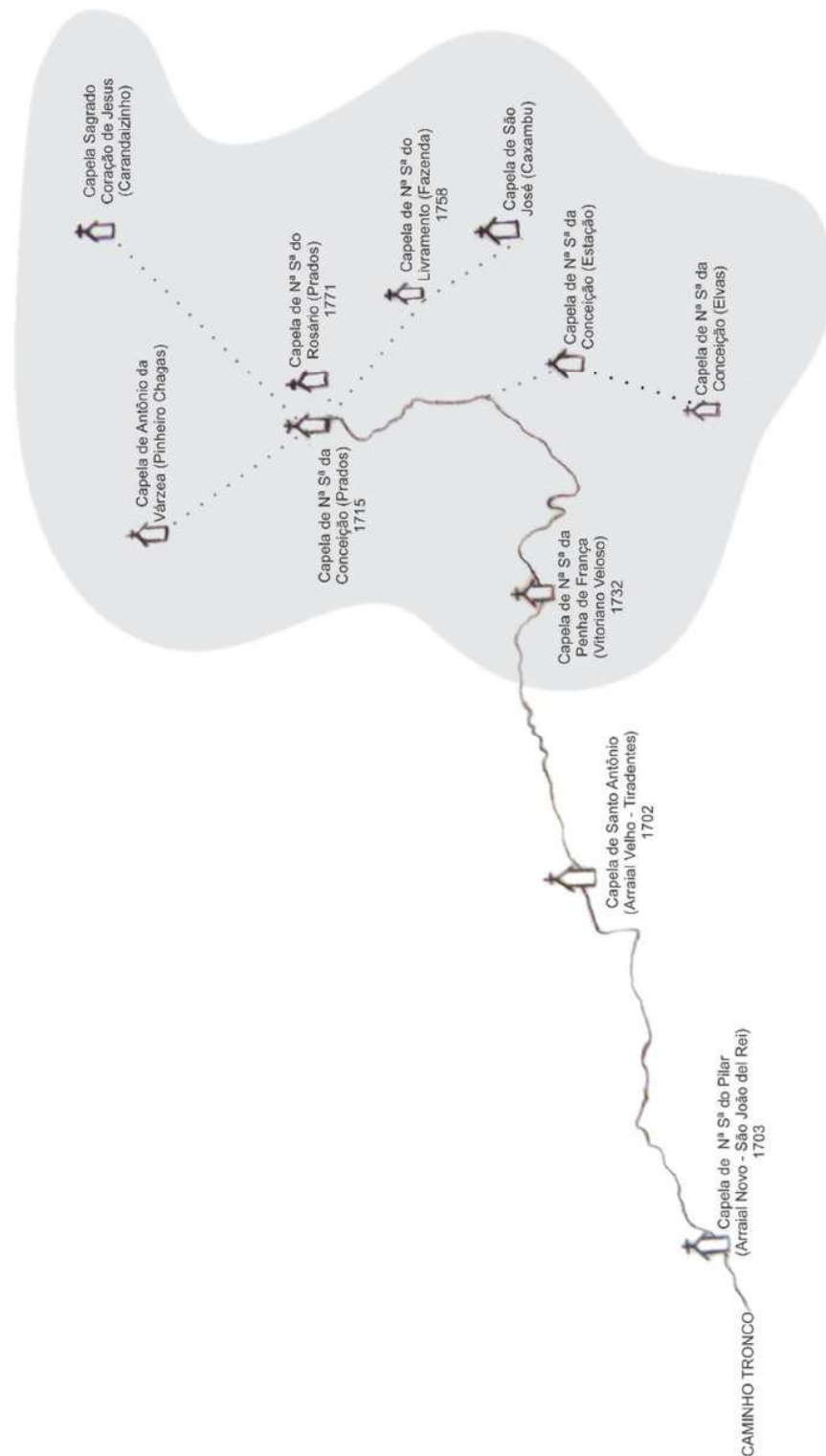
O afluxo de mineradores foi imediato e numeroso, provocando o rápido crescimento dos dois mais antigos arraiais, e a disseminação de gente por outros pontos das circunvizinhanças, principalmente à margem de grandes ou pequenos cursos de água, em que ocorriam sucessivas descobertas de ouro. Foi assim que se originou, por exemplo, o povoado de Prados, contemporâneo dos dois núcleos maiores, mas que não teria o mesmo surto de desenvolvimento, limitado certamente pelo menor potencial de suas lavras. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1977, v.1 p.23)

O povoado de Prados, assim, fundado em 1704, inicialmente pertenceu à Vila de São José, contudo a atividade de mineração do ouro foi menos duradoura e significativa em comparação às Vilas de São José e São João del Rei, o que acarretou um desenvolvimento menor. O crescimento das atividades de mineração, juntamente com o aumento populacional na região e a conseqüente movimentação comercial intensificada, dados por um processo de ocupação desordenado, acabou gerando vários conflitos e rivalidades entre grupos distintos, sendo o principal, a Guerra dos Emboabas (1707-1709). Este conflito culminou na separação do território que constituiria a partir da Carta Régia de 09 de novembro de 1709, a capitania de São Paulo e Minas Gerais da capitania do Rio de Janeiro (SALGADO, 2010).

Embora a forma de ocupação fosse diferente das outras regiões da colônia, nas Minas Gerais o povoamento seguia um mesmo padrão, o qual à medida em que os bandeirantes se fixavam, construíam as primeiras capelas, como forma de devotamento, iniciando assim, os protonúcleos (figura 20) que, de acordo com Vale (2000, p.43), tinham nas ermidas o “[...] marco com que o fervor de sua crença, temperando de misticismo as asperezas da jornada, concretizava grandes esperanças [...]”.

Conforme afirma Vale (2000), não há documentação que descreva, com precisão a data de construção da primeira capela no Arraial de Prados, contudo, o autor sugere que a matriz tenha sido iniciada em 1715, apesar de relatos da ocorrência de casamento no ano seguinte. De todo modo, é certo que, a construção da Igreja Matriz foi a impulsionadora para a conformação do núcleo de Prados.

Figura 20 – Croquis esquemático das capelas na região de Prados



Fonte: Elaborado pelo Autor (2016). Nota: as datas foram inseridas em 2021, após pesquisas realizadas. No entanto, não foram encontradas informações sobre cinco dessas capelas.

A matriz teve sua construção estendida por muitos anos, sendo edificada em taipa com detalhes esculpidos em rocha granítica, extraída na região, inspirados em arte indígena, e um oratório que abriga a imagem da padroeira, como pode-se observar em sua portada (figura 21). Em 1753, há relatos de uma visita pastoral feita por Cônego Dr. Amaral Gomes de Oliveira e do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, na qual relataram a situação precária e primitiva que a edificação ainda se encontrava, “sem forros e sem torre” (CRUZ, 2020).

Figura 21 – Fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Prados



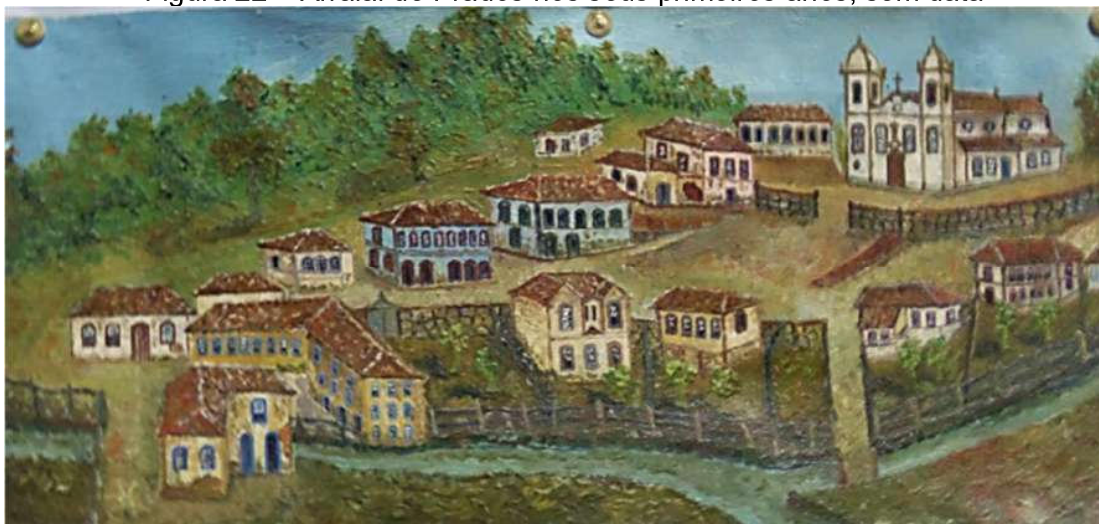
Fonte: Autor (2015).

Em 1718, a freguesia foi promovida à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados. Neste momento, a população residente no local era de 87 pessoas. A ocupação inicial se deu a partir de um caminho tronco, assim como as demais cidades mineiras contemporâneas a ela: “as primitivas cidades mineiras não têm largura nem altura, só tem comprimento. Parecem um caminho. Assim era Prados de antanho”. (VALE, 2000, p.38)

A partir de 1730, com a estabilização da atividade mineradora, fazendeiros e proprietários rurais, passaram a construir suas casas nas proximidades da Igreja, para que assim, pudessem pernoitar. Esta movimentação na área do entorno da Igreja promoveu, de fato, a consolidação do arraial que, em 1752 se torna Distrito de Prados, pertencente à Vila de São José, Comarca de São João del Rei (FERREIRA, 2016).

O caminho tronco de Prados, com suas primeiras edificações compuseram a Rua Direita, “[...] de um lado comprido contra o morro e do outro desafia o despenhadeiro, equilibrando sobre pilastras de madeira ou pedra [...]” (VALE, 2000, p.40). A seguinte descrição recria a paisagem mais primitiva da urbanização de Prados, a partir de sua forma de ocupar e se comportar no espaço, e como as construções se encaixavam nos terrenos íngremes da região. Os anos seguintes foram de desenvolvimento para o Distrito, com melhorias de infraestrutura, como a construção da primeira ponte (figura 22), sobre o Córrego dos Prados.

Figura 22 – Arraial de Prados nos seus primeiros anos, sem data



Fonte: Acervo do Museu Francisco Virgolino de Souza Filho em Prados (2015).

Nos primeiros anos de ocupação e conformação da paisagem urbana de Prados, as edificações eram implantadas em lotes que se conformavam como os lotes burgueses – definição dada pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana, citado por Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), – os quais eram constituídos por edificações nas testadas dos terrenos, com fundos delimitados pela topografia, morros ou cursos d’água. As porções posteriores destes lotes, eram destinadas a quintais e hortas (FERREIRA, 2016).

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela dificuldade de se encontrar ouro nas minas e, conseqüente aumento dos tributos por parte da Coroa, e assim, no aumento da insatisfação por parte da população, que já arcava com impostos altíssimos sobre o minério extraído.

Neste período iniciou-se, em toda a região, um movimento separatista, conhecido como Inconfidência Mineira, tendo entre outros nomes, Joaquim José da Silva Xavier, Padre Toledo, Vitoriano Gonçalves Veloso, Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, casado com Hipólita Jacinta Teixeira de Mello, conhecida como a mulher mais atuante no movimento e proprietária da fazenda conhecida como Ponta do Morro, em Prados, onde se encontravam para as reuniões do grupo⁷.

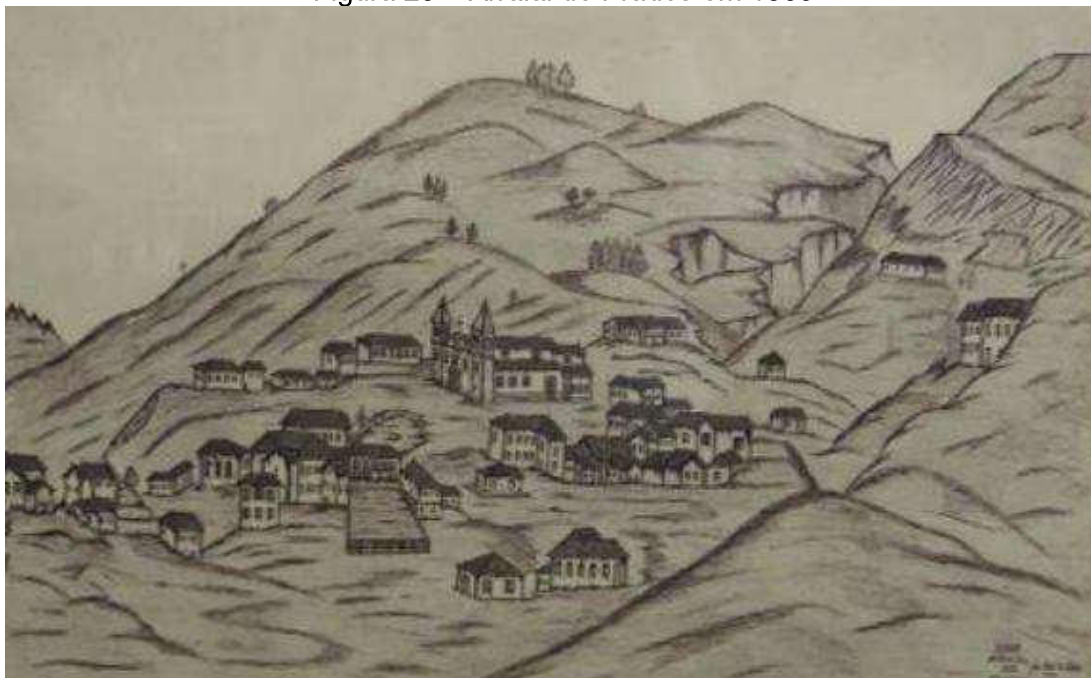
O declínio econômico iniciado pela diminuição da extração aurífera, aumentou as dificuldades que os colonos já viviam em relação à Coroa. O desenvolvimento dos arraiais foi paralisado, não ocorrendo assim, grandes modificações na conformação urbana de Prados que, inclusive, segundo Vale (2000), nas duas últimas décadas do século XVIII, a população pradense era estimada em 82 habitantes, comprovando assim, um êxodo em relação ao início do século.

O século XIX trouxe o encerramento definitivo do período do ouro nas minas, transformando completamente a economia para agricultura e pecuária. Esta nova forma de economia, refletiu também na produção artesanal, na indústria do couro, por exemplo, como opção à crise. Entretanto, apesar de ser um período de declínio e estagnação, em 1778, já constava a Capela do Rosário, como relata Vale (2000), era uma edificação modesta, construída aos poucos pelos escravos.

⁷ O casarão que lhe serviu de residência após o degredo do marido é hoje um atelier de artesanato que fica em frente à Igreja Matriz. (FONTE: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/prados.pdf>>. Acesso em dezembro de 2020)

Com o início da construção da Capela se abre uma nova direção para a expansão da cidade no primeiro quartel de século, conforme dados da Fundação João Pinheiro (1977). Em 1823, Prados contava com 120 residências e 723 habitantes; em 1831, haviam 308 residências e 2.432 habitantes, entre estes 1.380 livres e 1.052 escravos. O salto no crescimento populacional percebido na primeira metade do século XIX, quando comparada ao final do século anterior, reflete à recuperação econômica com o início da indústria de artefatos de couro, como arreios e outros produtos, a partir da dedicação da agricultura e pecuária pelos senhores de lavras com a crise do ouro.

Figura 23 – Arraial de Prados em 1839



Fonte: Acervo do Museu Francisco Virgolino de Souza Filho em Prados (2015).

A industrialização e a inserção de linhas férreas no interior do território brasileiro, ocorreu inclusive em Prados, com a Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), sendo este fator responsável pela grande modificação dos padrões de construção que passaram a ser erguidas e também, as edificações já existentes que foram sendo modificadas para atender às demandas do desenvolvimento urbano de Prados. Assim, as fachadas das construções começaram a passar por ajustes, como a inserção de balcões de ferro e luminárias. Contudo, as modificações se davam majoritariamente nas fachadas, conforme Vale (2000) relata que, o interior das edificações, na maioria

das vezes se mantinham com suas paredes caiadas e assoalhos de tábua larga e o mais importante, com o morador mantendo a alma de interior.

Em 1890 o Distrito de Prados passa a ser Município de Prados, elevando a freguesia à Vila. Em 1892 é instalada a Comarca de Prados e no mesmo ano, deu-se a elevação de Vila à Cidade. O desenvolvimento também se fez em relação à infraestrutura urbana, com o início dos estudos para a canalização de água potável em 1896 e que vai se consolidar com sua efetiva implementação em 1914, a construção de escolas públicas primárias (1902) e um grupo escolar (1908). (VALE, 2000)

No mesmo período, é aberta a rua de Magalhães Gomes (figura 24), a primeira via reta da então cidade. Ao longo da via, significativamente arborizada, foram erguidas edificações que percorriam sua extensão. Era, em suma, uma via larga para época, que estimulou a abertura de novas vias, transformando a cidade que até então era composta por vielas e becos em uma efetiva área urbanizada. Em 1914, Prados começa a ter sua água canalizada e, em 1920, é inaugurado o Coreto à rua Magalhães Gomes (VALE, 2000), conforme vê-se na figura 25.

Figura 24 – Rua Magalhães Gomes início do século XX



Fonte: Acervo do Museu Francisco Virgolino de Souza Filho em Prados (2015).

Figura 25 – Rua Magalhães Gomes em 1928



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

O desenvolvimento urbano deu à cidade de Prados um adensamento que, até então, a cidade não conhecia. Apesar de alguns lotes se manterem com suas

dimensões originais, inicia-se a divisão de alguns terrenos (VALE, 2000). A inauguração da luz elétrica na cidade em 1921 é um dos atrativos que atuam na transformação da paisagem de Prados.

A construção do coreto, em via pública, remete ao uso social do espaço, marcando a rua Magalhães Gomes como um espaço de socialização de Prados, onde ocorriam eventos, festejos, procissões e demais eventos sociais. Outra área que ganhou destaque pela conformação social e pelo desenvolvimento da cidade, foi a praça Dr. Viviano Caldas (figura12), que ganhou um projeto em 1934, o qual foi implementado na década seguinte.

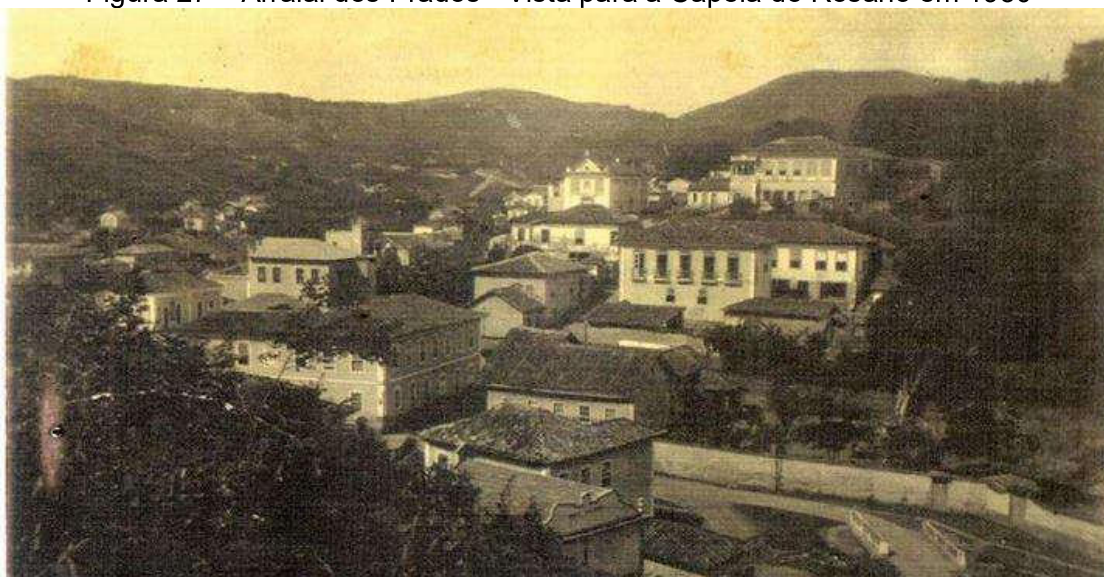
Figura 26 – Vista para a Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1940



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

As décadas de 1930 e 1940, foram de forte impacto para a evolução urbana de Prados. Em 1937 houve a construção da rede de esgoto da sede do município. Em 1945, inaugura-se a Santa Casa de Misericórdia de Prados, na antiga Rua Direita (caminho tronco), que passou a se chamar rua Cel. João Luís na década de 1960. (FERREIRA, 2016).

Figura 27 – Arraial dos Prados - Vista para a Capela do Rosário em 1930



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Em meados do século XX, a população pradense era de 8.829 habitantes – 2.558 residentes na zona urbana e 6.271 na zona rural (IBGE, 1950). Conseqüentemente ao crescimento populacional que Prados passou entre os séculos XIX e XX, houve também uma expressiva concentração da inserção de novas moradias na área central, dada como sítio histórico de Prados. Dividindo-se terrenos setecentistas em lotes menores e, assim, transformando a paisagem local.

A partir da década de 1970, com a o incentivo para melhorias em infraestruturas urbanas, promovido pelos governos militares devido à consolidação do parque industrial brasileiro (milagre econômico), houve um aumento da emigração da população rural para a área urbana, com o fenômeno da metropolização e conseqüentemente aumento dos problemas sociais, econômicos, estruturais e de moradia, em todo o Brasil, pela falta de planejamento urbano.

O crescimento da indústria automobilística que ocorreu no país, ocasionou uma crise municipal no principal produto que movia a economia da cidade, desde o fim do período áureo, que era a produção de arreios de couro. O que afetou diretamente na fuga da população para outras cidades da região, em busca por emprego e uma melhor condição de vida.

Em 1977, a Fundação João Pinheiro realiza um estudo preliminar para criação de diretrizes de desenvolvimento para a Região do Campo das Vertentes e na década

seguinte, é criado um Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Prados, o qual não foi implantado pela Prefeitura Municipal.

A falta de planejamento e de proteção das áreas significativas do contexto de formação de Prados, permite uma expansão urbana que, ainda hoje, se dá de forma desenfreada. Contudo, descobriu-se, a partir de pesquisas, uma lei decretada pela Prefeitura Municipal de Prados, a Lei Nº712 de 1983, que dispõe sobre o tombamento de diversas ruas (ANEXO I). E anos depois, houve, ainda, a tentativa de tombamento do Conjunto Histórico de Prados a nível nacional, pelo SPHAN, em 1985, que viria a reforçar a Lei Municipal Nº712 de 1983, conforme vê-se em anexo (ANEXO II). Entretanto, o processo de tombamento não foi colocado em prática e próximo à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é possível notar maior especulação imobiliária e um adensamento mais significativo.

A Matriz, que por sua vez, foi tombada a nível federal, em 1996, pelo IPHAN⁸, no qual teve uma área de entorno definida, sendo o mais próximo de uma proteção da paisagem local. Contudo, em 2002, houve a tentativa de ampliar a área de entorno de proteção da Igreja Matriz, abrangendo apenas algumas edificações a mais, tombadas a nível municipal (ANEXO III). Não levando em consideração a paisagem e nem como um conjunto a ser tombado. Já os demais tombamentos existentes na cidade, são em âmbito municipal e sem qualquer relação com paisagem ou similares. A área de entorno da Igreja recebe indicações apenas em relação à visibilidade para o bem imóvel tombado, sendo totalmente figurante no tombamento.

Não há, em Prados, uma consideração do Conjunto Urbano como um todo, como uma paisagem construída a partir de movimentos sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais, diferentemente do que ocorre em outras cidades do período do ouro nas minas, Prados não obteve a mesma atenção para sua preservação como Ouro Preto, Mariana ou Tiradentes, assim, a preservação do seu rico patrimônio, bem como, da perspectiva de leitura da paisagem, foi comprometida ao longo dos anos.

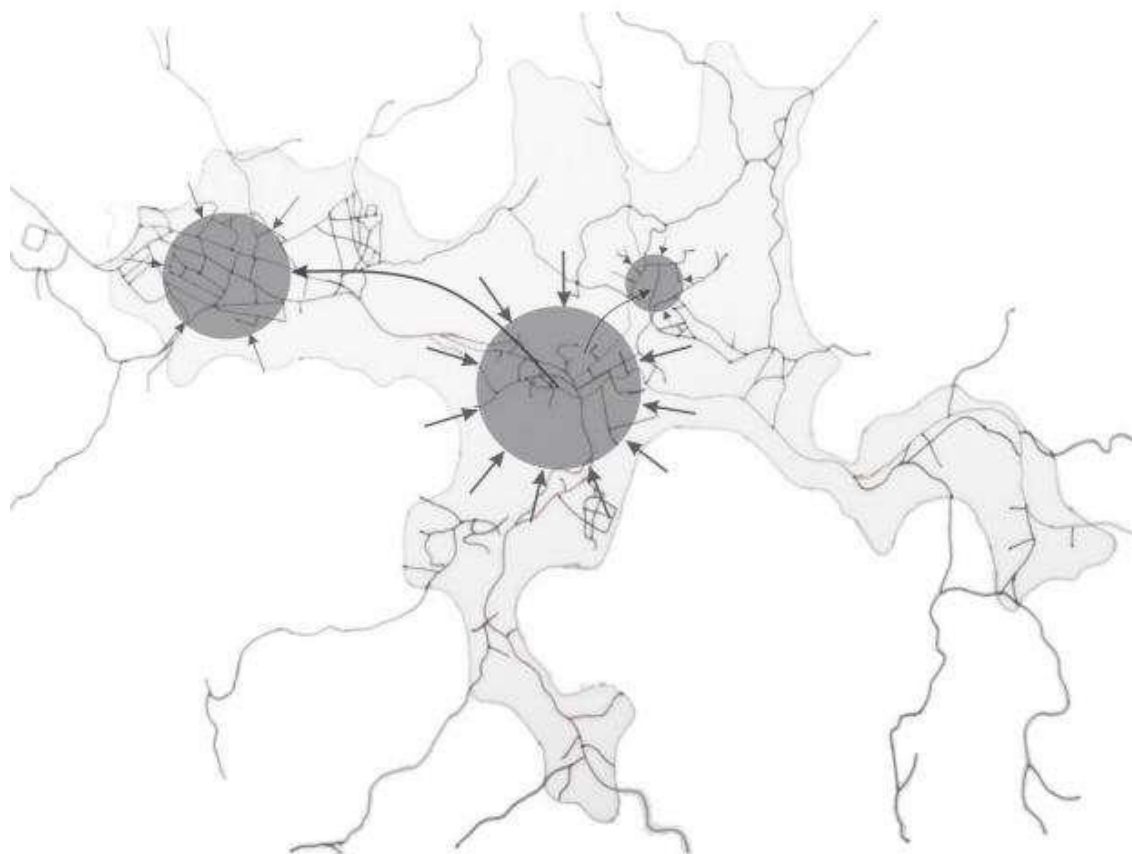
De acordo com Ferreira (2016), entre os anos de 2005 e 2016, houve uma melhoria nas condições de vida de parcelas mais desfavorecidas da população do Brasil e, conseqüentemente, de Prados. E pode-se notar, um exponencial aumento nos imóveis de médio e alto padrão econômico em Prados, com a abertura de novas ruas,

⁸ Processo nº870-T-73, inscrição nº608 no Livro do Tombo das Belas Artes, volume II, folha 30 e inscrição nº543 no Livro do Tombo Histórico, volume II, folha 30.

criação de novos bairros e implantação de novos loteamentos, gerando, assim, uma outra relação entre sociedade e a paisagem urbana.

A ocupação que teve início no sítio histórico e primitivo de Prados, nos primeiros 15 anos do século XXI, “se expandiu para as áreas adjacentes, ligando-se a outras áreas menos ocupadas, além dos caminhos estruturadores já consolidados”. (FERREIRA, 2016). Hoje, é possível observar em Prados, um núcleo histórico, que passa por forte processo de adensamento, cada vez mais descaracterizado e degradado, além dos núcleos secundários que se tornaram polos urbanos. A figura a seguir (figura 28), ilustra a forma de ocupação de Prados e, as relações de movimentação entre tais áreas e sua população.

Figura 28 – Mapa esquemático dos núcleos de ocupação



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A falta de uma legislação específica para a preservação da paisagem de Prados e, a ausência de um planejamento adequado e coerente com o contexto da cidade, favorece a descaracterização da paisagem urbana histórica (HUL) de Prados, na

medida em que se perde a forma de se habitar e a maneira como a população se reconhece na cidade ao longo dos anos, as diferentes formas de se viver e de vivenciar a paisagem. Ainda, a falta de uma transição ou uma área de amortecimento do Centro Histórico para as demais regiões da cidade, reflete em um impacto direto para a paisagem urbana histórica (HUL).

4. PRADOS ATRAVÉS DAS PORTAS

Este capítulo traz uma leitura da Paisagem Urbana Histórica (HUL) de Prados, a partir da ótica utilizada por Jean-Marc Besse (2014). A escolha desta abordagem se faz a partir de dois pontos chaves da cidade de Prados, que se transformam até os dias atuais, e o entendimento dessa relação do homem com o seu meio, evolui como um organismo vivo, no qual a paisagem é o fruto das transformações socioculturais que ocorrem ao longo do tempo.

Contudo, a percepção da paisagem passou a englobar algo muito além do visual. Superou o aspecto contemplativo e passou a ocupar o papel primordial na percepção da cidade e de suas relações com a sociedade, como um “agente no fenômeno de tornar visível o invisível” (CUNHA, 2017 *In*. VERAS *et al.*, 2017, p.11).

A concepção da paisagem como ornamento, segundo Besse (2010), ainda se faz presente nas expressões e ideologias. Contudo, perdeu, gradativamente, sua força e, atualmente, encontra-se em crise, tornando a relação existente mais complexa, ultrapassando o estético e o visível, abrangendo ainda, o econômico, o político e o social, tornando-se, assim, a abordagem da paisagem um campo ilimitado de estudos urbanos, compreensão sociológica e antropológica, aumentando a aproximação com a natureza, além do entendimento do desenvolvimento urbano e do ambiente construído.

Desta forma, este capítulo traz uma leitura da paisagem utilizando algumas das proposições que Besse (2014) idealiza em seu livro – “O gosto do mundo: exercícios de paisagem”, as quais são relacionadas como portas capazes de se abrirem para a percepção da paisagem, a partir de cinco formas, que se diferenciam de acordo como os profissionais de cada área a enxergam, sejam eles, historiadores, artistas da paisagem, geógrafos, ecólogos, filósofos, sociólogos, arquitetos e paisagistas. Apesar de serem diferentes, as portas não se excluem, pelo contrário, elas coexistem e se relacionam, possibilitando uma percepção ampliada da paisagem. As cinco proposições da paisagem que Besse (2014) apresenta são: arte, natureza, experiência, cultura e projeto.

Besse (2014) retrata a paisagem vernacular citando os estudos de Jackson (2003) como uma paisagem em constante transformação, pois a paisagem se modifica em função das tentativas que o homem realiza para viver em harmonia com a natureza, sendo assim, definida como “o fruto de uma adaptação mútua” entre o homem e o meio ambiente. Contudo, a paisagem vernacular está relacionada ao ato de habitar um lugar,

ao adotar hábitos em um meio, determinando um modo de vida, pois a partir do hábito ordenamos o mundo ao nosso redor. Pode-se dizer que, habitar é, então, “uma arte de viver” (BESSE, 2014, p. 128-129).

Em consequência disto, a Rua Magalhães Gomes e a Praça Dr. Viviano Caldas foram definidas como locais de estudo, por imprimirem hábitos cotidianos dos cidadãos pradenses, conforme Vale (2000) exprime em um trecho de crônica:

A música, quando tocada no alto do Coreto da nossa Praça Dr. Viviano Caldas, esparrama pelas quebradas das montanhas que circundam a nossa pequena cidade, uma revoada de notas que transmitem algumas vezes uma inspiração de alegria, e outras, um incentivo para a saudade, tanto para aqueles que estão passeando em torno da praça, como para aqueles que, embora mais distante se acham, mais perto estão de seus acordes porque se encontram concentrados nos seus sentimentos de saudade e recordações. [...] Era assim que o nosso povo da cidade desfrutava as horas de lazer nas tardes de domingo. (VALE, 2000, p.450)

Abordaremos a seguir, então, a Praça Dr. Viviano Caldas e seu entorno, através de sua relação com a vida urbana, vista em diferentes olhares, conforme três proposições de Besse (2014), sendo elas: a paisagem como obra coletiva, como totalidade e como projeto.

4.1. A RUA E A PRAÇA COMO OBRAS COLETIVAS

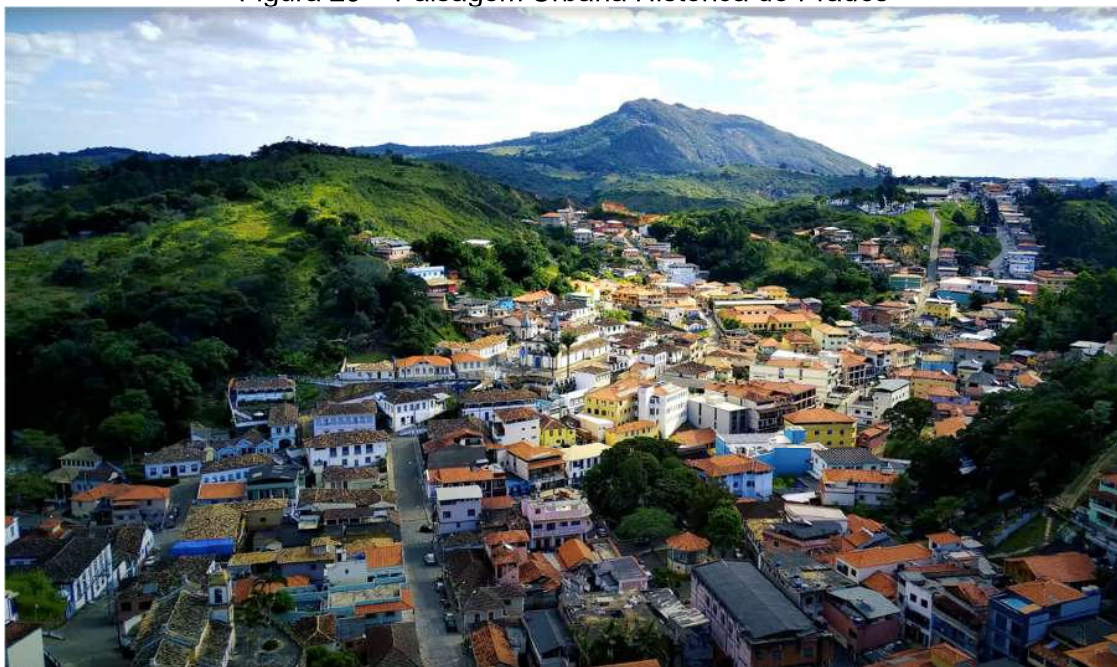
Nesta abordagem, Besse (2014) aponta a paisagem como um território resultante de inserções da sociedade, ao longo do tempo. A paisagem aqui, é vista como algo além do material, além do ambiente. É articulada através do conceito de sistema paisagístico, como uma realidade material e tangível, refletindo as percepções e representações sociais.

A paisagem extrapola sua condição de elo de ligação do espaço para o campo de vivência na cidade, onde encontram-se memórias coletivas e sentimentos (LEITE, 2017). A abordagem desta porta é algo sistêmico e complexo, que analisa a paisagem através da articulação temporal e espacial com as relações sociais que acontecem ali, principalmente direcionada para a percepção do espaço público.

A paisagem urbana histórica (HUL) enfatiza a compreensão do passado que resultou na paisagem atual, já Besse (2014) articula essas transformações como obra

coletiva de uma sociedade local. Em Prados, podemos exemplificar alguns espaços de paisagem como obra coletiva, como é o caso da Rua Magalhães Gomes e da Praça Dr. Viviano Caldas, conforme podem ser observadas na figura 29, da Paisagem Histórica Urbana de Prados.

Figura 29 – Paisagem Urbana Histórica de Prados



Fonte: Lucas Gomes, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S41_PTUqzNo>. Acesso: set, 2022.

Com importante papel na cidade, desde os primórdios, a Igreja Católica mantém viva suas tradições, e vêm consolidando a forma e distribuição do espaço urbano de acordo com a maneira que se apropria do espaço público, através das procissões. A Rua Magalhães Gomes passou a receber as procissões advindas da Igreja Matriz (figura 30) que antes percorriam às Ruas Coronel João Luiz, Capitão Manoel Dias de Oliveira e Coronel José Manoel (Rua da Capela do Rosário), exceto com as procissões durante a Semana Santa, que seguem, até hoje, os Passos de Cristo, que são pequenos altares construídos ao longo do percurso entre as duas Igrejas, que contam a história de Cristo (figura 31 e 32).

No início do século XX, a Rua Magalhães Gomes, foi a primeira via pública reta a ser aberta, o que transformou Prados em uma verdadeira área urbana, um fato tão notório em um local onde havia apenas becos e vielas sinuosos.

Figura 30 – Procissão na Rua Magalhães Gomes oriunda da Igreja Matriz, 1928



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 31 – Passo situado à Rua Coronel João Luiz



Fonte: Autor (2015).

Figura 32 – Passo situado à Rua Coronel José Manoel



Fonte: Autor (2015).

Devido ao significativo movimento musical, de música barroca que havia na região, abrangendo as atuais cidades de São João del Rei e Tiradentes, desde o início

do século XVIII, Prados recebia músicos durante as principais festividades da Igreja. Foi construído, então, um coreto à Rua Magalhães Gomes, em 1920 (VALE, 2000), conforme vê-se na figura 33, para que os músicos soassem os acordes às procissões.

Figura 33 – Procissão na Rua Magalhães Gomes, 1928

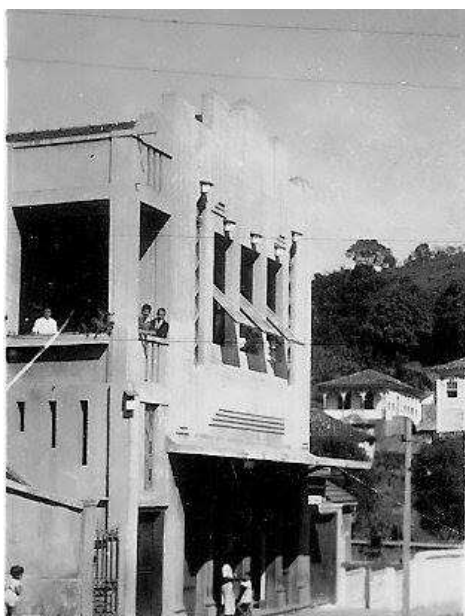


Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Ao final da década de 1920, a Rua Magalhães Gomes já era uma rua com inúmeras edificações, muito adensada para época, transformada como a rua principal da cidade, que veio a ser consolidada pelo uso do espaço através das procissões, do movimento musical e das festas mundanas.

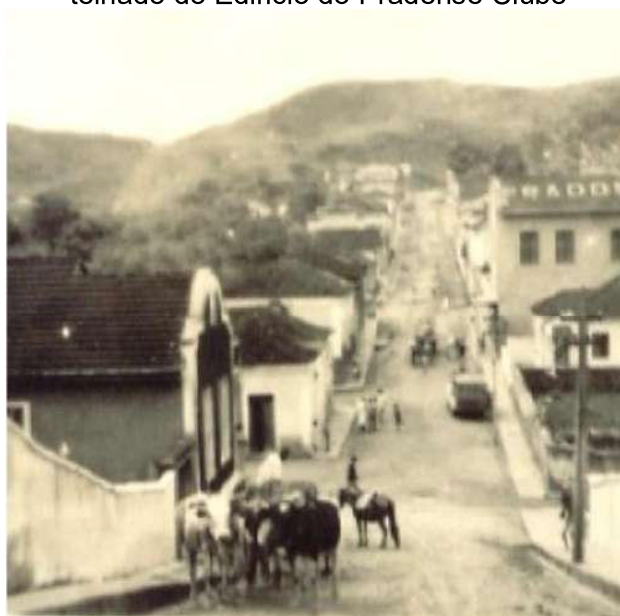
À Rua Magalhães Gomes, situavam-se construções importantes para a história de Prados, e uma delas, era o Pradense Clube, edifício em estilo Art Déco (figura 34) que era a discoteca da cidade, trazendo os bailes e as festas para o interior. Conforme vê-se na figura 35, o edifício do Pradense Clube, tinha a inscrição do nome da cidade em seu telhado.

Figura 34 – Pradense Clube



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2019).

Figura 35 – Detalhe do nome da cidade no telhado do Edifício do Pradense Clube



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2019).

Durante muitos anos, o edifício recebeu os bailes de carnaval da cidade. Até a separação dos blocos, que acarretou a busca de uma nova sede.

Todavia, a população se apropriava cada vez mais do espaço urbano. A Rua Magalhães Gomes recebia os foliões do carnaval de rua. No final da década de 1920, já havia um dos primeiros blocos de Carnaval por tocar marchinhas na cidade, o Bloco da Interrogação, conforme vê-se sua formação, em 1927, na figura 36, a seguir. E ainda, na figura 37, vê-se o desfile do bloco do Gato Preto descendo à Rua Magalhães Gomes, em 1936.

Figura 36 – Primeiro Bloco de Carnaval de Prados, 1927



Fonte: Acervo de Roseni Pinheiro (2022).

Figura 37 – Desfile do Bloco de Carnaval Gato Preto, 1936



Fonte: Acervo de Roseni Pinheiro (2022).

O Gato Preto é um dos blocos do carnaval de Prados que se apropriou do espaço urbano para consolidar uma das festas mais tradicionais da cidade, como pode-se notar na figura 38. Além do Gato Preto, há também o Bloco da Uca, outro tradicional Bloco de Carnaval da cidade (figuras 39 e 40).

Figura 38 – Desfile do Bloco Gato Preto, Carnaval de 1968



Fonte: Acervo de Roseni Pinheiro (2022).

Figura 39 – Desfile do Bloco UCA, Porta Bandeira e Mestre Sala, 2013



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2013).

Figura 40 – Desfile do Bloco UCA, Bateria, Carnaval de 2013



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2013).

A rixa entre os blocos sempre foi muito forte, o que divide até famílias, mas tudo não passa de brincadeira. Nas figuras a seguir (figuras 41 e 42), observa-se que a tradição passa de geração em geração.

Figura 41 – Desfile do Bloco Ukinha, Carnaval 2013



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2013).

Figura 42 – Desfile do Bloco Ukinha, Bateria, Carnaval 2013



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2013).

À Rua Magalhães Gomes situa-se a sede do Bloco do Gato Preto, edificação em estilo neocolonial. Em novembro de 2019, a edificação apresentava condições precárias, com o telhado danificado, conforme as figuras 43 e 44. Porém, de acordo com depoimento de um dos fundadores, Roseni Pinheiro, a sede passou por reforma e se apresenta restaurada.

Figura 43 – Sede do Gato Preto



Fonte: Autor (2019).

Figura 44 – Detalhe do telhado visto pela janela



Fonte: Autor (2019).

Ainda, situada à Rua Magalhães Gomes, há a Lira Ceciliana, sede da Sociedade dos Músicos de Prados, com orquestra, coral, banda e escola de música. A Lira Ceciliana remonta sua origem em 1858, herdeira do movimento musical do Séc. XVIII (já mencionado anteriormente à página 74), perpetuando à tradição da Música Sacra Mineira. (VALE, 2000). As figuras a seguir, apresentam o grupo de músicos (figura 45) e a construção da sede (figura 46).

Figura 45 – Músicos da Lira Ceciliana, sem data



Fonte: Lira Ceciliana (2022).

Figura 46 – Construção da Sede da Lira Ceciliana, sem data



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2012).

A inauguração da Sede da Lira Ceciliana (figura 47), foi no início da década de 1980, e desde então, tem suas atividades de estudos realizadas no local. A Lira Ceciliana faz apresentações tanto na cidade de Prados, como em outras cidades da região. E desde 1977, mantém uma parceria com músicos da Universidade Federal de São Paulo, nos Festivais de Música de Prados, nos quais são realizados concertos abertos em praça pública (figuras 48 e 49), e ofertados cursos e oficinas gratuitos para população.

Figura 47 – Sede da Lira Ceciliana à Rua Magalhães Gomes



Fonte: Acervo de Lúcia Mara de Sousa (2022).

Figura 48 – Apresentação da Orquestra da Lira Ceciliana na Praça Dr. Viviano Caldas, 2017



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2017).

Figura 49 – Orquestra da Lira Ceciliana na Praça Dr. Viviano Caldas, 2022



Fonte: Acervo de Lira Ceciliana (2022).

A apropriação do espaço público urbano pela população se dá de forma ativa, desde os primórdios de Prados, principalmente, nessa área, denominada como Curro, que no final do século XIX, já era marcada por encontros, festas religiosas, manifestações folclóricas e tradicionais, apresentações de circos e as saídas das cavalgadas que, posteriormente, deram nome ao local, Largo das Cavalhadas e depois, Praça Dr. Viviano Caldas. Era um espaço aberto, em meio aos casarões, ainda sem calçamento ou divisões, conforme observado na figura 50.

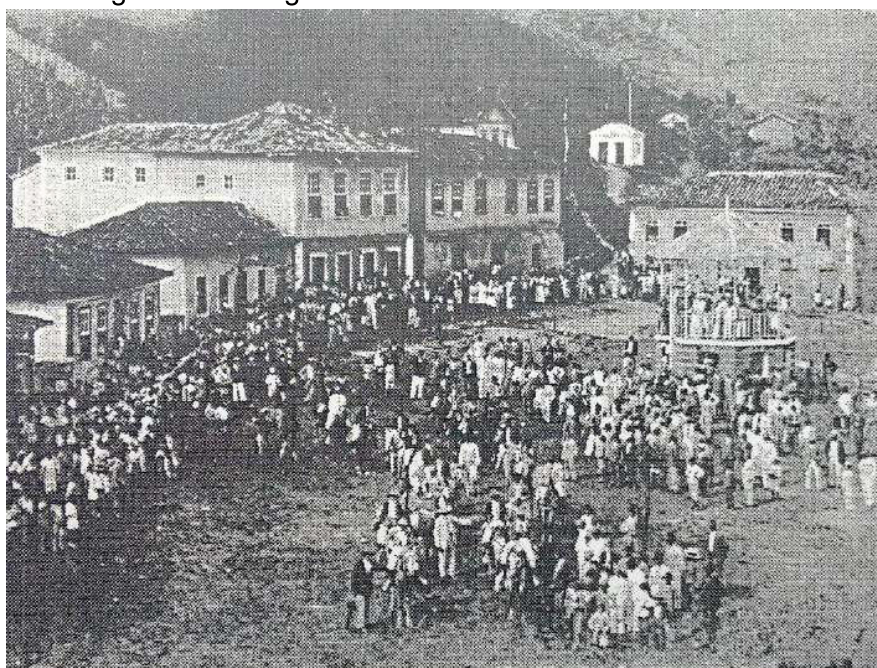
Em meados de 1930, no espaço público – Curro ou Largo das Cavalhadas, ainda de terra batida, já havia um coreto. Antes, na cidade, o coreto situava-se à Rua Magalhães Gomes, conforme apresentado anteriormente (páginas 74 e 75) nas figuras 30 e 33, mas com a chegada dos automóveis e com a necessidade da abertura de espaço das vias, foi necessária a demolição do antigo coreto. O local de escolha para a instalação do novo coreto, foi no Largo das Cavalhadas, a atual Praça Dr. Viviano Caldas (figura 51).

Figura 50 – Curro ou Largo das Cavalhadas no final do Século XIX



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

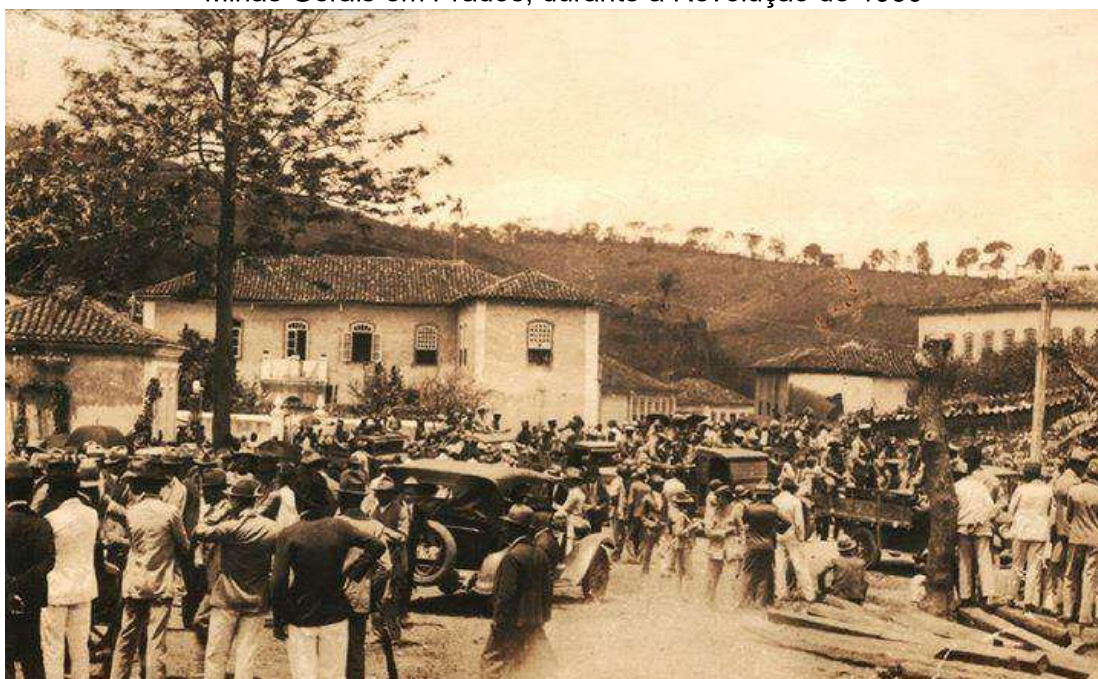
Figura 51 – Largo das Cavalhadas em meados de 1930



Fonte: Dario Vale (2000).

Em 1930, durante a Revolução, é possível notar, na figura a seguir (figura 52), que houve a demolição do coreto e que implicou como um marco sociocultural, transformando toda a área em rua para receber os carros que seguiam caminho para São João Del Rey, e não mais apenas para o uso de cavalos e carroças. Percebe-se ainda, entre o casarão e a árvore, a primeira bomba de gasolina instalada na cidade, reforçando este marco, que foi a chegada da modernidade em Prados.

Figura 52 – Chegada da Força da Polícia Militar de Minas Gerais em Prados, durante a Revolução de 1930



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2012).

A inauguração da bomba de gasolina foi um grande marco, praticamente uma festa para receber a modernidade em Prados. A população pradense, que já havia se apropriado do espaço urbano, a Rua Magalhães Gomes, como referido anteriormente, era como se tivesse impresso um hábito, visto que “[...] alguns hábitos, que determinam um modo de vida, usos, práticas [...]”. (BESSE, 2014, p.131). A figura 53 a seguir, ilustra o marcante evento.

Nota-se ainda, na figura 54, a transformação da paisagem urbana histórica de Prados em decorrência da obra coletiva dos cidadãos pradenses, principalmente, através da abertura de vias e a construção de edificações, além do tipo de uso dos espaços públicos ao longo dos anos.

Figura 53 – Inauguração da Bomba de Gasolina, início da década de 1930



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 54 – Paisagem Urbana Histórica de Prados, final da década de 1930



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Em 1934, a praça Dr. Viviano Caldas teve seu projeto concebido (figura 55), e foi construída na gestão do prefeito Getúlio Silva, no início da década de 1940. (VALE, 2000) Com o projeto, a praça recebeu o nome de Dr. Viviano Caldas, mas até os dias de hoje, ainda é conhecida como “Curro” ou “Curro das Cavalhadas” pelos locais.

Figura 55 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1940



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

No início da década de 1940, foi construído o monumento “Globo” - localizado no canto inferior direito da figura acima (figura 55), em comemoração aos 50 anos da emancipação político-administrativa de Prados, entre os anos de 1890 e 1940.

Nota-se na figura a seguir (figura 56), a presença de mobiliário na praça. Os bancos que não constavam na praça anteriormente, como é possível observar na figura 55, ressaltam a alteração do tipo de uso do espaço público, sugerindo que era apenas um lugar de passagem, e se transformou em um espaço de contemplação da paisagem e do jardim pela sociedade local.

Em 1945, os cidadãos se reuniram ao redor do monumento, em homenagem à chegada dos Pracinhas Pradenses que lutaram durante à II Guerra Mundial, como vê-se na figura 57. O local do monumento, ainda, se transformou em palco de encontros sociais e, até mesmo, manifestações políticas, conforme vê-se na figura 58.

Figura 56 – Monumento “Globo”, em meados da década de 1940



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2019).

Figura 57 – Homenagem aos Pracinhas Pradenses ao redor do Globo, 1945



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2019).

Figura 58 – Manifestação política, meados da década de 1950



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2019).

Figura 59 – Monumento “Globo”, em 1968



Fonte: Acervo de Roseni Pinheiro (2022).

O monumento ainda servia de ponto de encontro entre a população local e até mesmo de banco para ver o tempo passar (figura 59)

No início da década de 1960, a praça passa por transformações, a qual recebe uma nova configuração nos canteiros, sendo estes cercados, e a instalação de uma concha acústica no lugar do antigo coreto, que foi demolido, gerando uma nova camada da paisagem urbana histórica (HUL) como pode-se ver na figura 60 abaixo.

Figura 60 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1960



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Na figura a seguir (figura 61), é possível ver a alteração dos canteiros com a abertura de uma via entre a praça e o monumento globo. Nota-se ainda, que os canteiros foram cercados para que a grama não fosse pisoteada, criando assim, uma barreira, o que gerou uma relação de distanciamento da população para com a praça, sendo perceptível na própria figura 61, na qual as pessoas circulam do outro lado da via, observando a praça de longe.

Figura 61 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1960



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Ainda, na figura 61, percebe-se a implantação de um parquinho e sua utilização pelas crianças.

Ao final da década de 1960, inicia-se a construção da Sede do Bloco UCA - Clube UCA, situada à Praça Dr. Viviano Caldas. A figura a seguir (figura 62), apresenta a alteração da paisagem urbana histórica de Prados como consequência à construção da edificação, além da transformação dos canteiros da praça, com a criação de bancos voltados para a rua e não mais para a praça (figuras 62 e 63).

Figura 62 – Praça Dr. Viviano Caldas, construção da sede do Clube UCA, em 1969



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Entende-se assim, que a reinstalação de bancos na praça é um fator chave de que a população utilizava o local e que, então, buscou-se essa reinserção de uso contemplativo e sensorial em conexão com a paisagem urbana histórica, como observa-se na figura 62, quatro jovens mulheres sentadas ao banco contemplando o espaço público.

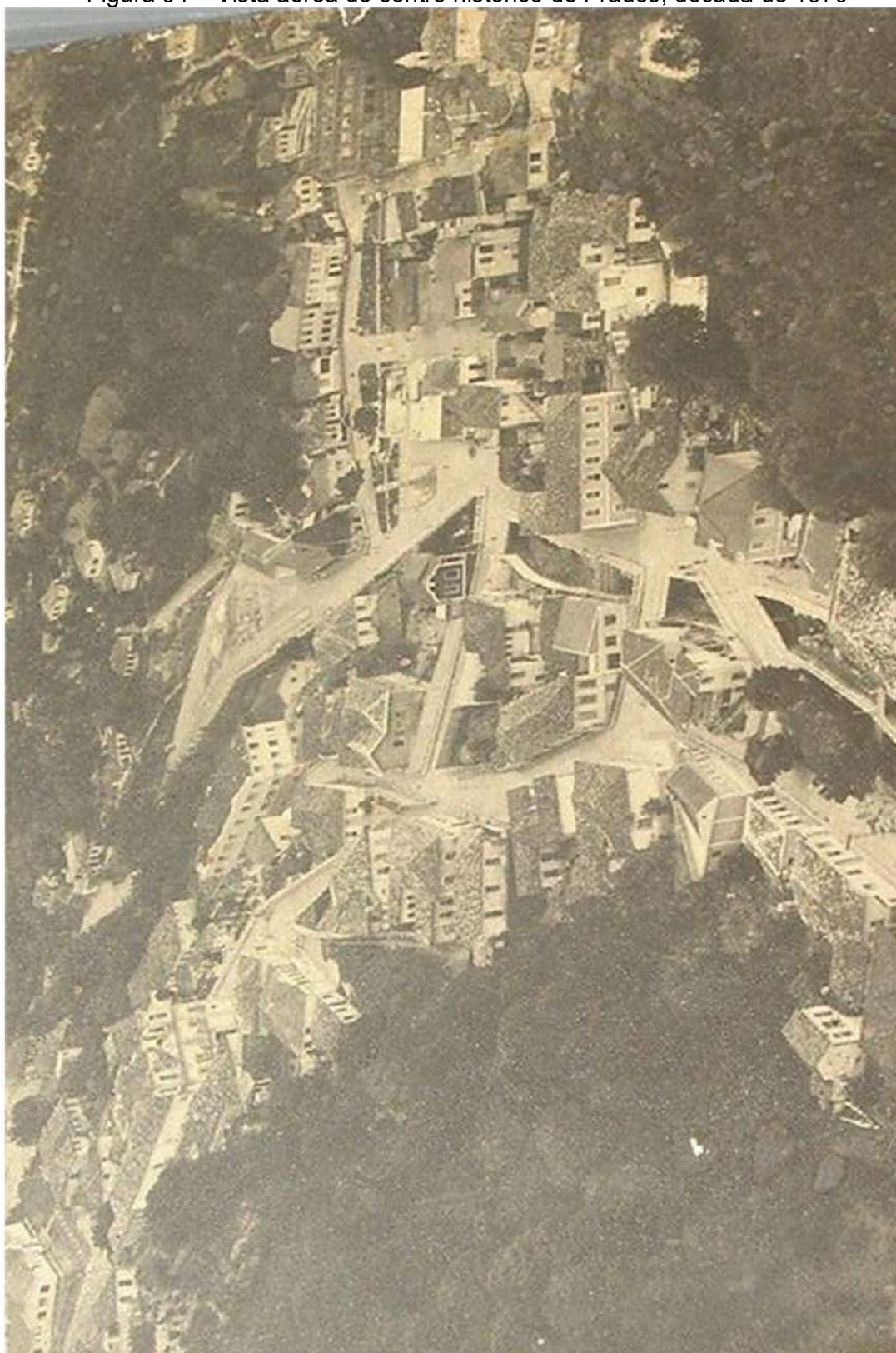
Figura 63 – Praça Dr. Viviano Caldas, início da década de 1970



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

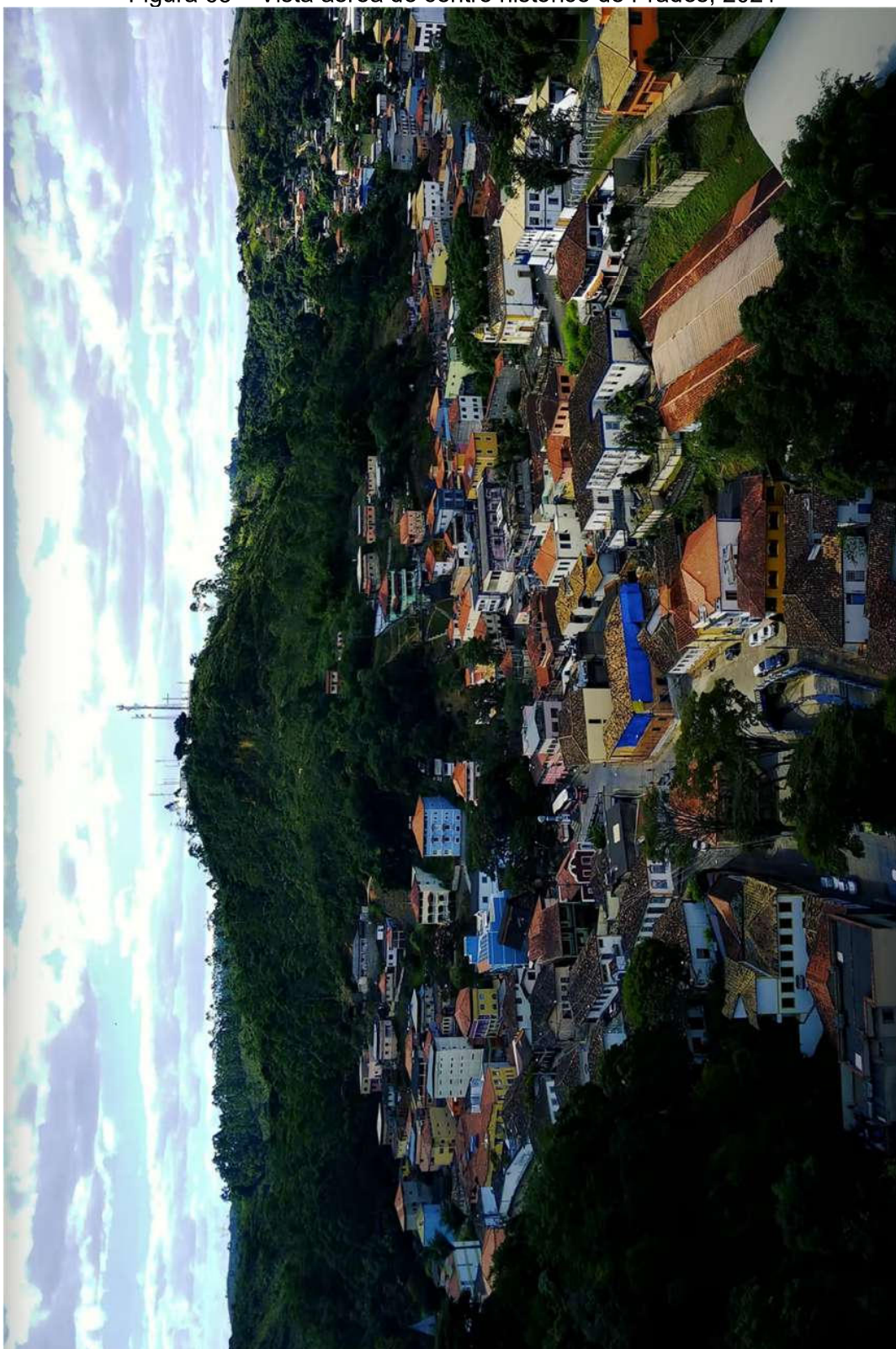
A figura a seguir (figura 64), da década de 70, apresenta a vista aérea do centro histórico de Prados, podendo observar que a praça tem a mesma delimitação de área atual, devido à presença de edificações em seu entorno e a rua que a divide ao meio. Já na figura 65, do ano de 2021, apresenta a alteração na Paisagem Urbana Histórica de Prados ao longo desses 50 anos. Apesar da delimitação da Praça Dr. Viviano Caldas ser a mesma, não é possível notá-la, pela arborização de grande porte exuberante. Contudo, nota-se o adensamento e a expansão com a construção de novas edificações, principalmente no Morro do Cruzeiro.

Figura 64 – Vista aérea do centro histórico de Prados, década de 1970



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 65 – Vista aérea do centro histórico de Prados, 2021



Fonte: Lucas Gomes, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S41_PTUqzNo>. Acesso: set, 2022.

No entanto, a praça passou por mais uma transformação, provavelmente, em meados da década de 1990, com a alteração dos canteiros que levou à configuração que apresenta atualmente, conforme a figura abaixo (figura 43).

Figura 66 – Praça Dr. Viviano Caldas, 2012



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2012).

Contudo, percebe-se que a vegetação foi mantida, por apresentar árvores de grande e médio porte que sombreiam a área, gerando um microclima agradável aos usuários da praça (figuras 65 e 66). Nota-se uma certa movimentação de pessoas, de várias idades, devido à predominância do uso comercial e misto em seu entorno. O qual, salienta, a importância desse espaço público em meio ao centro histórico de Prados.

De acordo com figura a seguir (figura 67), as alterações foram além dos canteiros, abrangendo ainda a construção de um novo coreto em substituição da concha acústica.

Figura 67 – Praça Dr. Viviano Caldas, 2016



Fonte: Autor (2016).

A partir das imagens analisadas é possível compreender que as transformações ocorridas ao longo dos anos em Prados, mais especificamente, na Rua Magalhães Gomes e na Praça Dr. Viviano Caldas, sugerem que o uso dado ao espaço público pela sociedade local foi essencial para o processo de transformação da Paisagem Urbana Histórica de Prados, conforme Besse (2014) salienta sobre a paisagem ser gerada através de uma obra coletiva, “como um território produzido e praticado” (BESSE, 2014, p.27)

Além disso, “a paisagem como um espaço do cotidiano é um lugar de experiências e memórias” (LEITE, 2017, p.69). A memória individual é formada a partir de sínteses de memórias coletivas de cada um em uma sociedade local, que perpassam por gerações através de uma paisagem. (HALBWACHS, 1968).

4.2. A PRAÇA COMO TOTALIDADE

A paisagem como totalidade é dada como um todo estruturado, onde cada parte é uma unidade única que se complementam. Besse (2014), traz a noção de ecúmeno como além da superfície terrestre habitada, mas como a interação entre o meio ambiente e a cultura humana, em outras palavras, o ambiente humanizado. Em sua abordagem, a paisagem como totalidade fundamenta a maneira coletiva de habitar o mundo, reflete a conformação da cidade e o significado de cada unidade deste sistema complexo. Um exemplo, é a forma como o homem constrói suas casas e as determina como abrigo e identidade.

A paisagem é produto das relações da sociedade com a natureza, como uma “[...] integração dos dados naturais e dos projetos humanos, uma realidade sintética [...]” (BESSE, 2014, p. 40). Se transformando assim, numa totalidade, onde a individualidade de elementos é algo muito sutil para ser percebida. Neste caso, a paisagem é objeto ético e político, refletindo as transformações nas tradições e culturas inseridas no espaço, em um determinado espaço de tempo, como os palimpsestos que se formam nos espaços urbanos e que representam inserções individuais e coletivas no ambiente.

Considerando, então, a Praça Dr. Viviano Caldas como uma totalidade material, tem-se a compreensão das unidades que a integram, desde o solo natural, a vegetação e os cursos d’água, assim como as manifestações sociais, que, ao longo dos anos, a conformaram como praça, através dos tipos de uso dados pela população e até mesmo, o projeto de praça pública, construído no início da década de 1940.

Contudo, através de pesquisas historiográficas, e posterior análise, é possível compreender, a partir das transformações que ocorreram, conforme apresentado nas figuras 68 a 74, que a totalidade que se apresenta hoje, com a obra na praça e, conseqüentemente, modificação da vegetação, que a Paisagem Histórica Urbana de Prados foi alterada substancialmente.

Ainda, de acordo com as figuras, e como mencionado anteriormente, desde os primórdios, a Praça Dr. Viviano Caldas se apresenta como local de encontros e manifestações sociais e políticas. Além disso, nota-se que as primeiras edificações erguidas ao redor do espaço que viria a se tornar praça, eram, em sua maioria, de uso misto – residencial e comercial; e, posteriormente, foram construídas edificações de uso apenas comercial, enfatizando esse caráter social do espaço.

Figura 68 – Prados, final séc. XIX



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 69 – Prados, 1908



Fonte: Acervo do Museu Virgolino de Souza Filho (2015).

Figura 70 – Prados, década 1930



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 71 – Prados, 1940



Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 72 – Prados, início década de 1940



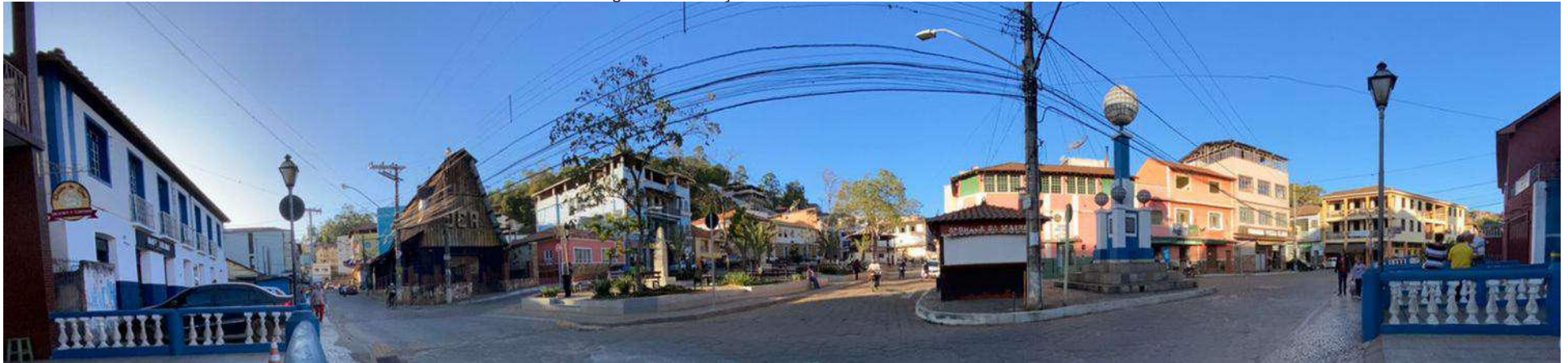
Fonte: Acervo de Luís Fonseca e Silva (2015).

Figura 73 – Praça Dr. Viviano Caldas em 2016



Fonte: Autor (2015).

Figura 74 – Praça Dr. Viviano Caldas em 2022



Fonte: Lígia Mara de Sousa (2022).

Figura 75 – Paisagem Urbana de Prados em 1908



Fonte: Acervo do Museu Virgolino de Souza Filho (2015).

Figura 76 – Paisagem Urbana de Prados em 2016



Fonte: Autor (2016).

Figura 77 – Paisagem Urbana de Prados em 2019



Fonte: Autor (2019).

As figuras 75, 76 e 77 apresentam a paisagem urbana de Prados em 1908 e 2016 e 2019, respectivamente. A partir disso, pode-se compreender que as transformações ocorridas foram além do adensamento, como a expansão da área edificada, conseqüentemente, com a formação de novos bairros, adjacentes ao centro histórico e que mesmo fora da área de entorno do bem tombado pelo IPHAN, a Igreja Matriz, impactam na qualidade da paisagem.

4.3. A PRAÇA COMO PROJETO

A terceira forma de abordagem de Besse (2014) utilizada nesta pesquisa é a percepção da paisagem como um contexto de projeto, abrangendo o espaço compartilhado entre o homem e os demais elementos que o compõem. A ação projetual como forma de leitura da paisagem relaciona a racionalidade e técnica do fazer à subjetividade das relações emocionais do homem com seu meio.

Besse (2014) ainda aponta que se, toda paisagem é dinâmica e, por isto, encontra-se sempre em transformação, já há um processo de modificação criado pelo tempo, a partir das forças naturais, econômicas e sociais que se desenvolvem. Trata-se, assim, de conseguir captar estas forças e auxiliá-las em sua direção.

Para Sá Carneiro (2017), esta opção necessita de estudos específicos de teorias que sejam capazes de orientar a ideia paisagística, proporcionando, assim, a experiência da paisagem através do viés projetual. E, ainda, ao inserir esta abordagem na paisagem urbana, considera-se, a experiência da rua, relacionando-se com as praças e parques.

A análise paisagística de Prados, através da abordagem filosófica de Besse (2014) visa ampliar a forma de se pensar a cidade, incluindo-se nesta ferramenta, elementos que, até então, eram deixados de lado – experiências, sentimentos e emoções, por exemplo. A produção do ambiente urbano, revela a cultura e sociedade inseridas ali, em diferentes recortes temporais e espaciais. A compreensão deste espaço com suas diversas unidades que se relacionam e coexistem, em palimpsestos da paisagem urbana, é capaz de auxiliar nas políticas de planejamento urbano e territorial além da proteção do patrimônio histórico e cultural que Prados possui.

A praça Dr. Viviano Caldas apresenta-se como espaço público do cotidiano, através de encontros entre os pradenses, é palco de vivências urbanas, no qual recebe festas religiosas tradicionais e mundanas, como é o caso do carnaval. É um local de experiências e memórias na cidade. Seu desenho compreende canteiros largos que visa delimitar a área permeável ao redor das árvores que sombreiam a praça, trazendo o contato com a natureza em meio ao urbano, conforme pode-se observar nas figuras 78 a 81, a seguir.

Figura 78 – Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Autor (2016).

Figura 79 – Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Autor (2016).

Figura 80 – Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Autor (2016).

Figura 81 – Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Autor (2016).

Para se pensar em projeto de paisagem, deve-se pensar na paisagem como “o mundo vivido, o mundo da vida comum, o mundo cotidiano”, e não especificamente um mapa. (BESSE, 2014, p. 134-135). Para a elaboração de um projeto, e posterior intervenção, deve-se basear no conjunto de hábitos e costumes, do entendimento das

relações que ali ocorrem, através de pesquisas históricas e conversas com a sociedade local, gerando assim, a elaboração de um inventário participativo que visa definir propostas de intervenções a partir de sugestões e demandas da população.

A intenção desta presente pesquisa era, justamente, elaborar um plano para a formulação de um inventário participativo com parte da população. No entanto, com a Pandemia de Covid-19 que assola o mundo, desde o início de 2020, a realização deste projeto foi inviabilizada.

Contudo, no final de 2021, a Prefeitura solicitou um projeto e viabilizou a obra da praça alegando para população que as árvores estavam com pragas e ocas, a ponto de caírem, mas sem elaboração de um inventário participativo. De acordo com as fotos divulgadas no site da própria Prefeitura, o projeto foi nomeado de Projeto de Revitalização, como observa-se nas figuras 82 a 84.

Figura 82 – Projeto da Praça Dr. Viviano Caldas denominado de Revitalização



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 83 – Projeto da Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

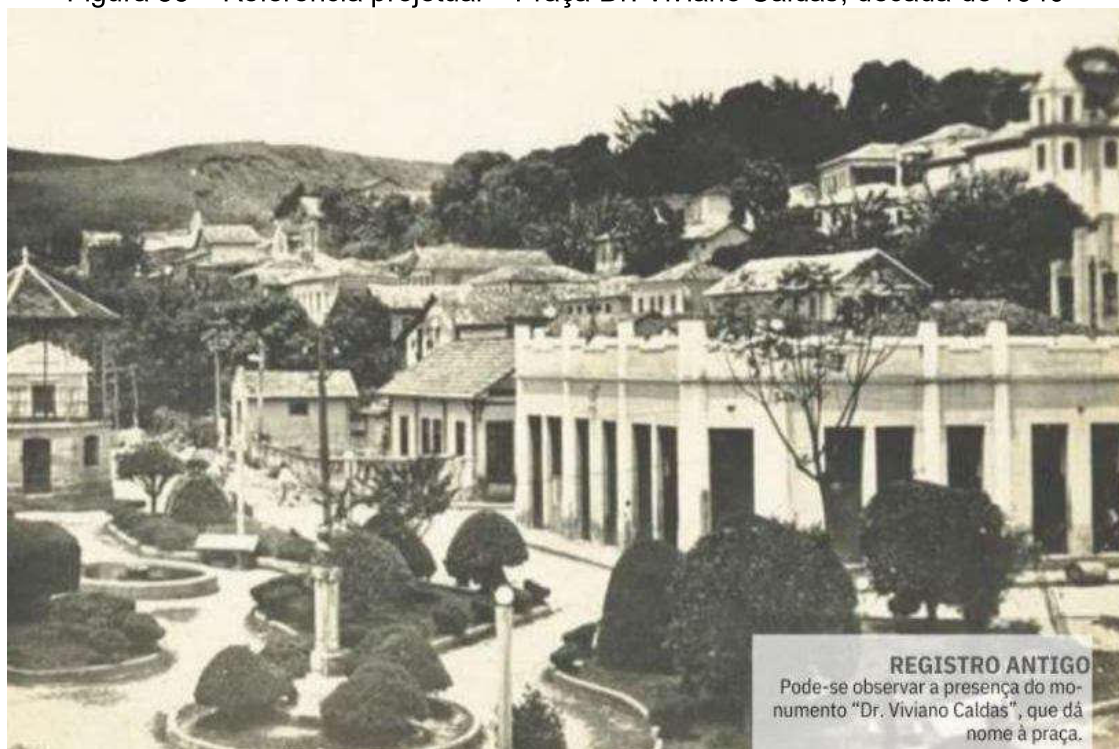
Figura 84 – Projeto da Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Revitalização refere-se a uma proposta de intervenções pontuais para que um determinado espaço receba vitalidade, ou seja, quando não há uso pela sociedade local. Diferentemente do que ocorre na Praça Dr. Viviano Caldas, que desde os primórdios, quando ainda era o Curro e, depois, o Largo das Cavalhadas, já era um espaço de grande vitalidade. A Praça Dr. Viviano Caldas, é utilizada não só pelos pradenses, mas pelos turistas em geral.

Figura 85 – Referência projetual – Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1940



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Como referência projetual o responsável pelo projeto utilizou os registros antigos para fazer um releitura da praça, conforme pode-se notar nas figuras 85 e 86. No entanto, ao se fazer um levantamento historiográfico é necessário cautela. Na figura 87, é possível notar que o profissional elucida que no local do antigo coreto havia uma “espécie de fonte”. Sendo perceptível, a fonte em frente ao coreto.

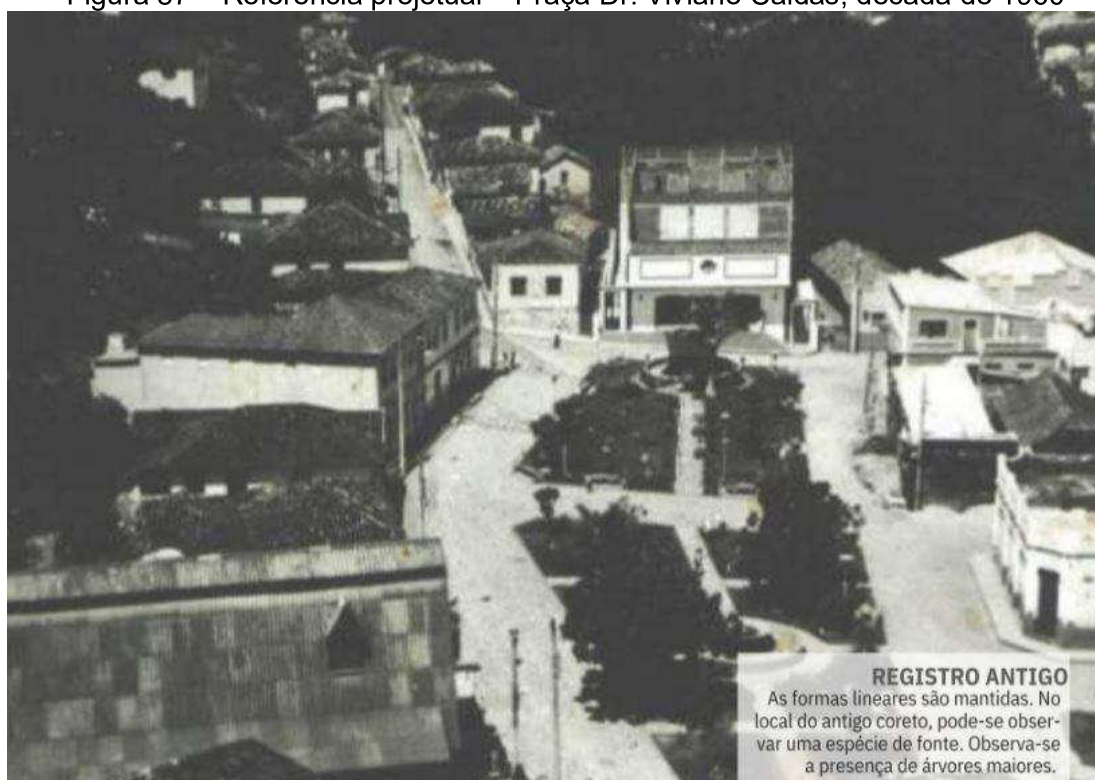
E fazendo uma análise do objeto (figuras 88 e 89), no caso, a praça Dr. Viviano Caldas, atualmente, o responsável utilizou fotos recentes de eventos sociais (figuras 90 a 93) para exemplificar os diferentes tipos de usos de ocupação do espaço público para intervir no espaço urbano.

Figura 86 – Referência projetual – Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1960



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 87 – Referência projetual – Praça Dr. Viviano Caldas, década de 1960



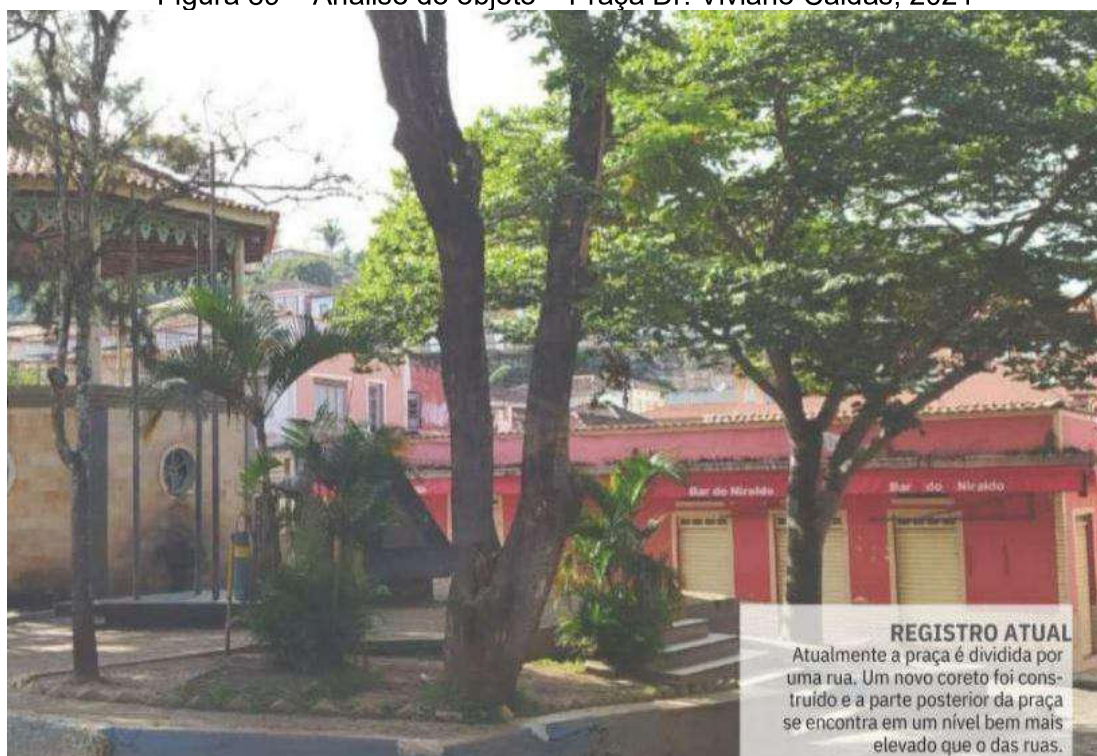
Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 88 – Análise do objeto – Praça Dr. Viviano Caldas, 2021



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 89 – Análise do objeto – Praça Dr. Viviano Caldas, 2021



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 90 – Ocupação da praça pela Orquestra da Lira Ceciliana



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 91 – Ocupação da praça com evento local



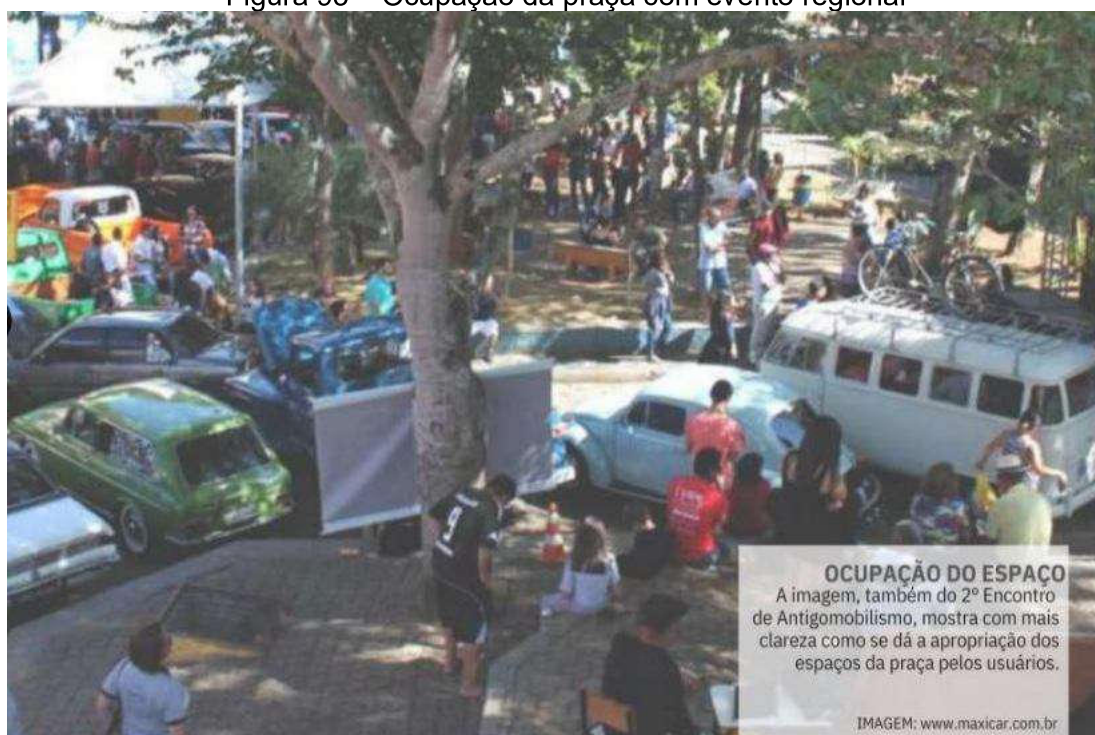
Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 92 – Ocupação da praça por turistas



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 93 – Ocupação da praça com evento regional



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Entretanto, a Prefeitura nomeia a intervenção como Reforma (figura 94), mas a Praça foi inteiramente demolida, e construída uma nova, não restou sequer o coreto, de acordo com figuras 95 a 99.

Figura 94 – Placa com informações da obra



Fonte: Autor (2022).

Figura 95 – Demolição da Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 96 – Demolição da Praça Dr. Viviano Caldas



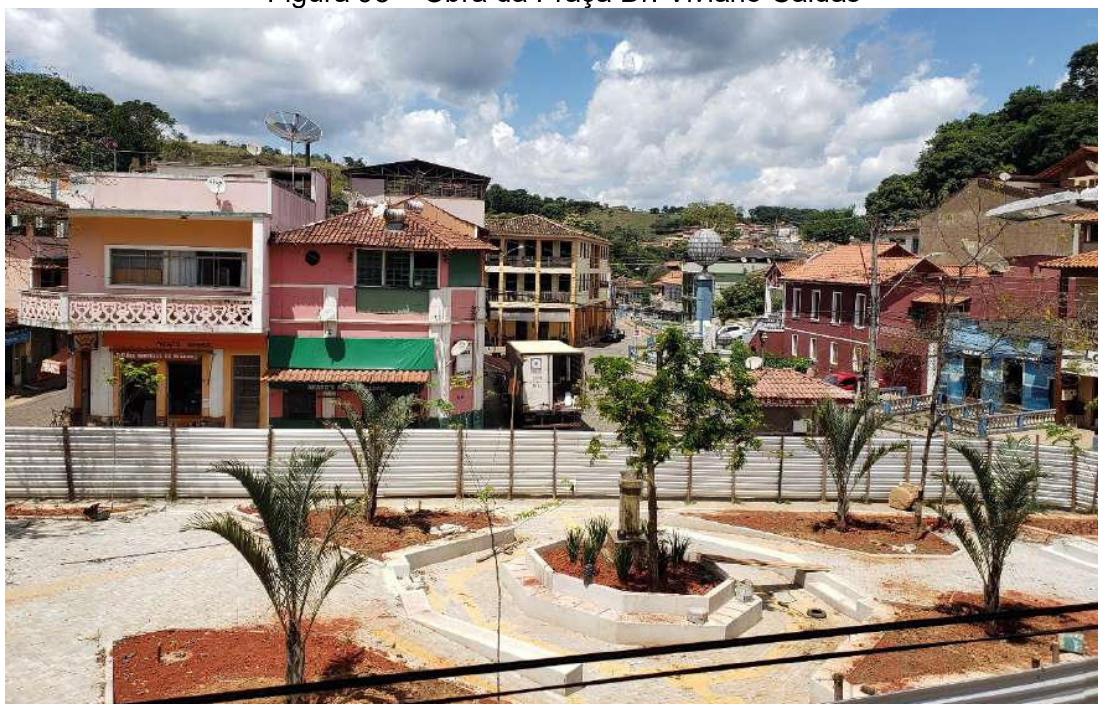
Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 97 – Demolição da Praça Dr. Viviano Caldas



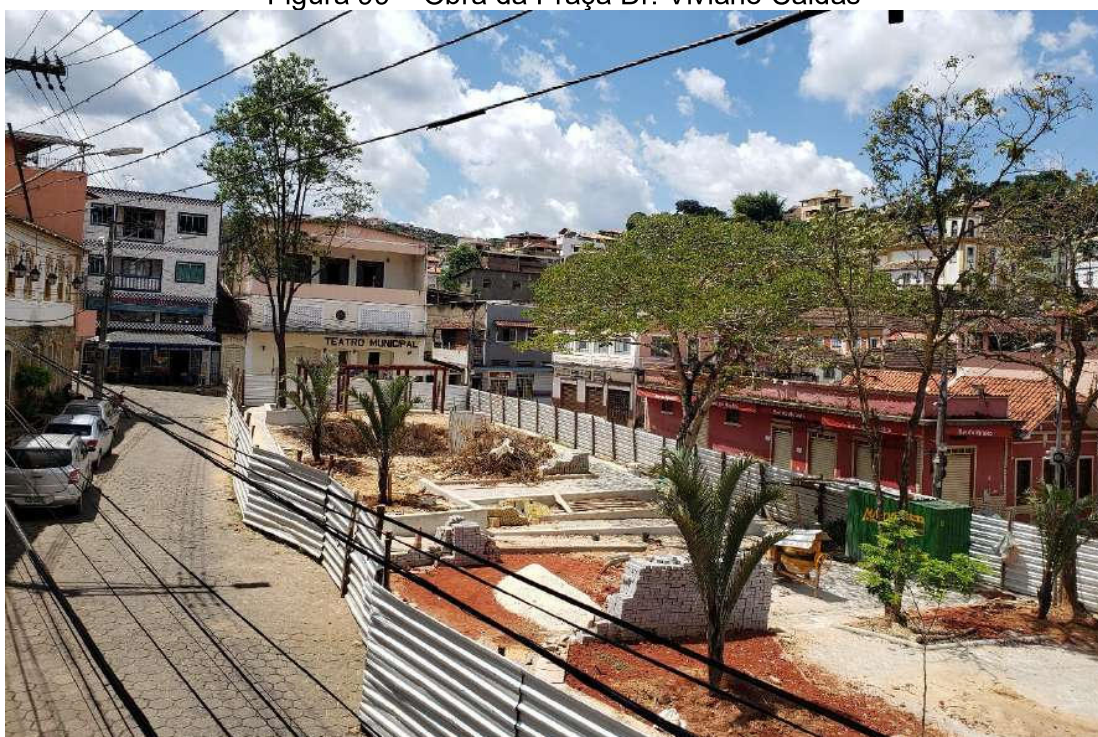
Fonte: Prefeitura de Prados (2021).

Figura 98 – Obra da Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Autor (2022).

Figura 99 – Obra da Praça Dr. Viviano Caldas



Fonte: Autor (2022).

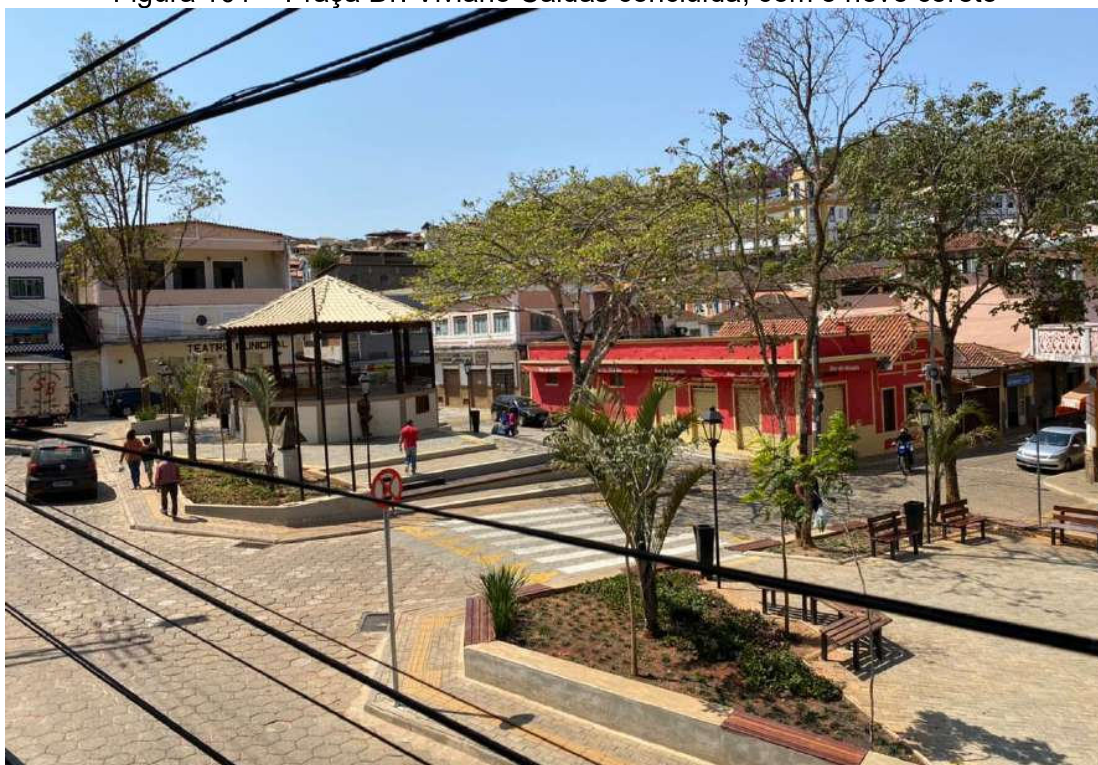
A modernização da praça conta com rampas de acesso, em alguns locais, para pessoas de mobilidade reduzida, e piso tátil, como mostram os detalhes na figura 100 a seguir.

Figura 100 – Rampa de acesso e piso tátil na nova Praça Dr. Viviano Caldas



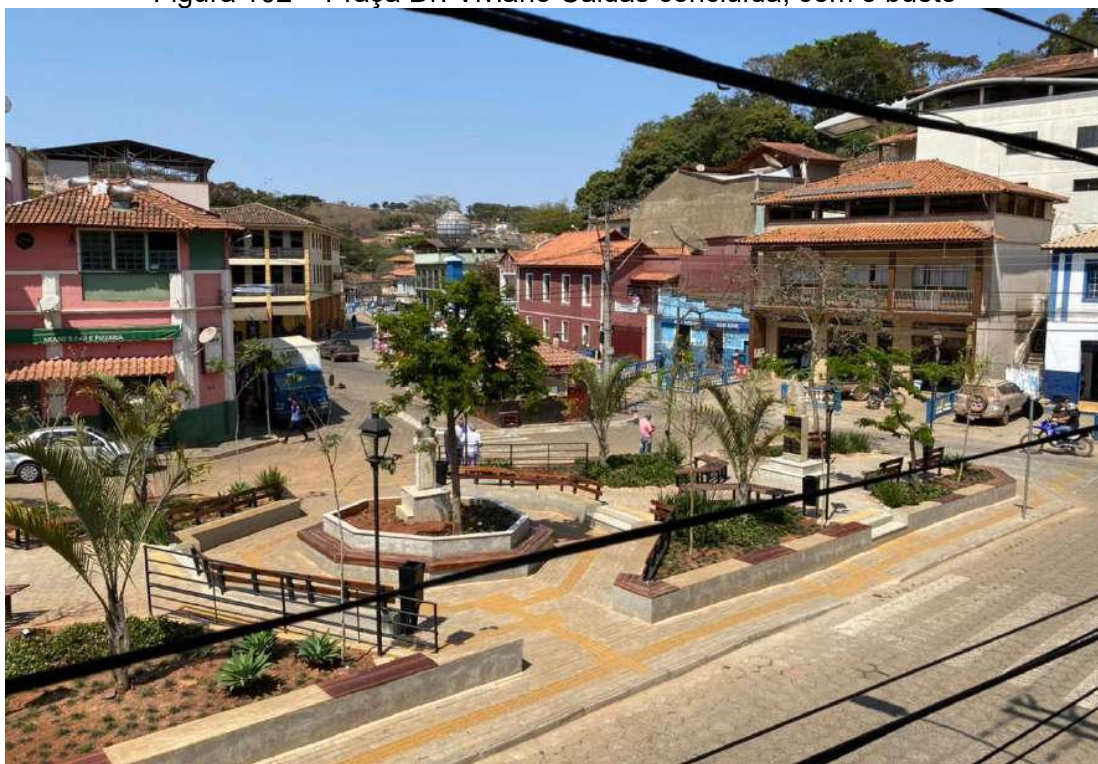
Fonte: Autor (2022).

Figura 101 – Praça Dr. Viviano Caldas concluída, com o novo coreto



Fonte: Acervo de Lígia Mara de Sousa (2022).

Figura 102 – Praça Dr. Viviano Caldas concluída, com o busto



Fonte: Acervo de Lígia Mara de Sousa (2022).

Figura 103 – Praça Dr. Viviano Caldas concluída, com a urna



Fonte: Acervo de Lígia Mara de Sousa (2022).

Apesar de construírem uma nova praça (figura 101), mantiveram o busto do Dr. Viviano Caldas (figura 102), que dá nome à praça, e a urna (figura 103), em homenagem à Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, “heroína esquecida da Inconfidência Mineira”. (VALE, P. C., 2000, p. 29).

A praça virou, novamente, um lugar de passagem, devido ao microclima árido causado com o corte das grandes árvores que sombreavam a praça inteira e as ruas ao seu redor. O que gera um maior aquecimento nas edificações lindeiras à praça. Agora, a vegetação é rasteira, de pequeno e grande porte, como é o caso das palmeiras e ipês amarelos, respectivamente. Porém, não são robustas como as que foram cortadas, evitando, assim, o uso do local pelas pessoas nos horários mais quentes do dia, como pode-se observar na figura a seguir (figura 104).

Figura 104 – Praça Dr. Viviano Caldas sem sombreamento



Fonte: Acervo de Lígia Mara de Sousa (2022).

A estratificação da paisagem urbana histórica (HUL) através da alteração do projeto da Praça dr. Viviano Caldas e sua posterior intervenção, impactam na forma de viver dos cidadãos pradenses, ou seja, impactam nos seus hábitos e costumes. A falta de um inventário participativo resulta em não levar em consideração as memórias, as experiências, as sensações e até mesmo o olfato que a população sentia ao se sentar e transitar em meio à Praça.

Para a finalização dessa dissertação, foram solicitadas as seguintes informações, a respeito do projeto e da obra da Praça Dr. Viviano Caldas: 1. Como e quando foi decidido que seria feita a intervenção na Praça? 2. Quando as obras começaram? 3. Qual foi o critério para definição do projeto? 4. Houve participação popular em alguma tomada de decisão? 5. E se o projeto poderia ser compartilhado. No entanto, não houve respostas por parte de nenhum dos responsáveis.

5. CONCLUSÃO

A compreensão da Paisagem Urbana Histórica vai muito além de sua observação, visa compreender a conformação de um espaço, de uma rua, de um bairro, de uma cidade, de uma nação e até mesmo de uma região inteira, através da história, das memórias, das vivências, dos sentimentos e dos sentidos.

Então, buscou-se realizar uma leitura de dois recortes específicos da paisagem urbana histórica pradense, a Rua Magalhães Gomes e a Praça Dr. Viviano Caldas com intuito de tentar compreender as transformações que ocorreram ao longo dos anos e resgatar a importância da apropriação do espaço público como consolidação de uma cidade através da obra coletiva de seus cidadãos. E trazer o espaço público como totalidade apresentando suas transformações em decorrência da coletividade compreendendo, assim, que as unidades – edificações, espaço aberto, vegetação, mobiliário, pessoas – fazem parte de um todo, de uma única unidade – a paisagem urbana histórica de Prados.

Foram realizados questionamentos aos responsáveis, os quais não obtive resposta e, ainda, críticas a respeito do projeto e da obra na Praça Dr. Viviano Caldas, visto que seria importante que fossem levadas em consideração as demandas dos usuários, principalmente, em espaços públicos, através de um inventário participativo, mostrando como uma gestão pública e profissionais da área deveriam agir, fazendo projetos e obras com participação popular. Conclui-se que para o bem de uma cidade, a população deve fazer parte da tomada de decisões, desde os planos e projetos, às futuras obras, pois impactam diretamente nos hábitos, costumes e na qualidade de vida da sociedade local.

O presente estudo, então, tem como objetivo gerar material para futuras pesquisas sobre Prados, além de buscar um efetivo reconhecimento e proteção da história da cidade e do patrimônio local, por conservar parte importante da história das Minas Gerais e, conseqüentemente, do Brasil, desde o início do século XVIII. Seu patrimônio urbano deveria ser preservado como conjunto histórico às futuras gerações, a nível nacional, antes que se percam mais unidades que compõem a Paisagem Urbana Histórica de Prados (HUL), a partir de diretrizes patrimoniais, urbanas, ambientais, sociais e culturais específicas para a manutenção de sua qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAP, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. **A Carta Brasileira da Paisagem**. CAU - BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). 2010. Disponível em: < https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf>. Acesso em: abril de 2021.

ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli d'. **Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas**. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-142, jun. 1989.

ASSUNTO, Rosario. **Paisagem – Ambiente – Território**. In: Adriana Veríssimo Serrão. *Filosofia da Paisagem: Uma Antologia*. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 126-129.

BANDARIN, Francesco. **A new international instrument: the proposed UNESCO Recommendation for the Conservation of Historic Urban Landscapes**. Informationen zur Raumentwicklung Heft 3/4. Paris, 2011.

BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. **El Paisaje Urbano Histórico: La gestion del Patrimonio en siglo urbano**. Abada editores. Madri, 2014.

BERG, Isabela Cristina de Assis. **Saber ver a Paisagem: aportes para a leitura de sítios protegidos e suas áreas de entorno**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2017.

BERQUE, Augustin. **A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra**. In: Adriana Veríssimo Serrão. *Filosofia da Paisagem: Uma Antologia*. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 187-199.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: Exercícios de Paisagem**. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **Le paysage, espace sensible, espace public**. Meta: Research in Hermeneutics, Phenomenology, and Practical Philosophy, v. II, n. 2, p. 259 – 286, 2010.

BEZERRA, Onilda. **Paisagem como totalidade Homem-Natureza**. In: Lúcia Veras [et al.]; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE). *Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem*. Patmos Editora, João Pessoa, 2017, p. 3451.

BLANC-PARNARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.8. 1986. Lisboa: Imprensa Nacional. p.138-159.

BRASIL. **Decreto Lei nº 25/1937**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso: 24 nov. 2020.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho Contextual**: Uma abordagem fenomenológica - existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. 2007. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8815/1/Tese%2520Flavio%2520Carsalade%2520parte1%2520seg.pdf>>. Acesso: 28 nov. 2020.

CHANTAL, Blanc-Pamard; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 138-159, 1986.

CONSELHO DA EUROPA. Comitê de Ministros. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 20/10/2000. Disponível em: < <https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em: abril de 2021.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRUZ, Luiz Antônio da. **A pintura arquitetônica e decorativa da Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Prados-MG**. ROCALHA – Revista eletrônica do Centro de Estudos e Pesquisas em História da Arte e Patrimônio da UFSJ. Ano 1, vol. 1, 2020 p. 319-332.

CURY, Isabelle. (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 3ª ed., 2004.

CUSTÓDIO, Marluce M. **Paisagem**: Subsídios para a Construção de um Conceito Democrático no Direito Brasileiro. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2014.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FERREIRA, Amanda. **Um olhar com suspiro...** Preservação da Paisagem Urbana de Prados, Minas Gerais. [Trabalho Final de Graduação]. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Juiz de Fora, 2016.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **O patrimônio e as paisagens**: novos conceitos para velhas concepções? Paisagem e Ambiente: Ensaio - n. 32 - São Paulo - p. 83 – 118, 2013.

FOWLER, Peter. World Heritage Cultural Landscapes, 1992–2002: a Review and Prospect. In.: **Cultural Landscapes**: the Challenges of Conservation. World Heritage 2002, Ferrara (Italy). UNESCO, World Heritage Centre, p. 16-32, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Ouro Preto. Prefeitura Municipal; Mariana. Prefeitura Municipal. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**: relatório síntese. Belo Horizonte: FJP, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. **Microrregião dos Campos das Vertentes: estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1977. 308 p. il. vol. 1. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=49017>>. Acesso: 9 dez. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de Prados.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/prados/panorama>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração De Québec:** Sobre a preservação do "*Spiritu loci*". Quebec, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em: abril de 2021.

_____. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Austrália. **The Burra charter:** the Australia ICOMOS charter for places of cultural significance. Burwood: Icomos Austrália, 2013. Disponível em: <<https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-flow-chart.pdf>>. Acesso em: abril de 2021.

IFLA, International Federation of Landscape Architects. **Carta Boliviana del paisaje.** SAPEMA (Sociedade de Arquitectos paisagistas, ecologista y medio ambiente). La Paz, 2013. Disponível em: <<https://aliniativablog.files.wordpress.com/2013/04/bolivia-carta-del-paisaje-ff.pdf>>. Acesso em: abril de 2021.

_____. International Federation of Landscape Architects Americas Region (IFLA – AR). **Carta del Paisaje de las Américas.** Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco (UAM-A). Ciudad de México, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39726/0/08.Carta+de+las+Americas_final_12.pdf/1c7926b7-4667-4bee-ae7b-fce008af9f9b>. Acesso em: abril de 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Iphan nº 127/2009 - Chancela da Paisagem Cultural.** 2009. Disponível em: <<https://iphanparana.wordpress.com/iphanparana/legislacao/legislacao-do-patrimonio-material/portaria-no-127-de-30-de-abril-de-2009/>>. Acesso: 24 nov. 2020.

_____. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília, IPHAN, 2011.

_____. **Paisagem Cultural.** Brasília, IPHAN, 2009.

_____. **Carta de Bagé (Carta da Paisagem Cultural Brasileira).** Bagé, 2007. Disponível em: <https://wiki.mpmg.mp.br/patrimoniocultural/lib/exe/fetch.php?media=carta_de_bage_ou_carta_da_paisagem_cultural.doc>. Acesso em: abril de 2021.

_____. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (Carta de Juiz de Fora).** Estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros. Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: abril de 2021.

_____. **Decreto nº3551 de 2000:** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

JACKSON, John Brinckerhoff. A la découverte du paysage vernaculaire. Arles/Versailles: Actes Sud/ENSP, 2003, p.262. *Apud* BESSE, Jean-Marc. **A paisagem, espaço sensível, espaço público.**

_____. **Discovering the Vernacular Landscape.** Yale University Press. 1984.

LEITE, Julieta. Quarta Porta: Paisagem como obra coletiva. In: **Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem.** Recife: Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PE); João Pessoa: Patmos Editora, p. 66- 77, 2017.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo: Quapá FAU/USP, 1999.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Paisagem como fato cultural. In.: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, p. 29 – 64, 2002.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, v. 1, n. 1, p. 3-10, 1997.

NOR, Soraya. **O lugar como imaterialidade da paisagem cultural.** Paisagem e Ambiente: Ensaios, n. 32, São Paulo, p. 119 – 128, 2013.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O Fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura.** Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

O'DONNELL, Patrícia M. **Urban Cultural Landscape e the Spirit of Place.** 16^a ICOMOS General Assembly and International Symposium: Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible. Quebec, Canadá, 2008.

PEREIRA COSTA, Stael Alvarenga; GUIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos de morfologia urbana.** C/Arte, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA COSTA, Stael De Alvarenga; GUIMMLER NETTO, Maria Manoela; FAQUINELLI, Luciane R.; ALVES, Raphaela De Souza. **A Contribuição da Escola Inglesa de Morfologia Urbana.** II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013.

PREFEITURA DE PRADOS. Andamento das Obras de Reforma da Praça Dr. Viviano Caldas. Disponível em: <<http://www.prados.mg.gov.br/noticia/35511>>. Acesso: Fev, 2022.

_____. Reforma da Praça Central de Prados. Disponível em: <<http://www.prados.mg.gov.br/noticia/34786>>. Acesso: Fev, 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural Urbana e Paisagem Histórica Urbana: O Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do Patrimônio Mundial.** Rio Patrimônio Mundial, Enseada de Botafogo e Corcovado. Fonte: IPHAN, 2009.

_____. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. In.: **Anais do I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP**, Rio Claro, p. 4003 – 4117, outubro de 2010.

RODRIGUES, Ludimila de Miranda; SILVA, Marcos Nicolau Santos da; DINIZ, Raphael Fernando. **Artesanato Mineiro: Limites e possibilidades da atividade artesã no município histórico de Prados/MG.** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, p. 62-85, out. 2012.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje.** Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

_____. Natureza e cultura: A dupla artialização. In: Adriana Veríssimo Serrão. **Filosofia da Paisagem: Uma Antologia.** Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 153-166.

ROSSIN, Mariana Silva. **As Portas da Paisagem: Estudos sobre a Paisagem Histórica Urbana com caráter modernista de Cataguases (MG).** Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído [dissertação de mestrado], Juiz de Fora, 2019.

RÖSSLER, Mechtild. **Los paisajes culturales y la convención del patrimonio mundial cultural y natural:** resultados de reuniones temáticas previas. Reunión de expertos sobre paisajes culturales en Meso América. San José, Costa Rica: Centro del Patrimonio Mundial/Oficina UNESCO para América Central, setembro, 2000. Disponível em: <https://www.academia.edu/7027618/Paisajes_culturales_y_la_convenci%C3%B3n_del_patrimonio_cult_mundial>. Acesso em abril de 2021.

_____. Linking Nature and Culture: World Heritage Cultural Landscapes. In.: **Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation.** World Heritage 2002, Ferrara (Italy). UNESCO, World Heritage Centre, p. 10-15, 2013.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de F. Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais. In.: **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos.** Org. LARCERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio Mendes. p. 292-301. Ceci, Olinda, 2012.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; DUARTE, Mirela; MARQUES, Eliábi A. **A conservação da paisagem na perspectiva de um sistema de espaços livre públicos do Recife.** Paisagem e Ambiente: ensaios. n. 26. p. 127-141. São Paulo, 2009.

SALGADO, Marina. **Olhares sobre o patrimônio: a busca de significados da paisagem**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MMMD-AX9RL8>>. Acesso: 20 dez. 2020.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In.: **The Morphology of landscape**. University of California, Publications in Geography, v. 2, n. 2, p. 19-54, 1925. Tradução: Gabrielle Corrêa Braga, Departamento de Geografia, UERJ. Disponível em: <https://kupdf.com/download/carl-sauer-morfologia-dapaisagem_58c34ff1dc0d60041033902d_pdf>. Acesso em: abril/2021.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia Da Paisagem**. Revista Política e Trabalho, n.12, p. 15-24, 1996.

STRAPPA, Giuseppe; IEVA, Matteo; DIMATTEO, Maria Antonietta. **La città come organismo: lettura di Trani alle diverse scale**, Bari, 2003.

UNESCO. **Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica**. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendação_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf>. Acesso: 15 set. 2020.

_____. **Vienna Memorandum**. Viena: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://conservacion.inah.gob.mx/normativa/wp-content/uploads/Documento34.pdf>>. Acesso: 15 set. 2020.

_____. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. UNESCO, Lisboa, 2012.

_____. **The HUL Guidebook: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments. A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape**. UNESCO, Paris, 2016.

VALE, Dario Cardoso. **Memória Histórica de Prados**. 2ª ed. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

VALE, Paulo de Carvalho. **De Prados, da “Ponta do Morro”, para a Liberdade**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

VERAS, Lúcia Maria Cavalcanti; BEZERRA, Onilda; CAVALCANTI, Fábio; LEITE, Julieta; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem**. Recife: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), 2017.

ANEXO A – Lei Municipal de Prados Nº 712/1983



Prefeitura Municipal de Prados

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 712 - 01-nov-1983

Dispõe sobre o tombamento de diversas ruas da cidade.

A Câmara Municipal de Prados decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica decretado o tombamento das Ruas Cel. João Luiz, Cel. José Manoel, Cap. Manoel Dias de Oliveira, Padre Assis, Largo do Rosário, Rua Bonfim, Rua José Silva Filho, Praça Getúlio Silva, Rua 13 de Maio, Travessa Tiradentes, Rua Dr. Antônio Patrício de Assis, Praça João Carvalho Silva, Praça Dr. Viviano Caldas, Rua Expedicionário Geraldo Gomes, Rua Magalhães Gomes, Rua Cel. João Antunes, Rua Expedicionário Otávio Carlos e Rua Chagas Campos, por nelas serem encontradas edificações do período colonial.

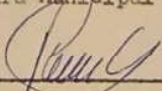
Art. 2º - Fica proibida a construção de casas em estilo moderno nas referidas ruas, bem como a demolição ou descaracterização das edificações coloniais, podendo os proprietários reformar os prédios, desde que seja preservada a característica externa original.

Art. 3º - As reformas necessárias serão realizadas às expensas dos proprietários, com fiscalização da Prefeitura Municipal.

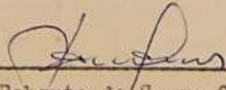
Art. 4º - Fica proibida a demolição dos Passos da Paixão localizados nas Ruas Cel. João Luiz, Prof. Antônio Américo e Cel. José Manoel.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prados, 01 de novembro de 1983



 Roberto Miranda do Nascimento
 Prefeito Municipal



 Roberto de Souza Gomes
 Secretário

**ANEXO B – Proposta de Tombamento do Acervo Histórico de Prados – SPHAN,
1985**

Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
7ª Diretoria Regional- MG
Escritório Técnico de São João del Rei.

OF. Nº 20/85

Arquiteto da 7ª DR/SPHAN/FNEM
São João del Rei-MG

Diretora da 7ª DR/SPHAN/FNEM

ASSUNTO: Tombamento do acervo histórico de Prados e Barbacena

Senhora Diretora

Envio-lhe em anexo material gráfico e fotográfico que complementarão os Processos de Tombamento dos acervos de Prados e Barbacena, definidos na viagem da arquiteta Dora Alcantara, Coordenadora de Tombamento da D.T.C./SPHAN- Rio, a essas cidades.

Conforme deve ter sido exposto a V.Sa., esses tombamentos seriam executados obedecendo os seguintes parâmetros:

PRADOS:

- 1º) A área delimitada, a ser tombada pela SPHAN, concentra o conjunto mais significativo da cidade, incluindo a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e seu entorno, já estudado pela 7ª D.R. Esse tombamento viria reforçar a Lei Municipal Nº 712, que relaciona uma série de logradouros sob proteção local (Boletim SPHAN Nº 28, p.14), ficando excluído apenas quatro (duas praças e duas ruas), de acervo bastante disperso. Vide planta. Foi reforçado perante a autoridade municipal a necessidade, contando com o apoio da 7ª DR/SPHAN, de ser levantado este acervo, de valor local, para a ampliação do tombamento municipal.
- 2º) Considerando que não há mais terrenos públicos na área delimitada e seu entorno, com exceção dos situados à esquerda do Fórum e fundos da Prefeitura, foi exposto do Prefeito a necessidade clara do esforço entre PREFEITURA/SPHAN na aprovação, além de reformas e acréscimos, de projetos que visem preencher os espaços vazios existentes.

BARBACENA:

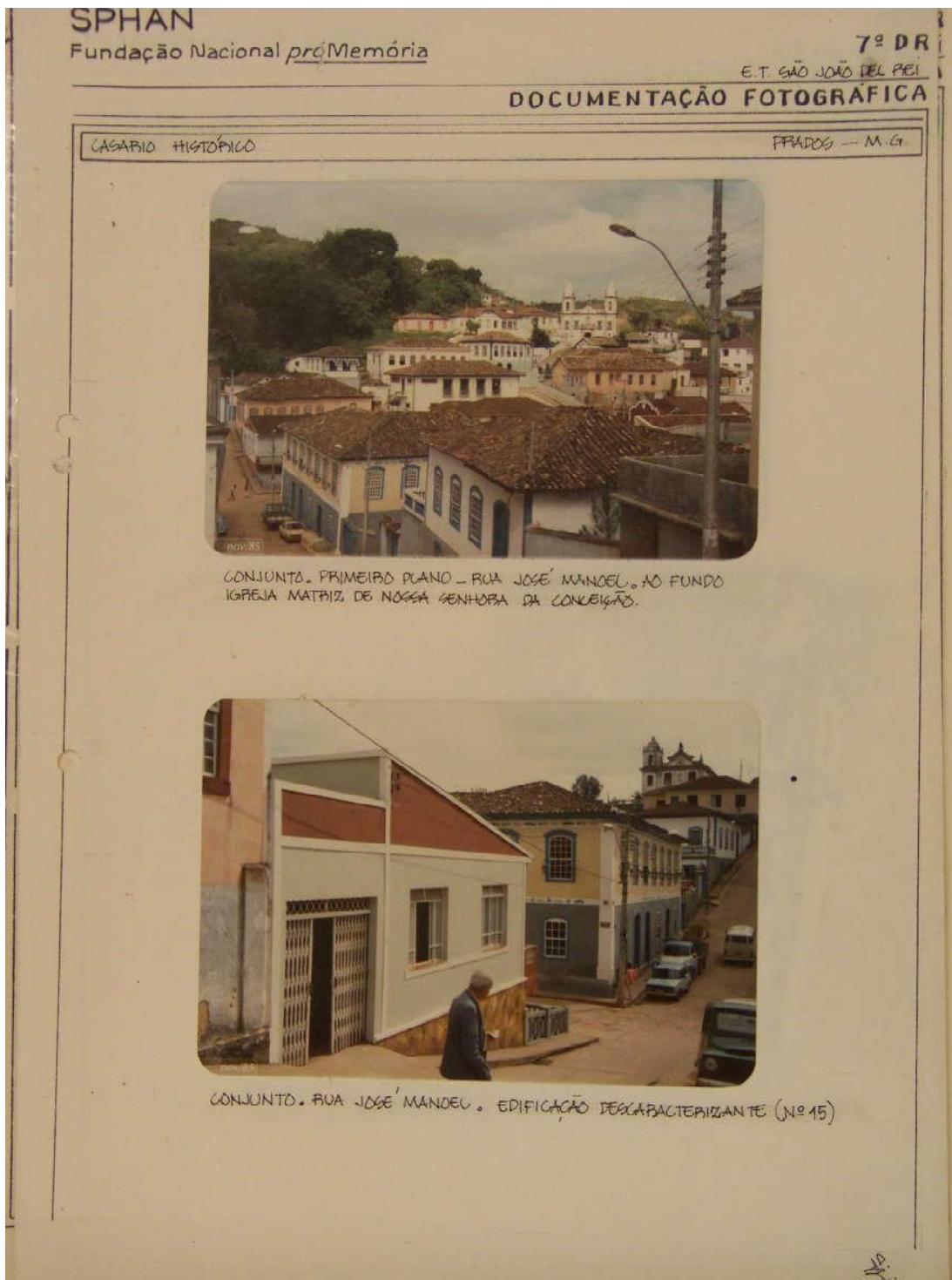
- 1ª) Com a intenção de estudar o tombamento aos demais valores isolados existentes, foram estudados além do Solar dos Andradas e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, o prédio da atual Câmara Municipal, que complementa com os dois anteriores, o conjunto da Praça dos Andradas, e a antiga Igreja Matriz da Piedade, na Fazenda da Borda do Campo, hoje município de Antônio Carlos, por sua relação com a atual. Seria delimitado um entorno para o conjunto da Praça e definido uma limitação de gabarito, para manter a visibilidade ainda existente, principalmente da Matriz, de certos pontos de conformação lombada, embora bastante comprometida por prédios altos. Este gabarito seria de 3 pavimentos, acompanhando a escala dos prédios mais baixos da praça.
- 2ª) Na ausência do Prefeito e do Secretário de Educação e Cultura, foi frisado ao Presidente da Câmara Municipal, que deverá ser reforçado pela Direção Regional da SPHAN, a necessidade da criação de um órgão municipal de proteção aos outros bens culturais existentes, bastante significativos em toda a área urbana, embora estejam isolados.
- 3ª) É pensamento da arquiteta Dora Alcântara, com os recentes levantamentos, que se prosseguem, de Igrejas e Capelas da Região dos Campos das Vertentes, na qual Barbacena se situa, de estudar a extensão do tombamento na região, por perceber, à primeira vista, que há certa uniformidade nas manifestações de partidos arquitetônicos, a exemplo do que houve na pintura com o artista Sanjeanense Joaquim José da Natividade.
- 4ª) Em contato com os proprietários da Fazenda da Borda do Campo, estes manifestaram-se interessados em tomar não só a Capela (antiga Matriz), mas toda a Fazenda, com a sede e o sobradinho (denominação dada por eles). Situada às margens do antigo Caminho Novo para as minas, com passagens históricas de grande valia, o acervo desta Fazenda, no que se refere a bens móveis, imóveis e documentos, é de grande valor, e permanece muito bem conservado, merecendo toda a atenção por parte da SPHAN. Os proprietários possuem um dossiê completo da Fazenda: com históricos, levantamentos dos bens, relação de documentos, etc, que facilitará em muito o trabalho da SPHAN, para o tombamento. Estranho no entanto, a existência de uma notificação, em poder dos proprietários emitida pelo Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, Nº 741 de 07/07/1953, à Srª Maria José Andrada Rodrigues, informando que a Fazenda fora inscrita no Livro do Tombo da SPHAN, obedecendo o artigo 4 do Decreto-Lei Nº 25, quando no guia dos bens tombados não há nenhuma alusão a respeito.

Cordialmente

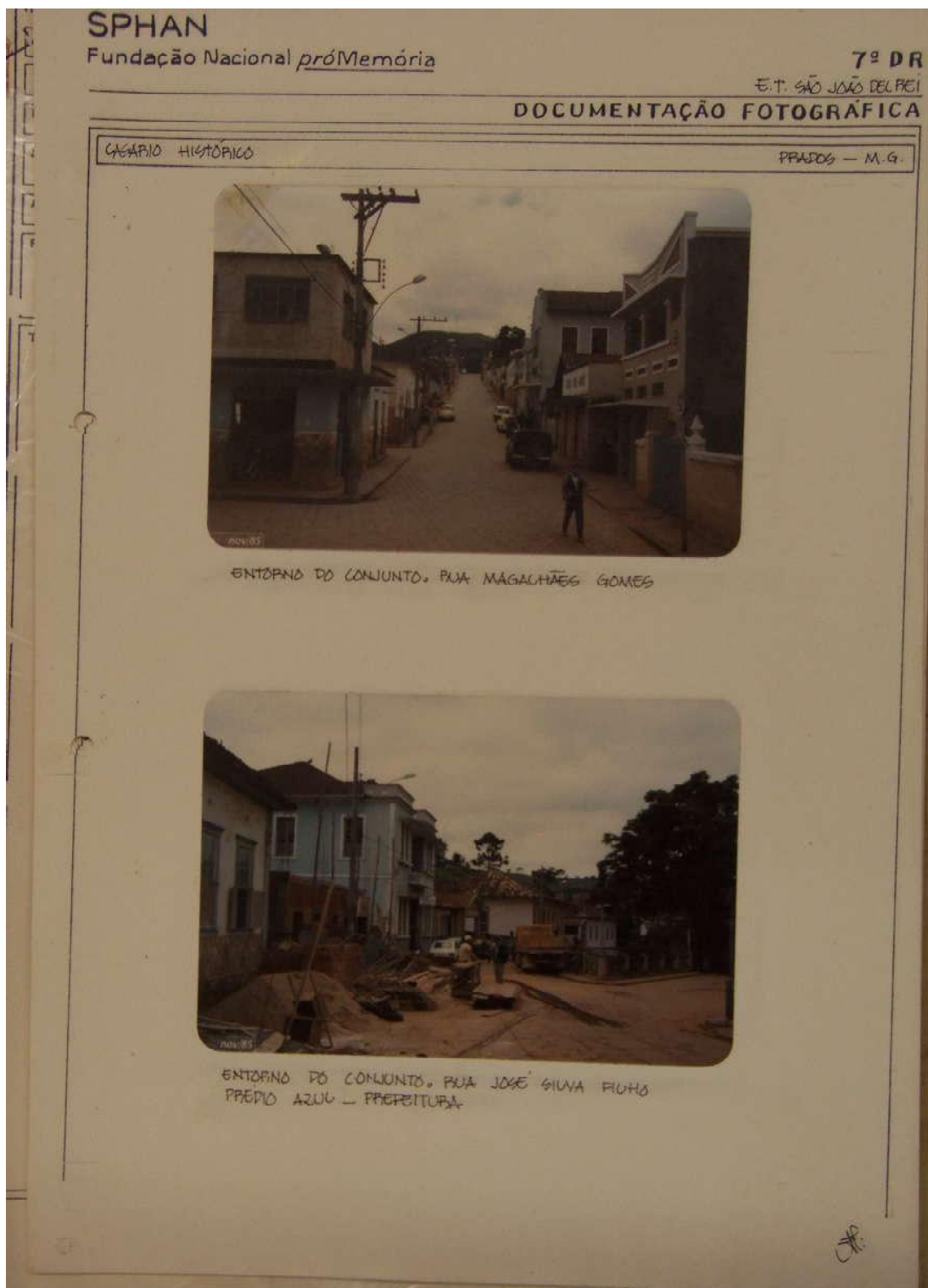
Arquiteta *[assinatura]*
da 7ª D.R./SPHAN
São João Del Rei

Ilma Srª:
Maria Coletta Guatimosin Vidigal
Av. Amazonas- 5.855- Gameleira
30.000- Belo Horizonte- MG

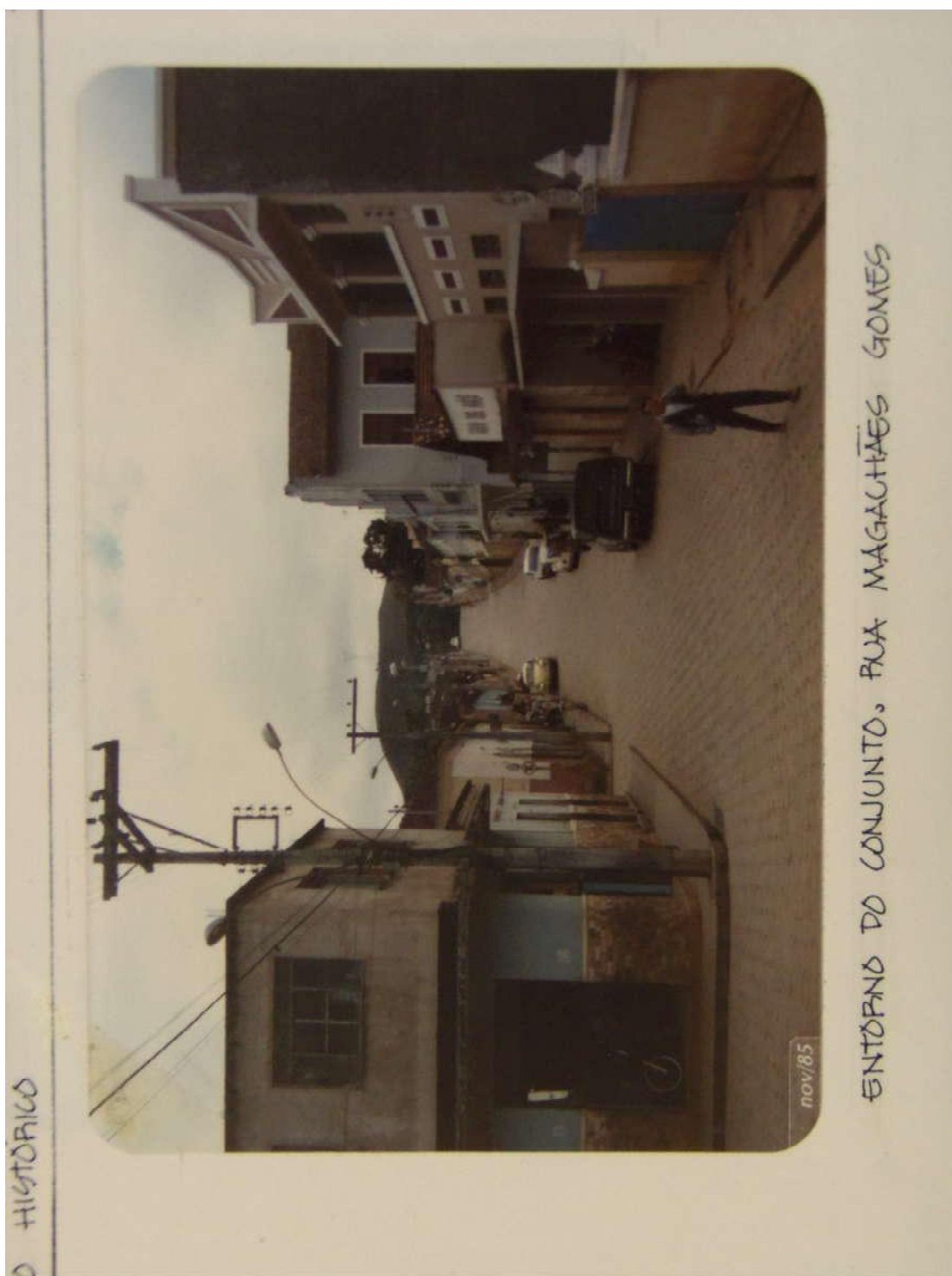
**ANEXO B.2 – Documentação Fotográfica da Proposta de Tombamento do
Conjunto Histórico de Prados – SPHAN, 1985**



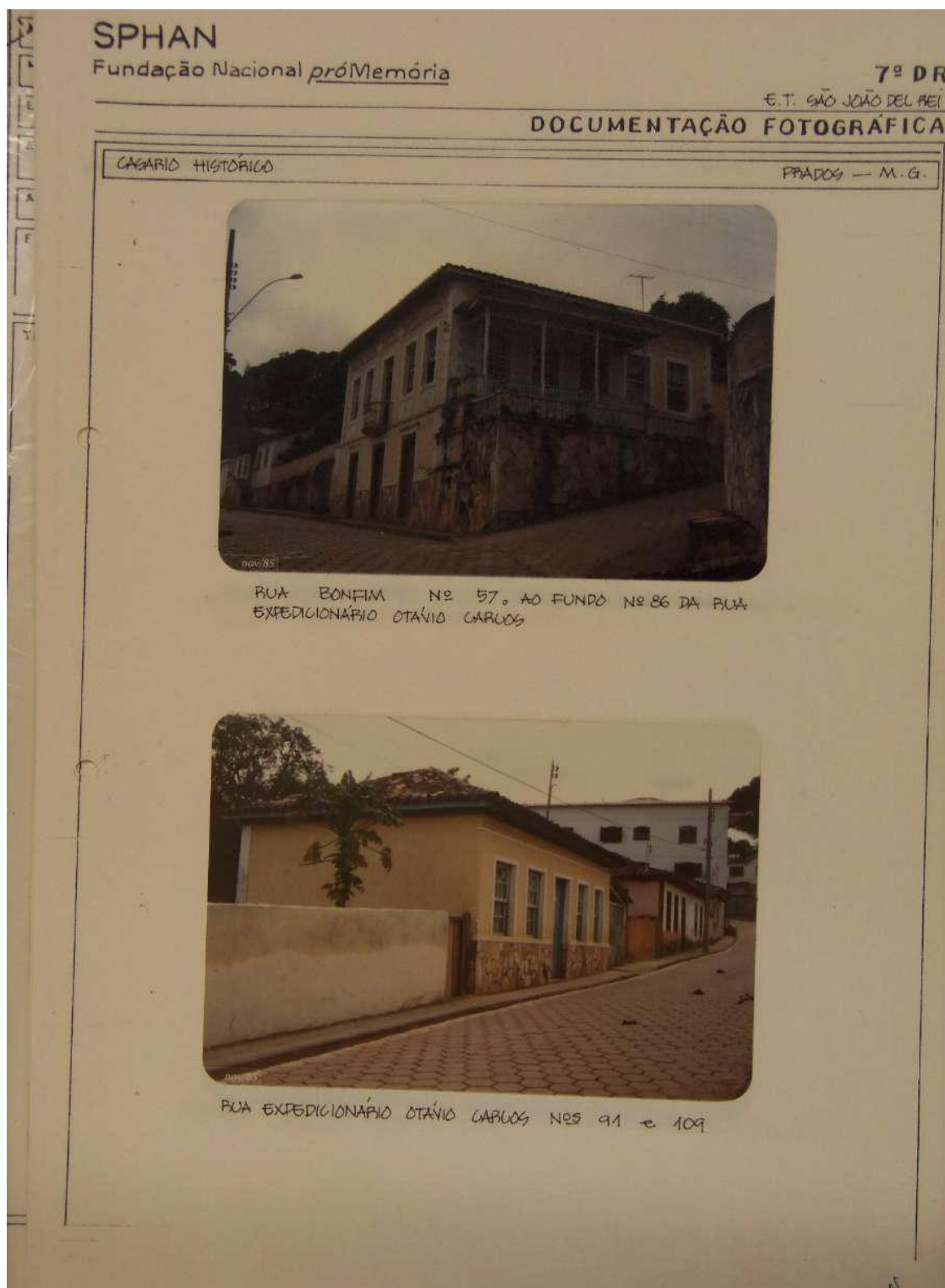
Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



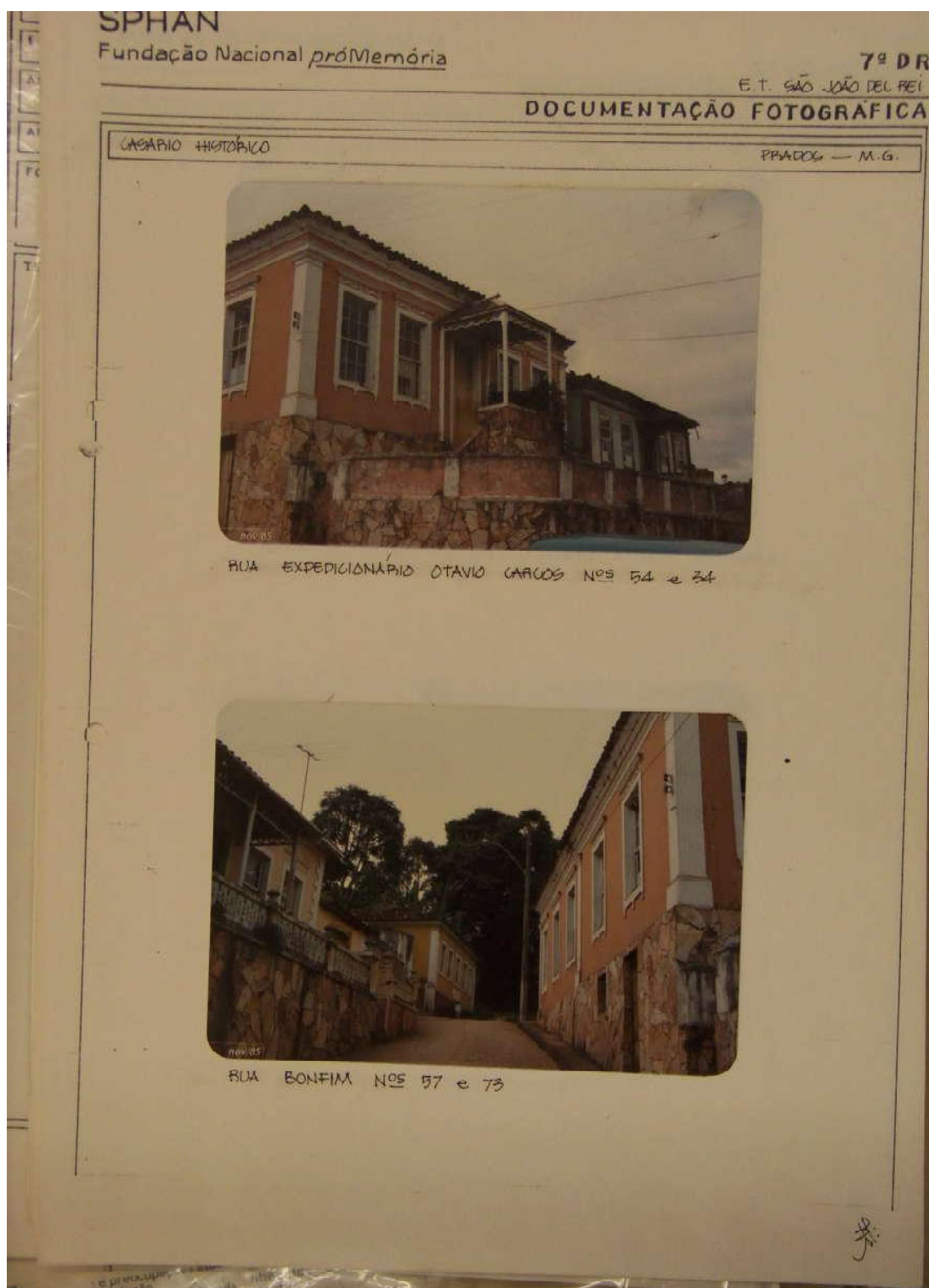
Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



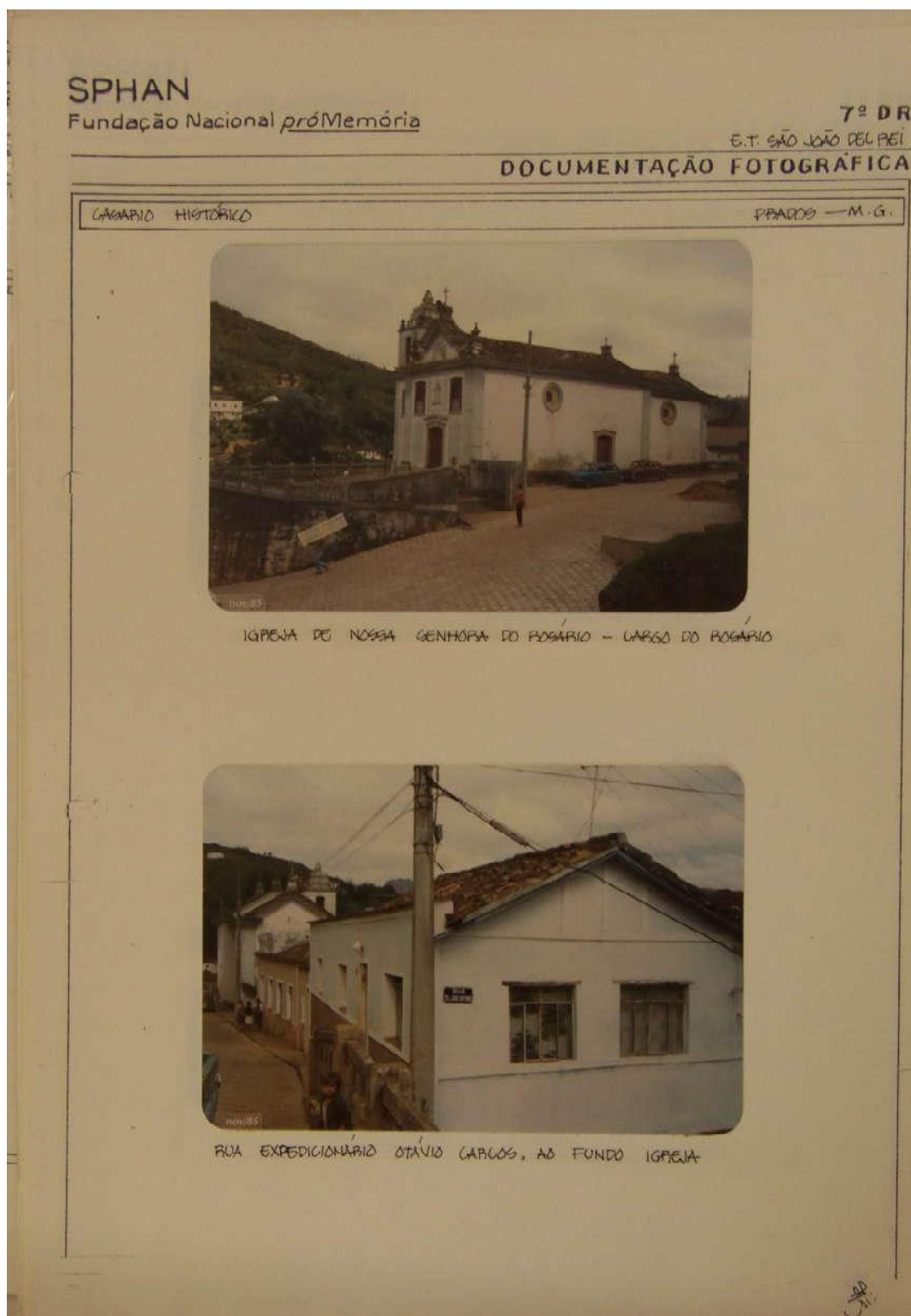
Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



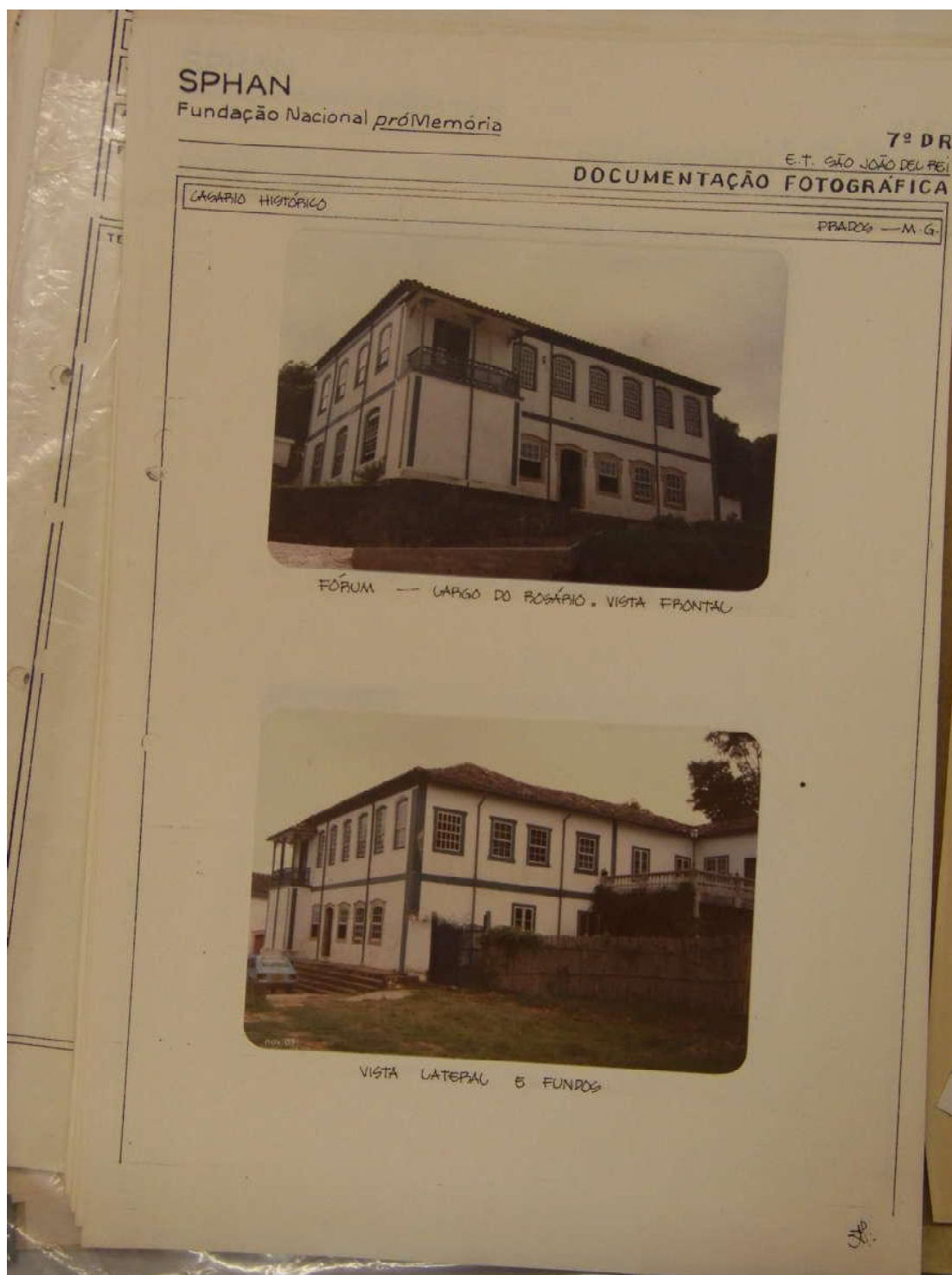
Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



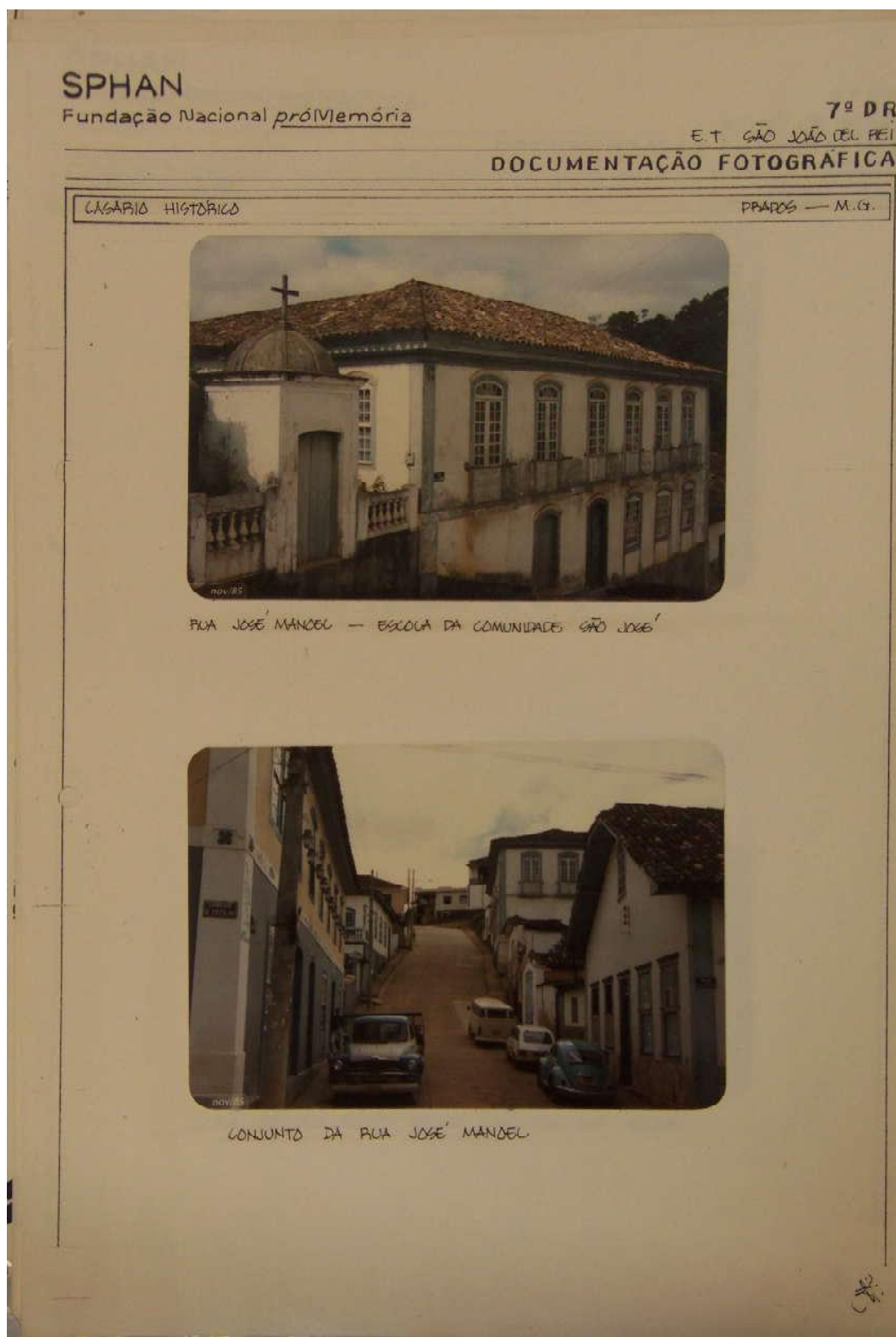
Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.



Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.

SPHAN
Fundação Nacional *pró*Memória

7º DR
E.T. SÃO JOÃO DEL REI

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

CASARIO HISTÓRICO

FRADOS — M.G.



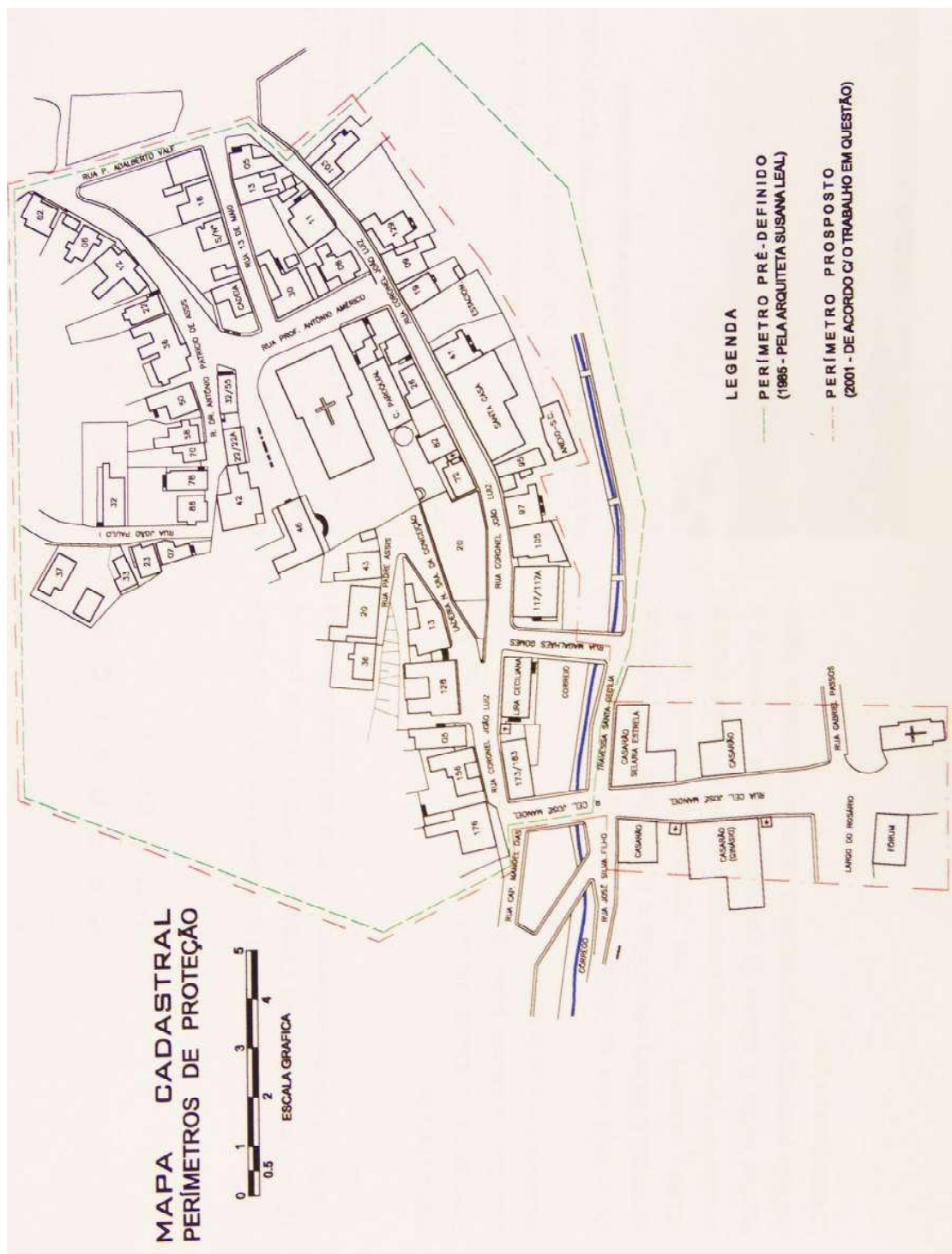
RUA JOSÉ MANOEL Nº 51/61



RUA JOSÉ SILVA FIGHO ESQUINA COM RUA JOSÉ MANOEL

Fonte: Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.

ANEXO C – Mapa cadastral com proposta de alteração do perímetro de entorno da Igreja Matriz



Fonte: CAMPOLINA (2001). Acervo do IPHAN em Belo Horizonte, 2015.